REVISTA
DO
ARQUIVO
PÚBLICO
MINEIRO
A P M
Ano XLII • Nº 1 • Janeiro - Junho de 2006

Revista do Arquivo Público Mineiro
História e arquivística
Ano XLII. nº 1• janeiro-junho de 2006
Av. João Pinheiro, 372 Belo Horizonte MG Brasil
CEP 30.130-180 Tel. +55 (31) 3269-1167
apm@cultura.mg.gov.br

Edição, distribuição e vendas: Arquivo Público Mineiro
Tiragem: 1.000 exemplares. Impressão: Rona Editora Ltda.

Revista do Archivo Público Mineiro.
Ano 1 (1896) – . Ouro Preto: Imprensa Official
de Minas Gerais, 1896 - .v.;il.;26cm.

Semestral.
Irregular entre 1896-2005.
Publicada em Belo Horizonte a partir de 1899.
De 1933 em diante: Revista do Arquivo Público Mineiro.

ISSN 0104-8368

1.História - Periódicos. 2. Arquivologia - Periódicos.
3.Memória - Periódicos. 4. Minas Gerais - Periódicos.
5. Departamento de Ordem Política e Social - Dops.
I. Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais.
II. Arquivo Público Mineiro.

CDD 905

Revista *Maquis*. Rio de Janeiro, novembro, 1956. Coleção Dops, rolo 094. Pasta 5406. Imagem 0533. Arquivo Público Mineiro.

aquis

15

Cr$ 20

TÃO CARO QUANTO A VERDADE

Café Filho continua prêso

2.ª Quinzena Novembro, 1956

É PROIBIDO LER ESTA REVISTA

SUMÁRIO

Ficha datiloscópica, sistema Vucetich. Polícia do Estado de Minas Gerais, registro nº 150.668. Coleção Dops. Arquivo Público Mineiro.

Nos primeiros tempos de sua existência, a **Revista do Arquivo Público Mineiro** privilegiou a divulgação de estudos a respeito da história colonial. Quem percorrer as páginas dos volumes deste periódico, referentes ao período compreendido entre 1896 e 1938, com certeza há de se encantar com a qualidade e a quantidade das transcrições documentais ali publicadas.

Em sua segunda etapa, que se estende entre 1975 e 1995, a revista privilegiou a divulgação de inventários analíticos e catálogos de documentos. A partir de então, percebe-se claramente a preocupação com a história contemporânea, expressa – para citarmos apenas dois exemplos – nos estudos a respeito da história de Belo Horizonte ou nos levantamentos da estrutura político-administrativa de Minas Gerais no período republicano.

Em sua terceira etapa, a **Revista do Arquivo Público Mineiro** – que ressurge graças ao apoio e decisiva participação da Secretaria de Cultura do Estado de Minas Gerais e o patrocínio do Programa Cultural da Cemig – procura resgatar essa dupla experiência histórica. No volume XLI, lançado em 2005, foi apresentado o *Dossiê Coleção Casa dos Contos*, sublinhando a riqueza e a diversidade das fontes documentais da principal instituição fiscal e administrativa de Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX.

No presente volume, apresentamos o *Dossiê Os Arquivos dos Dops*, voltado para o estudo da história contemporânea. O acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais, existente no Arquivo Público Mineiro, é constituído por uma coleção de microfilmes – somando ao todo cerca de 250 mil fotogramas – que em 1998 foi recolhida à instituição. Ao longo de vários anos esse material foi alvo de um projeto de organização de banco de dados, financiado pela Fapemig e pelo CNPq, em parceria com o Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Contando com documentos de natureza variada e cobrindo o período de 1927 a 1982, o acervo do Dops permite uma gama variada de abordagens, não só referente à história política como também social e cultural. As pesquisas apresentadas nas próximas páginas revelam a potencialidade dessa documentação e, ao mesmo tempo, chamam a atenção para a importância das coleções e fundos documentais do Arquivo Público Mineiro relativos ao século XX.

Neste volume também damos continuidade à série de entrevistas com os mais importantes historiadores de nossa época. Na seção de ensaios são discutidos temas clássicos ou de vanguarda da historiografia mineira. No item relativo à arquivística, uma vez mais procuramos sublinhar a importância da informática para o futuro da área. Nas seções seguintes, apresentam-se os mais novos lançamentos da historiografia mineira e sugere-se a reedição de importante livro.

Enfim, o *Dossiê Os Arquivos dos Dops*, tal qual os próximos que se seguirão, procura revelar a dupla face do Arquivo Público Mineiro como instituição de preservação da memória documental e de divulgação de pesquisas históricas a respeito de Minas Gerais.

Renato Pinto Venâncio
Superintendente do Arquivo Público Mineiro

9

IMPORTANTE

Entrevista

José Murilo de Carvalho

A beca, o fardão e o cidadão

Regis Gonçalves*

Intelectual que fez o trânsito entre a ciência social e a história critica a subordinação da historiografia brasileira aos modelos estrangeiros e defende a opinião de que o trabalho do historiador é vizinho da literatura.

> Tornar-se historiador não estava nos planos do jovem estudante que, no início da década de 1960, chegou a Belo Horizonte com a intenção de ser economista. José Murilo de Carvalho, no entanto, acabou ingressando no curso de Sociologia e Política da Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG numa das épocas mais efervescentes da vida política e intelectual do país.

À parte o intenso debate ideológico que se travava, e em meio à militância de grupos estudantis digladiando-se na disputa pelos corações e mentes universitários, a convivência com alguns mestres – em especial Francisco Iglesias, Júlio Barbosa e Orlando de Carvalho – teve papel decisivo na definição da trajetória do estudante, que num primeiro momento se encaminhou na direção da ciência política: ainda cursando a graduação, José Murilo foi secretário da *Revista Brasileira de Estudos Políticos* editada por Orlando de Carvalho. Depois veio o mestrado e o doutorado nessa disciplina, em Stanford, EUA, e a profissionalização como pesquisador e docente no Brasil, até que os estudos históricos acabaram por pescá-lo definitivamente.

Autor de extensa e significativa obra historiográfica focada no período pós-Independência, correspondente à constituição e consolidação do Estado nacional, José Murilo de Carvalho trouxe uma contribuição inovadora aos estudos sobre a formação da nacionalidade, sobretudo na transição do Império para a República. *Os Bestializados* (1987), obra que o fez reconhecido como um dos mais importantes de nossos historiadores, abriu caminho para novos trabalhos em que o rigor metodológico se alia a um apuro estilístico raro entre autores acadêmicos. Em sua bibliografia, merecem ainda ser citados *A Construção da ordem* (1980), *Teatro das sombras* (1988), *A Formação das almas* (1989), *Pontos e bordados* (1999) e *Cidadania no Brasil* (2001). Não causou surpresa, portanto, sua consagração como escritor quando, em 2004, foi eleito para a Academia Brasileira de Letras, onde ocupa a cadeira nº 5, que tem como patrono o mineiro Bernardo Guimarães.

Com invulgar coragem e honestidade intelectual, o pesquisador e acadêmico tem se lançado também a um apaixonado ativismo pela causa da cidadania em nosso país. Professor titular do Departamento de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), intelectual consagrado no país e no exterior, José Murilo de Carvalho tem estado presente no debate político, para o qual é constantemente convocado.
E o faz através de artigos para jornais e revistas, entrevistas, palestras para públicos mais amplos e de uma firme tomada de posição frente ao cotidiano da cidade do Rio de Janeiro, onde vive. Atitude no mínimo coerente com a opinião de quem entende que já demos muita ênfase à construção do Estado, faltando-nos agora construir a sociedade.

RAPM - Nota-se, nos anos recentes, um aumento do interesse público pela história. O que explicaria essa tendência?

José Murilo de Carvalho - O que tenho notado é um grande interesse por biografias escritas por jornalistas competentes. O gênero sempre foi desprezado por nossos historiadores. Talvez agora abandonem o preconceito e se animem a enfrentá-lo. Houve também o fenômeno de vendagem dos

livros de Eduardo Bueno. Embora escritos com assessoria de historiadores profissionais, a marca registrada desses livros é o estilo ágil e atraente. Foi outra lição para nossos historiadores: é preciso escrever bem para atingir o grande público. Nessa onda, apareceram várias revistas de história para venda em bancas. Uma delas, *Nossa História*, foi lançada exatamente com o propósito de ser dirigida e escrita por historiadores profissionais, mas com forte preocupação com a qualidade do texto. Esse propósito foi transferido para a atual *Revista de História da Biblioteca Nacional*, que tenta colocar nossos melhores historiadores em contato com o grande público. História sempre deu ibope. Com o crescimento do público leitor e a melhoria dos veículos de comunicação, as vendas só podem aumentar.

RAPM - Os cientistas sociais trabalham na perspectiva de alguma previsibilidade, ao passo que a visão do historiador é retrospectiva, voltada para o já acontecido. Que critérios epistemológicos distinguem uma perspectiva da outra?

José Murilo de Carvalho -
O campo da historiografia vive em constante ebulição. Há visões divergentes sobre o que seja a disciplina. Há muita colonização da História pelas ciências sociais. Os projetos de tese têm que ter marcos teóricos, hipóteses etc. Não é minha visão. As ciências sociais, sobretudo a Ciência Política e a Sociologia, têm ambições científicas. Buscam construir teorias explicativas, necessariamente generalizantes. A História perde sua especificidade quando busca imitar essa orientação. Sua força está na exploração da riqueza do único, do específico, do humano. Está mais perto da literatura do que da ciência. Há momentos na pesquisa de certos temas que me parece só ser possível avançar apelando para a ficção. Aí paro, porque não tenho vocação de ficcionista.

> “As ciências sociais, sobretudo a ciência política e a sociologia, têm ambições científicas [...] A história perde sua especificidade quando busca imitar essa orientação.”

RAPM - Fale sobre sua trajetória intelectual. O que o atraiu nos estudos históricos?

José Murilo de Carvalho - Formei-me em 1965 em Sociologia e Política pela Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG. Mais tarde os economistas nos expulsaram de sua faculdade e tivemos que ir para a Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Depois fiz mestrado e doutorado em Ciência Política nos Estados Unidos. Na UFMG, tive três mestres que me atraíam em direções diferentes, Iglesias para a História, Orlando de Carvalho, meu primeiro editor, para a Ciência Política, Júlio Barbosa para a Sociologia. Creio que mantenho um pedaço de cada um. A Iglesias devo ainda o

interesse pelas artes, sobretudo literatura e cinema.

RAPM - A sua obra recupera, em certo sentido, a tradição ensaística dos estudos sociais brasileiros, inclusive por sua aproximação com o texto literário. Que influências o senhor apontaria como decisivas para essa preferência? A de Francisco Iglesias seria uma delas?

José Murilo de Carvalho - Como todo brasileiro educado, de 1500 a 1960, tinha na juventude pretensões literárias, lia muita literatura, cometi versos, felizmente nunca publicados. No ginásio, fui redator de revista literária. Iglesias reforçou essa tendência. Era óbvio seu fascínio pela literatura, reforçado por suas amizades com escritores mineiros e de outras partes do Brasil. Quando estudante, corria entre nós a lenda de que Iglesias tinha vários romances na gaveta. Nos Estados Unidos, aprendi muita coisa, mas esqueci como escrever. Historiadores e cientistas sociais norte-americanos escrevem muito mal e não se preocupam com estilo. Um cientista não tem estilo, embora tenha retórica. De volta ao Brasil, escrevia como um cientista social. Só comecei a reaprender a escrever quando jornalistas amigos do *Jornal do Brasil* começaram a me pedir artigos. Até hoje continuo tentando recuperar o estilo perdido. Ensaio é gênero nobre, mas traiçoeiro. Se o autor é inspirado, vira clássico. Se não, é um desastre.

“Ensaio é gênero nobre, mas traiçoeiro. Se o autor é inspirado, vira clássico. Se não, é um desastre.”

RAPM - Pode-se atribuir a esse viés literário sua decisão de entrar para a Academia Brasileira de Letras? Entre literatos, um historiador, com sua trajetória de pesquisa e rigor científico, não se sente um estranho no ninho?

José Murilo de Carvalho - A herança de Francisco Iglesias no que toca ao interesse por literatura e pela escrita sem dúvida contribuiu para me decidir a concorrer a uma vaga na ABL. Mas o fato de não ser um literato não me dá a sensação de ser um estranho no ninho. Os literatos são maioria da ABL, mas há por lá também diplomatas, médicos, juristas, jornalistas e, agora, até um cineasta. O que há de diferente na ABL é o que poderíamos chamar de etos institucional. Este, sim, é muito distinto daquele a que estou acostumado na universidade e exige algum tempo para adaptação. A ABL, como qualquer outra instituição, se compõe de pessoas muito distintas em suas especializações e em suas idéias. Na universidade, as divergências são manifestadas abertamente, e o choque de idéias é parte da vida acadêmica. A ABL compõe-se de um grupo pequeno de pessoas com intensa convivência. Há um cuidado grande em não alimentar atritos que prejudiquem essa convivência.

RAPM - Há alguns anos falou-se em retorno da história política e no surgimento de uma "nova" história política. O que pensa disso?

José Murilo de Carvalho - Isso é papo de francês e de norte-americano. Na França, a Escola dos Annales afastou a história da política e a levou para a economia, a demografia e a sociologia, depois para a antropologia. Nos Estados Unidos, nunca foi forte o estudo do Estado como conseqüência de seu menor peso na sociedade norte-americana. Entre nós, só os seguidores dos modelos externos deixaram a política. Nossos grandes autores clássicos, com exceção de Gilberto Freyre, estiveram todos voltados para a política. Falo de Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Victor Nunes Leal, Raymundo Faoro. A ditadura militar só fez aumentar a ênfase no político. A geração de cientistas políticos formada nos cursos de pós-graduação do Brasil e dos Estados Unidos apenas diversificaram a temática política, ao estilo norte-americano, levando-a para os estudos eleitorais, partidários, legislativos, temas, aliás, nunca abandonados por Orlando de Carvalho e pela *Revista Brasileira de Estudos Políticos.* Não sei o que seja entre nós uma “nova” história política.

> “Entre nós, só os seguidores dos modelos externos deixaram a política. Nossos grandes autores clássicos, com exceção de Gilberto Freyre, estiveram todos voltados para a política.”

RAPM - Em seu trabalho de pesquisa, quais foram os arquivos mais importantes que o senhor consultou e que experiências curiosas ou marcantes se lembra de ter vivido nesses lugares?

José Murilo de Carvalho - Para meu primeiro livro, sobre a Escola de Minas, o arquivo mais importante foi, naturalmente, o da própria Escola. Impressionaram-me os livros de atas da Congregação, sobretudo os dos primeiros tempos da instituição. Eram atas muito bem feitas que reproduziam cuidadosamente as discussões havidas. Hoje não se fazem mais atas assim, as atas de hoje apenas registram as decisões tomadas. Um futuro historiador de instituições ficará totalmente frustrado ao consultá-las. O Public Records Office de Londres, que consultei para escrever *Os Bestializados*, impressionou-me na época, anos 1980, pela modernidade. Com magnífica localização em Kew Gardens, já se fazia consulta em terminal de computador e os consulentes eram chamados por um sistema de bip. Na mesma época, no arquivo do Ministério dos Assuntos Estrangeiros de Lisboa, o responsável permitia que tirassem documentos para fotocópia. Em meus estudos sobre militares na década de 1930, o arquivo do CPDOC foram de grande ajuda pela riqueza da documentação e pela qualidade de sua organização. Mas o documento mais surpreendente, e que gerou um dos artigos de que mais gosto, foi encontrado de maneira imprevista. Trata-se dos bordados de João Cândido, guardados no Museu de Arte Regional de

São João del Rei. Nenhum dos biógrafos de João Cândido os conhecia, ninguém ainda os tinha mencionado. O que prova que a sorte também deve ser levada em conta no trabalho do historiador.

RAPM - Para o senhor, a categoria "região" tem alguma importância analítica? Por exemplo, é possível pensar a independência política do Brasil em São Paulo, ou a proclamação da República em Minas Gerais?

José Murilo de Carvalho - O predomínio do político resulta no privilegiamento entre nós das divisões político-administrativas, Município, Estado, Federação. Abordagens demográficas, econômicas, étnicas, culturais, lingüísticas levariam e levam necessariamente à quebra desse padrão. Aí é que entra a região, cuja definição pode seguir qualquer um desses critérios, embora em geral predomine o econômico.
O processo de formação do país, sob a liderança do Estado central, levou, até mesmo na política, à menor ênfase em subdivisões políticas, como as Províncias e os Estados. O historiador Evaldo Cabral de Mello é um constante denunciador desse viés. Sem dúvida, pode-se escrever a história do Brasil a partir de perspectivas regionais, ou estaduais. Uma história da República escrita por um paulista é diferente da escrita a partir do ponto de vista do Rio de Janeiro, mesmo que de autoria de brasileiros provenientes de outros Estados.

“Nos Estados Unidos, aprendi muita coisa, mas esqueci como escrever. Historiadores e cientistas sociais norte-americanos escrevem muito mal e não se preocupam com estilo.”

RAPM - Na historiografia de Minas Gerais, e do Brasil Colônia, a Inconfidência Mineira é um tema que suscitou inúmeros estudos. Na sua opinião, tal movimento representou uma ruptura relevante?

José Murilo de Carvalho - A Inconfidência está sendo continuamente revisitada pelos historiadores, o que é sinal de vitalidade da historiografia. Mas é também sinal da força simbólica dela própria. A Inconfidência não representou nenhuma ruptura relevante na história. Foi, a meu ver, menos importante que a revolta de Felipe dos Santos. Mas tem revelado surpreendente poder de construção de memória, seja pela figura de Tiradentes, feito herói nacional, seja pela produção literária e intelectual dos outros inconfidentes. Veja a complexidade da história: o presente cria o passado.

RAPM - De seu ponto de vista, que temas da história de Minas Gerais deveriam ser mais bem investigados, seja por sua relevância intrínseca, seja porque ainda permanecem pouco conhecidos?

José Murilo de Carvalho - Tem havido uma extraordinária expansão dos estudos mineiros. Prova disso são os encontros bienais organizados pelo Cedeplar desde 1982, em Diamantina, sob o título Seminários sobre a Economia Mineira. Embora o título se refira apenas à economia, os organizadores

têm sido suficientemente flexíveis para incluir um vasto elenco de temáticas. A cada reunião, são dezenas os trabalhos apresentados e discutidos, em geral de boa qualidade. O mesmo acontece nas reuniões regionais da ANPUH. A criação de universidades e cursos de história fora da capital tem contribuído muito para enriquecer e diversificar a historiografia mineira. Muitos arquivos municipais estão sendo descobertos, preservados e analisados. O Seminário Internacional sobre a História Mineira, organizado pelo Instituto Cultural Amílcar Martins em 2004, também mostrou a riqueza da historiografia local. Quanto a temas que pedem mais atenção, diria que continua o fascínio com a Minas setecentista. Há poucos estudos sobre a Minas da primeira República, sobretudo de história social. O impacto da construção de Belo Horizonte na formação de uma identidade mineira também merece mais atenção, sobretudo no que se refere a seu papel de encobrir diferenças regionais. A cultura mineira republicana também está pedindo estudos. Por fim, gostaria de ver alguém escrever sobre o Brasil sob a perspectiva de Minas, assim como fazem os paulistas sob o ângulo de seu Estado.

"... gostaria de ver alguém escrever sobre o Brasil sob a perspectiva de Minas, assim como fazem os paulistas sob o ângulo de seu Estado."

RAPM - Como avalia a produção historiográfica brasileira recente?

José Murilo de Carvalho - Muito rica e diversificada, embora ainda muito tributária de gurus europeus.

RAPM - São conhecidas suas posições em favor dos direitos de cidadania no Brasil. O senhor se considera, nesse caso, um intelectual engajado? Como avalia a possibilidade de engajamento do intelectual nos dias de hoje?

José Murilo de Carvalho - Escrevo em jornais, enfrento temas políticos da atualidade, tomo posições, pertenço a uma organização não-governamental. Vejo o enfrentamento do debate público como obrigação do intelectual e acho que no Brasil ainda há espaço para essa atuação. Os jornais, a televisão, as rádios nos procuram pedindo opinião. Uma vez me ofereceram um emprego estável nos Estados Unidos. Lá ganharia bem e viveria bem. Mas não seria ninguém. Aqui ganho pouco e não sou amigo do rei, mas posso falar mal do rei. Vale mais do que um bom salário e uma boa vida.

* Colaboraram Renato Pinto Venâncio e Rodrigo Patto Sá Motta.

CONFIDENCIA

TERRORIST

TAS - 1 CÓPIA

Vocação acadêmica e motivação política

Rodrigo Patto Sá Motta

> O dossiê que o leitor tem em mãos reúne trabalhos apresentados no *III Ciclo de Palestras do Arquivo Público Mineiro - A Polícia Política da República: arquivos e trajetórias do Dops*, realizado em outubro de 2005 nas dependências do Palácio das Artes, em Belo Horizonte. Ele é desdobramento de atividades iniciadas em 2002, quando foi firmado convênio entre o Arquivo Público Mineiro (APM) e o Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (*Projeto República*) visando à organização do acervo documental do Dops/MG. Por esse projeto, que conta com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e do CNPq, já passaram mais de uma dezena de bolsistas de Iniciação Científica ou de Aperfeiçoamento, dos quais quatro ingressaram no mestrado.

A idéia de realizar o evento foi do superintendente do APM, professor Renato Pinto Venâncio, que, com competência, deu continuidade ao convênio firmado na gestão de Edilane Carneiro. A intenção foi reunir historiadores de diferentes pontos do país com trabalhos dedicados às polícias políticas estaduais – os Dops – para uma reflexão comparativa sobre o "estado da arte" no campo das pesquisas sobre o tema. Além disso, esperava-se, com essa iniciativa, mostrar a riqueza documental desses acervos e o enorme potencial de pesquisa que encerram e, assim, estimular novos pesquisadores.

Abre o dossiê o texto da professora Maria Aparecida de Aquino (*As Vísceras expostas do autoritarismo*), cujo foco está centrado na documentação do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo. No artigo, a professora da USP apresenta, em especial, o resultado das pesquisas que coordenou sobre a série *Dossiês* do Arquivo do Deops/SP, que trouxe notável contribuição ao conhecimento sobre aquela instituição.

Já o artigo da doutora Beatriz Kushnir, diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (*Decifrando as astúcias do mal*), traz reflexões suscitadas por sua experiência de pesquisa nos arquivos dos Dops carioca e paulista, com ênfase para as polêmicas relacionadas

ao processo de abertura, bem como as possibilidades e as limitações implicadas no uso da documentação de caráter sigiloso.

No texto deste autor (*O Ofício das sombras*), o leitor encontrará uma análise da trajetória da polícia política brasileira, assim como algumas reflexões sobre a situação dos arquivos dos Dops no plano nacional. Na conclusão, apresento o esboço de um programa de pesquisa voltado para esses acervos, que poderia nos levar a conhecer melhor essas instituições que marcaram tão profundamente a história brasileira recente.

Fecham o dossiê os textos de Raquel Aparecida Pereira (*Bandeiras vermelhas ocupam as ruas*) e Emerson Nogueira Santana (*Camisas-verdes em marcha no solo mineiro*). Ambos apresentam os primeiros resultados das pesquisas desenvolvidas para as respectivas dissertações de mestrado, cujas fontes documentais encontram-se no Arquivo do Dops/MG. Raquel e Emerson escolheram pesquisar temas não apenas significativos do ponto de vista da história, mas apropriados em vista do perfil dos arquivos policiais. Comunistas e integralistas foram "privilegiados" pelo olhar policial e, por isso, o acervo Dops/MG contém documentação volumosa para o estudo desses movimentos políticos.

Que este trabalho, além de despertar o interesse de jovens pesquisadores, sirva de alento para a busca dos arquivos do Dops ainda não localizados, bem como para estimular o debate sobre a importância de abrir-se também a documentação das agências federais de segurança e informações.

Sem dúvida, trata-se de tema candente e polêmico, e por isso mesmo instigante, posto que mobiliza duas grandes paixões, ou vocações, como diria Max Weber: o interesse acadêmico e a motivação política.

Rodrigo Patto Sá Motta é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisador do CNPq e autor de *Em Guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)* e *Introdução à história dos partidos políticos*, entre outras publicações.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

As Vísceras expostas do autoritarismo

Maria Aparecida de Aquino

A visita à documentação do Deops paulista equivale a um passeio nas demonstrações cotidianas do ofício de dominação em nosso país e a um mergulho na mentalidade repressiva, fazendo-nos constatar a “banalidade do mal”.

> É nosso objetivo tornar um pouco mais claras as práticas políticas de um dos órgãos do chamado aparato repressivo existente em diferentes Estados brasileiros desde as primeiras décadas do século XX até praticamente o término do chamado regime militar (1964-1985). Consideramos, portanto, esse aparato como intrinsecamente vinculado à história republicana brasileira, tanto nos seus períodos mais explicitamente autoritários (1930-1945 e 1964-1985) como na fase chamada democrática, ou seja, o período que vai de 1945 a 1964, quando instrumentos característicos do "Estado de Direito" encontravam-se minimamente presentes.

Conhecidos genericamente como Dops – durante o regime militar era comum aterrorizarem-se as pessoas com a advertência: *"cuidado, desse jeito você vai ser fichado no Dops"* –, esses órgãos proliferaram por diferentes Estados brasileiros, vinculados geralmente às suas respectivas Secretarias de Segurança Pública. Embora em cada Estado recebessem denominações diferentes, a mesma alcunha unificadora os identificou, e as suas funções eram sempre as mesmas. Estavam, fundamentalmente,

> à disposição dos governos quando estes decidissem vigiar e/ou aprisionar certos indivíduos, combater determinados comportamentos e estigmatizar grupos inteiros (imigrantes, dissidentes políticos, pobres das cidades) tidos sempre como "nocivos" e perigosos para a ordem pública e a segurança nacional (SOMBRA, 1996, p. 41).[1]

Em suma, dedicados ao exercício das funções de "polícia política".

Apesar de a polícia política especializada e independente da polícia administrativa e judiciária ter sua gênese nos primórdios do século XX, é com a criação do Desps, sediado no Rio de Janeiro e subordinado à Polícia Civil do Distrito Federal, sob a superintendência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que se evidencia com mais clareza o exercício dessa atividade. O esclarecimento de suas funções permite identificar as estreitas margens que separam os chamados "crimes políticos" dos "crimes sociais", ambos alvos desses órgãos do aparato repressivo.

Em todo o território nacional, o local social onde proliferaram os Dops com sua esfera própria de atuação foi o dos recantos escuros e sombrios da vigilância sobre os cidadãos considerados "suspeitos". Segundo o período considerado, essa vigilância exercida sem o conhecimento dos cidadãos podia se restringir a um segmento social ou alcançar quase a totalidade da sociedade. Esses aparatos protegiam-se e beneficiavam-se das sombras que os envolviam, e isso permitia que se infiltrassem capilarmente nos mais recônditos desvãos das relações sociais, espalhando o temor e a desconfiança.

Em nosso país, esse mundo de trevas vem sendo pouco a pouco revelado a partir da década de 1990, quando, com o fim do regime militar e em meio ao processo de luta pelo restabelecimento das liberdades democráticas, boa parte dos acervos longamente acumulados por esses órgãos tornou-se pública e devolvida à sociedade, que passou a assistir atônita ao que o autoritarismo foi capaz de produzir.

Nosso alvo de estudo é o órgão dessa natureza que operou no Estado de São Paulo, e que chamaremos doravante Deops/SP, coerentemente com sua última denominação, dada pela legislação que, em 1975, alterou-lhe a constituição chamando-o Departamento Estadual de Ordem Política e Social. Originalmente instituído pela Lei n° 2.034 de 30-12-1924, quando recebeu o nome de Delegacia de Ordem Política e Social (Dops), foi extinto pelo Decreto n° 20.728 de 4-3-1983. As circunstâncias de sua criação e extinção merecem que nos debrucemos sobre elas.

Em 1924, quando o Deops/SP foi criado, era governador de São Paulo Carlos de Campos, e presidente da

República Arthur Bernardes. Os governos de ambos encontravam-se mergulhados em profunda crise, que colocava em risco sua própria governabilidade.

Desde julho de 1922 quando explodiu o conflito conhecido como *Revolta dos 18 do Forte de Copacabana*, no Rio de Janeiro, Epitácio Pessoa, presidente eleito após o interregno governamental de Delfim Moreira – vice de Rodrigues Alves, morto inesperadamente antes de sua posse oficial –, havia decretado estado de sítio. Essa situação se prolongou por muito tempo, pois Arthur Bernardes, que já assume com o país em estado de sítio, vai mantê-lo durante todo seu governo (1922-1926).

As dificuldades envolvendo a posse de Bernardes começam na campanha, quando seu oponente, o carioca Nilo Peçanha, se sentira preterido na escolha sucessória pelas oligarquias rurais. Parcela dos militares apóia Peçanha, por razões que vão desde a insatisfação com nomeação de ministros civis para ocupar pastas militares durante a gestão de Epitácio Pessoa até o descontentamento da baixa oficialidade articulada em torno do Clube Militar, em luta pela elevação do soldo e pelo reaparelhamento do Exército. Essa revolta acaba sendo canalizada para a luta contra a política oligárquica, através da bandeira de "moralização das instituições políticas".

O movimento da baixa oficialidade, composta basicamente por capitães e tenentes, acabou por converter-se em tema caro à historiografia brasileira, sob o nome de *Tenentismo*. Seus participantes vivenciaram vários episódios conflituosos, sendo o primeiro deles a *Revolta dos 18 do Forte de Copacabana*, em 1922, no Rio de Janeiro, e o último a Coluna Prestes-Miguel Costa, que percorreria o Brasil entre 1924 e 1927.

Entretanto, parte dessa mobilização passou-se em São Paulo, onde, a partir de julho de 1924, houve um movimento – considerado o mais significativo de todos – no qual os revoltosos, liderados pelo general Isidoro Dias Lopes, conseguem assumir durante certo tempo o controle da cidade, forçando o governador Carlos de Campos a fugir do Palácio dos Campos Elíseos para Guaiaúna, na zona Leste de São Paulo. A luta encarniçada dos revoltosos contra as tropas legalistas leva a chamada Coluna Paulista a penetrar pelo interior do Estado e chegar até o Paraná. Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa já estavam com suas tropas estacionadas em Foz do Iguaçu, dando-se, então, o encontro com a Coluna Prestes, que vinha do Rio Grande do Sul após a revolta de outubro naquele Estado.[2]

Evidentemente, a conturbação desse período também pode ser explicada pelo agravamento da chamada "questão social", considerada então como "caso de polícia" pelas autoridades governamentais. Desde o final da década de 1910, vários movimentos sociais reivindicatórios de melhorias nas condições de trabalho tinham sacudido os grandes centros urbanos com intensas mobilizações grevistas. A força do anarquismo, do chamado anarco-sindicalismo, e o fortalecimento do movimento comunista com a criação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1922 constituíam elementos de grande preocupação para o governo, que responde com a legislação repressiva. Nesse contexto pode ser explicada a criação do Deops/SP, em 1924, como parte do aparato repressivo do Estado, voltado essencialmente para a vigilância sobre os considerados "suspeitos" de desordem política e/ou social.

Em 1974 assume a presidência da República o general Ernesto Geisel, com o propósito de liderar o processo conhecido inicialmente como "distensão" e, posteriormente, no governo de seu sucessor, o general João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985), com o nome de "abertura política". As negociações nessa direção têm início ainda no governo do general Emílio Garrastazu Médici (1971-1974), com o propósito de "devolução pacífica e ordeira" do poder aos civis e a volta do país ao chamado "Estado de Direito".[3] Desse processo

Alto comando da Coluna Miguel Costa/Prestes. Porto Nacional, Goiás, outubro de 1925. Coleção Ítalo Landucci/ CPDOC/ FGV. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS / Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil. A Revolução de 30 e seus antecedentes. Org. Ana Maria Brandão Murakani. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

1 - Miguel Costa; 2 - Luiz Carlos Prestes; 3 - Juarez Távora; 4 - João Alberto; 5 - Siqueira Campos; 6 - Djalma Dutra; 7 - Cordeiro de Farias; 8 - José Pinheiro Machado; 9 - Atanagildo França; 10 - Emílio da Costa Miranda; 11 - João Pedro; 12 - Paulo Krüger da Cunha Cruz; 13 - Ari Salgado Freire; 14 - Nelson Machado; 15 - Manuel Lima Nascimento; 16 - Sadi Vale Machado; 17 - André Trifino Correia; 18 - Ítalo Landucci.

fez parte a retomada das eleições diretas para os governos estaduais, que se realizam em 15 de novembro de 1982, com posse dos novos governadores eleitos em 15 de março de 1983. Se atentarmos para a data do decreto que propõe a extinção do Deops/SP (4-3-1983), veremos que ela dista apenas de alguns dias da posse do governador eleito por São Paulo, Franco Montoro.

É importante lembrar que essas eleições tiveram como resultado vitórias maciças da oposição nos grandes Estados. Exemplos claros são a eleição, em São Paulo, de Franco Montoro e a difícil vitória de Leonel de Moura Brizola no Rio de Janeiro, o primeiro vinculado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) – oriundo do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de "oposição" ao regime militar – e o segundo eleito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Os guardiões do regime militar, imbuídos que estavam do desejo de tentar impedir quaisquer revisões de seus atos autoritários, que chamavam "revanchismo", preocupavam-se com a possibilidade de os acervos dos órgãos do aparato repressivo virem a cair em mãos "inadequadas", como as de governadores da oposição. Desse modo, compreende-se a extinção do Deops/SP dias antes da posse de Franco Montoro no governo de São Paulo e a passagem de seu imenso acervo documental para a agência paulista da Polícia Federal, onde permaneceu "bem guardado" até o ano de 1991. Quando da extinção do Deops/SP, o Estado de São Paulo era governado por José Maria Marin, em substituição a Paulo Maluf, último dos governadores indicados pelo regime militar, que se desincompatibilizara de suas funções.[4]

Em 1991, devolvido ao Brasil o "Estado de Direito" e sob a vigência da nova Constituição promulgada em 1988, foi eleito diretamente o primeiro presidente da República desde o golpe de 1964. O acervo do Deops/SP foi então entregue à guarda da Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo, que o destinou ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde se encontra até hoje.

Entre 1991 e fins de 1994 este acervo somente pôde ser consultado por membros da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos do regime militar e por cidadãos interessados em conhecer o que o órgão tinha armazenado sobre sua pessoa, direito garantido pela Constituição de 1988 sob o título de *habeas-data* ("tenhas a tua informação").[5]

Dois questionamentos ocorrem normalmente quando se toca nesses aspectos: o que teria acontecido com a documentação relativa ao período entre 1983 e 1991, ocasião em que permaneceu sob a guarda da agência paulista da Polícia Federal? Por que a demora em democratizar a consulta a esse acervo entre 1991 e 1994?

O primeiro dos questionamentos é geralmente feito por aqueles que colocam em dúvida a importância desse acervo documental, entendendo que, nesse período, ele teria sido depurado de sua documentação mais significativa – aquela que permitiria o acesso a informações mais relevantes e descobertas mais importantes sobre o autoritarismo estatal brasileiro, particularmente sob o regime militar. Afinal de contas, em oito anos a Polícia Federal teria tido tempo suficiente para destruir o material mais "perigoso", do ponto de vista dos defensores do autoritarismo, entregando em 1991 um acervo asséptico que pouco contribuiria para as pesquisas realizadas sobre a história do Brasil contemporâneo.

A consulta à documentação existente permite constatar que, durante o período em que ficou sob a guarda da Polícia Federal, muita pesquisa foi ali desenvolvida,[6] mas que existem algumas lacunas documentais. Entretanto, como pesquisas intensivas e extensivas cobrindo todo o acervo documental ainda não foram realizadas, não há

condições de se estabelecer com clareza o que teria sido depurado. Independentemente dessa depuração, o trabalho realizado até hoje autoriza-nos a afirmar que a documentação ora disponível é de riqueza inconteste para a compreensão das relações Estado/sociedade durante o período coberto pela existência do órgão, ou seja, entre 1924 e 1983.

O segundo questionamento passa por problemáticas que envolvem tanto o momento específico em que essa discussão foi travada quanto o tipo de acervo de que se trata e sua contemporaneidade tão presente.

O momento em que se inserem essas discussões surge quando da Lei n° 8.159/91 que

> dispõe sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, privilegiou a conceituação e filosofia do acesso e liberdade de informação, responsabilizando o usuário pelo uso e divulgação das informações, resguardando-se o direito de indenização pelo dano material ou moral decorrente da violação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas.[7]

Entretanto, essa lei, que definia a política de arquivos públicos e privados em nível nacional, até o momento em que se davam esses debates não havia sido regulamentada. Segundo seu artigo 21,

> legislação estadual, do Distrito Federal e Municipal definirá os critérios de organização e vinculação dos arquivos estaduais e municipais, bem como a gestão e o acesso aos documentos, observado também o disposto da Constituição Federal.[8]

Tal determinação, portanto, libera as unidades da Federação para resolver de forma autônoma a sua organização arquivística.

Divergências

Quando se fala em preservação documental e em formas de abertura à consulta de documentação, costumam ser divergentes as posturas de arquivistas e de historiadores. Além desse elemento estimulador de tensões, houve outro a temperar as discussões que emperraram em São Paulo: a preocupação manifestada pelos elementos implicados com o regime militar e com os órgãos do aparato repressivo, por um lado; e, por outro, de cidadãos que foram objeto da vigilância da polícia política. Esses últimos temiam que informações obtidas à sua revelia pudessem, por deturpação, ser divulgadas e utilizadas de forma a prejudicar sua imagem social ou a de seus familiares (no caso dos mortos).

Foi então constituída pelo governo estadual uma “comissão de notáveis” formada por historiadores, arquivistas, juristas, representantes governamentais e de entidades de defesa dos direitos humanos. Finalmente, em 1994, essa comissão recomendou a abertura total do acervo à consulta pública, mediante a assinatura, pelo consulente, de um termo de compromisso em que este se responsabilizava pelas conseqüências da divulgação que viesse a ser dada às informações recolhidas nos acervos do Deops/SP. Ficava implícito que o responsável poderia ser alvo de processo judicial, caso divulgação de determinada informação fosse considerada, por pessoa envolvida ou familiares, como desabonadora de sua moral pública.

Em nossa concepção, São Paulo tomou assim a medida mais adequada ao desenvolvimento da pesquisa em nosso país, comparativamente aos acervos dos demais órgãos congêneres de outros Estados, também colocados sob tutela de instituições arquivísticas, como é o caso do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, que recebeu documentação semelhante em 1992. Isso é particularmente verdadeiro quando se avalia tal documentação como detentora de informações preciosas acerca de nossa história recente.

Consultando o acervo

O acervo Deops/SP é composto de 101 livros intitulados *Registros de Inquéritos Policiais*. Esses inquéritos estavam antes sob a guarda da Academia de Polícia de São Paulo que, tempos depois de o acervo ter sido enviado ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, resolveu também enviar esse material que permite excelente análise da atividade inquisitorial e da relação entre as delegacias de polícia – responsáveis, com seus inquéritos formalizados, pelas denúncias de criminalidade – e o Ministério Público, receptor dessas denúncias que, quando aceitas, transformam-se em processos judiciais – o âmbito da Justiça, propriamente dita. Esses livros de registro contêm os inquéritos instaurados pelas diversas delegacias que integravam o Deops/SP.

Além disso, o acervo também possui quatro séries documentais que se diferenciam, dentre outros motivos, pelo fato de terem sido produzidas por distintos setores dentro do órgão. O conjunto dessas quatro séries forma um acervo da seguinte magnitude: 1.500.000 fichas remissivas e 163.000 pastas.

A série *Prontuários* é formada por cerca de 163.000 fichas remissivas e 150.000 pastas-prontuários que podem ser referentes a pessoas, entidades ou temas. É a série mais antiga, datando dos primórdios do órgão (1924) e somente encerrada com a sua extinção (1983). O material que armazena originou-se do Arquivo Geral do Deops/SP.

A série *Dossiês* é formada por 1.100.000 fichas remissivas e 9.626 pastas codificadas. Data dos anos de 1940 (o documento mais antigo localizado é de novembro de 1942) e se extingue com o órgão, em 1983. O material armazenado originou-se inicialmente do chamado Serviço Secreto, criado em 1940, mais tarde denominado Serviço de Informações e, posteriormente, em 1975, Divisão de Informações.

A série *Ordem Social*, cujo material se origina da Delegacia de Ordem Social, inicia-se em 1945 e se encerra em 1983. Anteriormente, essa documentação era armazenada no Arquivo Geral do Deops/SP. É composta de 115.000 fichas remissivas e 2.321 pastas. Parte significativa delas – 547 fichas – se origina de material armazenado por delegacias do interior.

A série *Ordem Política* é a última a ser iniciada (1948), extinguindo-se também em 1983. Seu material se origina da Delegacia de Ordem Política, que anteriormente enviava, também, seu acervo para o Arquivo Geral do Deops/SP. Possui 120.000 fichas remissivas que remetem a 1.582 pastas.[9]

Nosso estudo envolveu especificamente a série *Dossiês*, detentora de acervo documental de magnitude espantosa - cerca de dois milhões de documentos armazenados – e que se caracteriza por um complexo código alfanumérico que acompanha suas pastas, bem como por uma extrema variedade documental. Além disso, embora contenha farta documentação desde os anos de 1940, a maior parte de seus documentos abrange o regime militar, de 1964 até a extinção do órgão em 1983.

A série *Dossiês*

Nossa história envolvendo a pesquisa no acervo do Deops/SP se inicia em 1991, quando de seu recebimento pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo. Vinda de uma dissertação de mestrado em que o alvo fora a censura à imprensa no período do regime militar,[10] imaginei poder realizar uma pesquisa para o doutorado naquele acervo, investigando casos de jornalistas eventualmente "vigiados" pelo Deops/SP durante o regime. Meu objetivo era reconstruir, ao mesmo tempo, o olhar do órgão sobre a imprensa paulista e a resistência desses jornalistas ao regime autoritário. Cheguei a enviar ao Secretário de Cultura da época – Adilson Monteiro Alves – uma

solicitação de pesquisa ao acervo, que não foi respondida. Baldados os esforços feitos na tentativa de conseguir realizar o intento, acabei abandonando essa linha de trabalho e realizei o doutorado, defendido em 1994.

Com a abertura do acervo à consulta, iniciei, finalmente, minha pesquisa em 1995. Tendo sido aconselhada a trabalhar com a série *Dossiês*[12], esbarrei na primeira dificuldade: de que forma acessar a série. A série é constituída de fichas remissivas e pastas documentais; possui 33 conjuntos de fichários distribuídos, na grande maioria, por nomes ou sobrenomes de pessoas ("comuns", "incomuns", "vulgos"); e um número menor de fichários semitemáticos, como "sindicatos", "placas de veículos", "jornais".

Na situação em que me encontrava – não possuía a relação prévia dos jornalistas que tivessem sido alvos de suspeição pelo órgão no período ditatorial –, debati-me na tentativa de encontrar solução para o problema de como acessá-la, uma vez que um temário não havia sido constituído. As 9.626 pastas, por sua vez, possuíam, cada uma delas, um complexo código alfanumérico que deveria ter significação e, provavelmente, remetia a um temário que naquele momento não estava decodificado.

O percurso seguido foi o de recorrer, inicialmente, à única possibilidade "temática" que se me apresentava. Acessei as fichas correspondentes ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, localizando um total de 51 fichas cujos documentos a que remetem foram consultados. Para percorrer uma relação de nomes passíveis de "suspeição" no Deops/SP, foi necessário recorrer a uma outra estratégia que me pareceu igualmente válida.

Durante a realização do doutorado tive a oportunidade de entrar em contato com o projeto *Brasil: Nunca Mais*, talvez o mais instigante projeto de pesquisa vivenciado no Brasil contemporâneo. Advogados de presos políticos, religiosos progressistas e personalidades da resistência ao regime militar, nas circunstâncias propiciadas pela anistia, em 1979, levaram avante durante seis anos a mais arrojada e corajosa iniciativa de que se tem notícia nessa área. Sabedores da existência do arquivo do Superior Tribunal Militar (STM), que reunia todos os processos movidos contra civis e militares que teriam atentado contra a Lei de Segurança Nacional, os ativistas do projeto resolveram duplicar todos os seus autos, estabelecendo assim uma significativa radiografia das concepções de segurança nacional quando colocadas em prática, ou seja, no âmbito da Justiça Militar. Em suma, uma amostra preciosa de um dos pilares do regime militar. Entre 1964 e 1979 foram copiados e microfilmados aproximadamente 707 processos, o que corresponde à totalidade dos autos dessa natureza produzidos no período.

Esse impressionante material foi submetido a uma sofisticada metodologia de análise e reunido em 12 volumes – chamados de Projeto "A" – contendo todos os resultados apurados no extenso levantamento de dados realizado. Nas inúmeras tabelas do Projeto "A" consta a relação dos denunciados que se tornaram réus, incluindo a profissão de cada um deles. Assim, chega-se à lista de 147 jornalistas denunciados nos processos que passaram pelo STM entre 1964 e 1979.

Pareceu-me que essa lista de jornalistas era bastante representativa, constituindo uma boa amostragem da resistência ao regime militar e sugerindo a possibilidade de conter parcela significativa dos assim chamados "suspeitos", segundo a ótica do Deops/SP.

O ponto de partida, portanto, foi a lista de jornalistas processados, base para as pesquisas nas fichas remissivas da série *Dossiês*. Descobriu-se uma variedade de situações: desde nomes de jornalistas com apenas uma remissão até aqueles que possuíam mais de uma centena de fichas em seu nome. As fichas são indicativas do código que remete às pastas e faz chegar a um documento contido em uma delas.[13]

No caso de jornalistas com grande variedade de remissões a documentos, era possível chegar-se a um número considerável de pastas e, às vezes, a cada documento guardado em determinada pasta. Além de representar um trabalho insano, armava-se para o pesquisador um verdadeiro quebra-cabeças. Por vezes, a leitura do documento fazia aparecer o nome da pessoa alvo da pesquisa citada, por exemplo, em meio a um depoimento. Em outros casos ocorria a referência à pessoa como participante de um congresso de um partido. Essas eram algumas das possibilidades com as quais nos defrontávamos.

Para elucidar os fatos, o pesquisador necessita compreender o documento como um todo, pois somente assim poderá entender a circunstância na qual foi feita a citação do nome de uma pessoa. Além disso, precisa comparar cada documento com os demais, em sua pasta, para que consiga formar um quadro das razões pelas quais aquela unidade documental ali se encontra arquivada. Nem sempre isso é possível. Os documentos contidos nas pastas são extremamente variados, o que é uma característica dos *Dossiês.*[14] Muitas vezes, após uma pesquisa que consome dias de trabalho, o resultado é uma colcha de retalhos que não se cruzam. O quadro permanece fragmentado, sem que se tenha condição de reconstituir o olhar do órgão sobre o "suspeito", bem como sobre a resistência travada por ele.

Isso me fez concluir ser absolutamente fundamental construir outras formas de acesso aos arquivos pelos pesquisadores, chegando-se a um temário a partir da decodificação dos códigos de entrada das pastas. Desse modo, em novembro de 1996 foi enviado um projeto [15] à Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), especificamente para cuidar do tratamento da série *Dossiês* do Acervo Deops/SP. Aprovado em fevereiro de 1998, o projeto foi desenvolvido ao longo de quatro anos com o auxílio de inúmeros pesquisadores [16] e de duas equipes de bolsistas. Em março de 2002, os resultados foram entregues à instituição financiadora.

Dentre outras conquistas para a pesquisa histórico-documental, conseguimos descrever as 9.626 pastas do acervo, com a decodificação dos códigos e a criação de um temário/assunto para as mesmas. Essa descrição foi realizada através de fichas especialmente criadas pela equipe de bolsistas, contendo as seguintes informações: assunto geral da pasta, datas iniciais e finais de arquivamento das pastas, datas iniciais e finais da produção documental quando estivesse disponível (um documento pode ser produzido numa data e arquivado posteriormente), descritores ou palavras-chave da pasta, existência de material incomum anexado (fotografias, periódicos, objetos variados), para o caso de pesquisas específicas a esses materiais, através dos quais se poderiam localizar as pastas que os contém.

Criou-se, também, um vocabulário controlado dos termos utilizados no processo de descrição das pastas, além de proceder-se à montagem de um banco de dados que permite ao pesquisador/consulente formas variadas de acesso a essa documentação, cruzando-se informações (como o tema da pesquisa/consulta e a data), chegando-se às pastas (e sua descrição) onde essas informações se encontram alocadas. Entre 2001 e 2002, lançamos a série de volumes intitulada *Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro*,[17] que se debruça exatamente sobre os resultados do projeto.

Decodificando a série *Dossiês*

Neste longo percurso de construção de novas formas de acesso ao acervo pelos pesquisadores, alguns elementos foram se estabelecendo, de forma a permitir que se chegasse o mais próximo possível de uma definição da série *Dossiês.*[18]

O código alfanumérico nela utilizado é composto de três elementos e de um número de ordem para a remissão documental no interior da pasta. Tomando-se como

amostra um documento pesquisado quando da consulta realizada às fichas do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, a dificuldade de trabalho com essa documentação codificada pode ficar mais clara.

O referido documento aparece na ficha remissiva com a seguinte notação: 20 - C - 44 - 20.411. Trata-se de um relatório de agente infiltrado, não assinado, e datado de 27-10-1981. Possui um carimbo *Confidencial*. O timbre indica *Secretaria de Segurança Pública - Polícia Civil de SP - Departamento Estadual de Ordem Política e Social - Divisão de Informações*. Seu título é *Relatório*. Refere-se à cerimônia de entrega do prêmio jornalístico *Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos*, criado pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo e pela Comissão Executiva Nacional de Movimentos de Anistia. A cerimônia foi realizada na sede do Sindicato, na cidade de São Paulo.

O agente relaciona detalhadamente todas as entidades que patrocinaram o evento e explica porque foi criado o prêmio, como foi a sua distribuição naquele ano, em que consistiu, qual foi a comissão julgadora, quais os critérios para a indicação dos premiados. Descreve a cerimônia, a composição da mesa e as personalidades presentes.
Ao destacar os discursos, o agente assim se pronuncia:

> [...] timbraram pelo mesmo chavão de combater a repressão ditatorial do regime militar, que por força dos esforços deles tinha chegado à conclusão de que precisava dar esta pequena abertura política, que foi dada e que promete ser enganosa como tudo que vem do atual regime. [...]
> De ponderável, apenas as palavras ditas por Ricardo Kotscho, que ao receber o prêmio foi muito aplaudido, quando falou que estava com medo da posição que os companheiros vinham adotando de considerar estas cerimônias, bem como as reuniões de debates ou autocríticas, mesmo sem que disso se apercebessem, como um ritual rotineiro do qual nada se extraía. Disse que nestas reuniões, infelizmente, está predominando um espírito de divisão, onde as ambições de poder e as pretensões partidárias estão levando os companheiros a uma situação de divisão interna que só beneficia ao regime e dificulta o progresso de luta pela derrubada do mesmo.

O agente prossegue apontando outras personalidades presentes como Caio Prado Jr. e as "...cabeças de um tal Conselho Mundial das Igrejas, dois reverendos: um de nome 'Charles' e outro 'Jaime Wright'. Também já de idade, a Madre Cristina, entregou prêmios". Segue dizendo que há em anexo (comprova-se que há de fato) uma Declaração de compromisso [19] e uma "...pequena biografia de um tal Antonio Benetazzo". [20]

A riqueza do documento nos dá uma pequena amostra da importância dessa documentação, do papel desses agentes infiltrados e de seus relatórios pormenorizados, os quais demonstram uma infiltração cuidadosamente construída a ponto de o agente conhecer os meandros dos locais sobre os quais exerce vigilância, resvalando em opiniões pessoais acerca do evento e de seu transcurso.
O relatório oferece uma grande quantidade de informações que, dependendo das circunstâncias, são cronometradas minuto a minuto, em minúcias que nem sempre resultam na consistência exigida pelos objetivos do órgão, dada a sua inutilidade.

Partindo do pressuposto da interpenetração/interdependência dos elementos do código – que podem estar presentes ou se repetir em diferentes locais – para desvendar o que foi possível construir sobre eles, concluímos que é preciso lidar com a sua fluidez, o que é natural se levarmos em conta o fato de que foram criados na década de 1940 e acompanharam a história do Brasil pelos 40 anos subseqüentes. Sofreram, portanto, mutações decorrentes do tempo, dos objetivos governamentais e da própria

Carros blindados das forças legalistas percorrem as ruas da cidade de São Paulo após a retirada dos revoltosos. São Paulo, julho de 1924. Coleção O Estado de São Paulo. In: FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. A Revolução de 30 e seus antecedentes. Org. Ana Maria Brandão Murakani. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

noção de "suspeição" – cujo significado varia de acordo com os interesses prevalecentes nesse ou naquele período.

Ao primeiro elemento do código chamamos *Família.*[21] Corresponde a um tema geral e apresenta-se em cinco dezenas: as *famílias 10, 20, 30, 40, 50.* A *família 10* refere-se à suspeição lançada contra estrangeiros nas circunstâncias da Segunda Guerra Mundial, a partir de 1942, quando o Brasil declara guerra ao Eixo. A perseguição atinge prioritariamente os alemães, italianos e japoneses, mas abrange outras nacionalidades. Por vezes aproveita-se para "tomar carona" na suspeição contra os "eixistas" e vigiar os "suspeitos de sempre"[22] (comunistas, socialistas, principalmente).

A *família 20* refere-se, de modo genérico, à vigilância exercida sobre pessoas envolvidos com a política nacional, vista no sentido amplo e sob o aspecto institucional (partidos, políticos), enfocando particularmente o panorama eleitoral.

A *família 30* enfatiza a perseguição aos "suspeitos" de atividades comunistas, socialistas e anarquistas.

A *família 40* reúne documentação das diferentes delegacias que integram o Deops/SP: Armas, Munições e Explosivos; Ordem Econômica; Ordem Política; Ordem Social; Estrangeiros.[23]

A *família 50* – a maior de todas – é a de mais difícil definição. Sozinha, corresponde a 4.531 pastas, num universo de 9.626. Há uma grande variedade de temas no seu interior e observa-se ainda o fenômeno da constante migração de códigos, ou seja, um código criado na década de 1940 com determinado significado pode sofrer alterações de sentido no período do regime militar. Ali encontram-se constantemente referências à suspeição sobre estrangeiros e o acompanhamento do panorama eleitoral ao longo do tempo. A maior parte do acervo reunido refere-se à fase pós-1964, com seus interesses específicos vinculados à chamada Doutrina de Segurança Nacional.[24]

As *famílias*, por sua vez, subdividem-se em *subfamílias* que correspondem a subtemas dentro do tema geral. Na *família 10*, temos as s*ubfamílias 10, 11, 12, 13, 14 e 15. A família 20* apresenta-se dividida nas *subfamílias 20, 21, 22, 23 e 24.* A *família 30* possui as *subfamílias 30 e 31*. A *família 40* encontra-se subdividida nas seguintes *subfamílias: 40,41, 42 e 43.* Finalmente, a família 50, conhecida por sua complexidade e extensão documental, divide-se nas duas *subfamílias 50 e 52.*

As *subfamílias*, por sua vez, agregam-se às letras (o segundo elemento do código) para a formação do tema específico. Denominamos as letras de *setores*, na medida em que, de maneira geral, correspondem a um determinado setor da sociedade. Nem todas as letras do alfabeto foram utilizadas dentro da mesma lógica observada em relação aos números das *subfamílias*. Os números foram criados para crescer muito. Durante a vida da série, não foram esgotadas as suas possibilidades totais. Os *setores* encontram-se assim subdivididos:

A - Vigilância das atividades desenvolvidas por proprietários, aqui encarados no sentido amplo, abrangendo desde donos de empresas até seus diretores ou executivos.

B - Vigilância das atividades desenvolvidas por funcionários, também entendidos no sentido amplo. Embora a maioria se refira a funcionários de baixo escalão, a suspeição pode, por vezes, atingir gerentes ou executivos, ou mesmo donos de pequenos estabelecimentos.

C - Vigilância das atividades desenvolvidas pelos estudantes.

D - Vigilância das atividades desenvolvidas pelos militares.

E - Vigilância das atividades desenvolvidas por órgãos, pessoas, ou sobre relações travadas no interior das representações diplomáticas.

F - Possui grande fluidez. Até onde se pôde perceber, atinge o que poderíamos chamar genericamente de

"grandes proprietários". Sua linha limítrofe com o setor A não é precisa e deixa margem a certa indefinição.

G - Vigilância das atividades desenvolvidas por religiosos.

H - Vigilância das atividades desenvolvidas pelos funcionários públicos.

I - Também bastante imprecisa e indefinida. Diz respeito à suspeição sobre negociantes de maneira geral, não vinculados a empresas em especial, e a pessoas que vivem de rendas.

J - Vigilância das atividades desenvolvidas no interior de associações, clubes e partidos políticos.

K - Vigilância das atividades desenvolvidas por profissionais liberais.

L - Vigilância das atividades desenvolvidas por editoras/editores.

Z [25] - Compreende a vigilância a setores não especificados. Tudo o que não se enquadra nos setores anteriores aparece arrolado aqui.

O terceiro elemento do código também é numérico. O seu significado mais comum remete a uma ordem cronológica de abertura das pastas.

Algumas observações, entretanto, devem ser feitas. Alguns códigos se iniciam não com o número um, mas com o número zero. É o caso do seguinte exemplo: o 50 - B começa, na realidade, com o 50 - B - 0. Quando isso ocorre, seu significado é praticamente o mesmo observado em relação ao setor Z: não identificado, servindo a todos os setores sociais que não se enquadraram nas letras anteriores. Nesse caso, a partir do número zero não se segue, necessariamente, a ordem cronológica, rompendo-se portanto a lógica que vai do número mais baixo para o mais alto, num crescendo temporal. No exemplo destacado, 50 - B - 0, a pasta foi aberta em 1-12-1943, enquanto que, na seqüência 50 - B - 1, a primeira pasta foi aberta anteriormente, em 24-11-1943. Ali, localizam-se investigações que, necessariamente, também não se relacionam diretamente com a temática do código, como se o arquivista não soubesse classificá-las e acabasse alocando-as sob a numeração zero.

Outro aspecto do terceiro elemento se relaciona com os códigos que, com o passar do tempo, sofrem alterações, na maior parte das vezes relacionadas com as circunstâncias de momento. Por exemplo, em momentos determinados, a suspeição sobre atividades comunistas assumia uma característica específica, sendo a chamada classe operária o alvo prioritário das investigações. Isso ocorre, principalmente, entre as décadas de 1940 e 1950.

Entretanto, a partir dos anos 1960, o "comunismo" se converte em "comunismos", com uma diversidade de siglas e práticas políticas diferenciadas. O perfil do militante se transforma brutalmente, atingindo as chamadas "classes médias" e tendo a categoria dos estudantes numericamente muito representada. Portanto, a abordagem da suspeição modificou-se, e suas motivações também.

Os códigos precisam se adaptar aos novos tempos. Ocorrem, portanto, migrações entre eles. Nesses casos, geralmente, o terceiro elemento deixa de configurar apenas uma categoria cronológica para se transformar em mais um aspecto de definição do tema, na direção de cruzamento e afunilamento de seu sentido.

Temos considerado até agora os conjuntos formados por três elementos de código. Porém, para efeito de uma maior precisão arquivística, o nome que receberam em nosso banco de dados e em nosso catálogo é *Dossiê*, o que subentende que representem de fato a unidade dessa série.

Uma vez esclarecidos esses elementos, é necessário atentar para um aspecto importante: a quantidade de pastas no interior de cada *Dossiê*. Dentre 9.626 pastas, contamos um total de 5.209 *Dossiês*, o que significa existirem *Dossiês* que possuem mais de uma pasta. Nesses casos,

também o critério cronológico é válido, sendo que a primeira pasta do *Dossiê* é aberta anteriormente em relação à subseqüente e assim sucessivamente, num encadeamento cronológico linear e crescente.

Do total de *Dossiês*, existem 437 que contêm pastas duplicadas, sendo, portanto, em imensa maioria, pastas unitárias. No caso dos *Dossiês* com pastas duplicadas, a quantidade de pastas em cada um é bastante variável. Existem *Dossiês* com apenas duas pastas e outros com um grande número. O *Dossiê* mais numeroso é o 52 - Z - 0, que contém 583 pastas. Conforme já explicado, a partir da decodificação da *subfamília 52* (acrescente-se o *setor Z* - não especificado - e o terceiro elemento zero - também, não especificado), esse *Dossiê* é composto de resumos de todas as informações existentes na série sobre assuntos/pessoas, realizados mediante solicitações de outros órgãos. Daí podemos deduzir a intensa comunicação entre os órgãos de informação/repressão na procura de mais informes sobre seus objetos de "suspeição".

Assim, chegamos ao quarto elemento, que não compõe o *Dossiê*, no sentido de contribuir para definir um assunto, mas que representa um número de remissão indicativo para a busca da informação no interior de uma pasta. Tomemos, a título de exemplo, os dois documentos que destacamos: o 20 - C - 44 - 20.411 e o 30 - C - 1 - 25.011. Pelo elevado número de remissão do quarto elemento (20.411 e 25.011), percebemos que se trata de *Dossiês* com grande número de pastas e com enorme quantidade de remissões documentais a elas. No primeiro caso, pelo menos acima de 20 mil e, no segundo, mais de 25 mil. O *Dossiê* 20 - C - 44 possui um total de 242 pastas e o 30 - C - 1, 176 pastas.

Ainda a esse respeito, é preciso esclarecer que há um número variável de remissões nas pastas. Existem pastas extremamente finas que possuem apenas uma folha de papel, correspondente a uma remissão, enquanto outras, extremamente volumosas, contêm mais de 200 remissões documentais.

Temos nos referido constantemente a remissões documentais e não a unidades documentais. Exemplificando: imaginemos uma unidade documental representando um depoimento de um preso político que, inicialmente, prestou informações no Destacamento de Operações de Informações, Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) [26] e, posteriormente, foi enviado ao Deops/SP para prestar novos depoimentos e ter formalizado o seu inquérito.[27] O depoimento prestado no DOI-Codi em duas cópias – uma de próprio punho, que o preso era obrigado a fazer, e outra (a sua cópia) datilografada pelo órgão – era enviado ao Deops/SP. Há uma imensa quantidade de depoimentos dessa natureza.[28] Nesses depoimentos, pode haver referências a um grande número de pessoas com as quais contatou o depoente na sua história de militância, bem como indicações de eventos dos quais o depoente participou como militante, além de apontamentos sobre panfletos ou jornais lidos ou produzidos pela organização a que pertence. Cada uma dessas pessoas, eventos, panfletos e jornais pode representar uma remissão anotada numa ficha. Desse modo, uma mesma unidade documental pode corresponder a um grande número de remissões nas fichas. Não se deve, portanto, confundir o número de remissões com o número de unidades documentais constantes nas pastas.

A título de conclusão

Como procuramos acentuar, nosso objetivo era o de tentar esclarecer um pouco mais sobre essa zona de sombras que recobre a sociedade brasileira e a traz envolta em autoritarismo explícito e implícito.[29] Temos clareza, entretanto, que a dimensão do acervo a que nos propusemos estudar é de tal magnitude que permite apenas levantar algumas hipóteses.

Durante o período de realização do Projeto *Mapeamento e Sistematização do Acervo do Deops/SP: Série Dossiês (1940-1983)*, particularmente na sua fase de finalização, em diversas oportunidades fomos entrevistados por jornalistas e tivemos também oportunidade de falar em diferentes ocasiões para públicos acadêmicos e não-acadêmicos de distintos Estados do Brasil. Todos queriam saber sobre as nossas conclusões e, mais especificamente, quais as "descobertas" que havíamos feito, sempre no sentido do "furo jornalístico". Ou seja, qual a "bomba" que essa documentação revelou?

Depois de muito refletir sobre o teor dessas indagações e, também, de deparar com documentos "bombásticos" escondidos nos meandros dessa fantástica massa documental, chegamos à conclusão de que, se há de fato importância nessa documentação – e, creia leitor cético, há –, ela se encontra menos nos "furos" e "bombas" que possa revelar e mais no que está contido nos procedimentos rotineiros de um órgão cuja vida ativa permeou quase 60 anos da República brasileira.

A série *Dossiês*, embora se caracterize, como já afirmamos, pela imensa variedade documental, constitui-se de documentação produzida pelo Serviço Secreto/Serviço de Informações/Divisão de Informações, ou seja, é o "coração" do Deops/SP, um órgão estritamente voltado para exercer vigilância sobre o cidadão considerado "suspeito". Portanto, a documentação produzida por esse setor é o que mais caracteriza essa atividade repressiva.

De toda a massa documental, causam maior impressão os relatórios dos agentes infiltrados, dos quais o leitor teve oportunidade de conhecer dois exemplos. Nesses relatórios, os agentes se desnudam em comentários pessoais e, ao mesmo tempo, demonstram conhecimento profundo dos meandros das instituições/pessoas que vigiam, revelando a capacidade de infiltração e a vulnerabilidade da sociedade à sua atuação. Suas observações esclarecem também o núcleo da mentalidade autoritária que produziu e armazenou um acúmulo de informações inúteis para os interesses do Estado.

Representam a verdadeira "banalidade do mal".[30] Entretanto, se o mal é "banal", nem por isso precisa deixar de ser contido. Devemos detê-lo com todas as nossas forças e em todas as suas formas de manifestação.

Há poucos anos, fomos surpreendidos por reportagens que davam conta da existência de uma Divisão de Comunicação Social, vinculada à Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, que, utilizando inclusive antigos funcionários do Deops/SP, continuava a exercer as mesmas funções do órgão extinto, dando-se ao luxo de vigiar até o secretário de Justiça de São Paulo que, no passado, havia sido advogado de presos políticos do regime militar. A documentação continuava a ser produzida, pelo menos até o ano de 1995, 13 anos após a extinção do Deops/SP. Com a divulgação dada ao caso, a referida Divisão foi extinta, sua documentação foi lacrada e entregue ao Arquivo Público do Estado de São Paulo, onde continua fechada e intocada à espera de tratamento documental. Existirá outro órgão, agora, com nova denominação e função semelhante, exercendo a mesma vigilância aos "suspeitos de sempre"?

Fomos novamente surpreendidos em 2001 com revelações jornalísticas dando conta da atuação da Promotoria em Marabá (PA), "estourando" uma casa em que atividades se desenvolveriam em continuidade a um processo que remontava a pelo menos 27 anos. Os habitantes da região onde ocorreu a chamada Guerrilha do Araguaia[31] continuam atemorizados pelas forças de segurança que vigiam o local e, em troca de pequenos presentes, garantem o silêncio sobre os acontecimentos de que foram testemunhas entre os anos 60 e 70. A casa de Marabá evidenciava a atuação desses agentes de segurança junto à população e apontava para a existência de 19 escolas de inteligência militar. Essas escolas operavam um serviço absolutamente desconhecido do público e utilizavam

métodos muito mais avançados do que os do pouco saudoso Serviço Nacional de Informações (SNI).

Tudo isso vem demonstrar que é mais fácil derrotar institucionalmente um regime autoritário e restaurar, mesmo que de forma "lenta e gradual", as prerrogativas que compõem o chamado "Estado de Direito" do que extinguir as intrincadas relações autoritárias que permeiam nosso cotidiano e cuja continuidade ultrapassa os marcos cronológicos dos autoritarismos explícitos.

A visita a essa documentação, um passeio nas demonstrações cotidianas do ofício de dominação, um mergulho na mentalidade repressiva que mostra a "banalidade do mal", pode atuar como elemento desarticulador da condição autoritária e contribuir para a ruptura dessa continuidade intrincada e capilar que permeia nossa sociedade, mesmo em seus momentos de democracia institucional.

Notas |

1. SOMBRA, Luiz Henrique. Departamento Federal de Segurança Pública: ruptura ou permanência? In: DOPS *a lógica da desconfiança.* Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996. p. 37-41.

2. CARONE, Edgard. *A República Velha* - Evolução Política. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. p. 352-377.

3. A esse respeito consultar: STEPAN, Alfred. *Os militares*: da abertura à Nova República. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986; DUARTE, Celina Rabello. *Imprensa e Redemocratização no Brasil:* um estudo de duas conjunturas, 1945 e 1974-1978. Dissertação (Mestrado), PUC-SP, São Paulo, 1987; ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil:* 1964-1984. Petrópolis: Vozes, 1984; D'ARAÚJO, Maria Celina *et al.* (Org.). *A volta aos quartéis*. A memória militar sobre a abertura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

4. A esse respeito ler: ARAÚJO, Lucimar Almeida de *et al.* O Acervo Deops/SP. In: AQUINO, Maria Aparecida de *et al.* (Org.). *No coração das trevas:* o Deops/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001. p. 23-35.

5. A Constituição de 1988, ao garantir a todos os cidadãos o direito do *habeas-data*, permitia o acesso às informações acumuladas pelos órgãos do aparato repressivo.

6. Na série *Dossiês*, arquivada sob o código 52-Z-0, as pastas 549 a 583 referem-se a pedidos de informações solicitados por outros órgãos de repressão sobre várias pessoas das quais elaboraram-se resumos. Entretanto, as datas de elaboração desses resumos são posteriores ao fechamento do Deops/SP. A esse respeito ver: ARAÚJO, Lucimar Almeida de *et al*., *op. cit*., p. 25-26.

7. ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Os arquivos das polícias políticas*: reflexo de nossa história contemporânea. 2. ed. Rio de Janeiro: FAPERJ, 1996. p. 12.

8. *Ibidem*, p. 37.

9. Para uma descrição pormenorizada do Acervo Deops/SP, consultar: ARAÚJO, Lucimar Almeida de *et al*., *op. cit*., p. 26-35.

10. Referência à dissertação de mestrado em História Social defendida no Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP), publicada com o título *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978)*. Bauru: Edusc, 1999.

11. A menção refere-se ao trabalho defendido em História Social, no Departamento de História da FFLCH/USP, intitulado *Caminhos Cruzados: Imprensa e Estado Autoritário no Brasil (1964-1980)*.

12. Conforme já afirmado, a série *Dossiês* possui o maior volume de material referente ao período do regime militar. Já a série *Prontuários*, a mais antiga de todas e que acompanha o órgão de seu início à extinção, embora possua material referente à fase posterior a 1964, tem a maior parte de seu acervo concentrada no primeiro governo Vargas (1930-1945).

13. Outras referências sobre a realização dessa pesquisa estão em: AQUINO, Maria Aparecida de. Jornalistas/Militantes na mira do Deops/SP. In: AQUINO, Maria Aparecida de *et al.* (Org.), *op. cit.,* p. 181-197.

14. Segundo o *Dicionário de terminologia arquivística* (CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli [Coord.]. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiros [Núcleo Regional de São Paulo]/Secretaria de Estado da Cultura, 1996), *Dossiê* significa *"unidade documental em que se reúnem informalmente documentos de natureza diversa"* (p. 32).

15. Projeto *Mapeamento e Sistematização do Acervo Deops/SP: Série Dossiês (1940-1983).*

16. O projeto foi coordenado pela profa. dra. Maria Aparecida de Aquino (DH/FFLCH/USP) e teve o acompanhamento dos mestrandos em História Social (DH/FFLCH/USP) Marco Aurélio Vannucchi Leme de Mattos e Walter Cruz Swensson Jr.

17. Em novembro de 2001 foi lançado o primeiro volume da série *No coração das trevas: o Deops/SP visto por dentro*, que contém um estudo sobre toda a legislação que amparou o órgão durante sua existência, uma primeira reflexão sobre o Deops/SP e artigos de pesquisadores que se debruçaram sobre essa documentação. Em novembro de 2002 foram lançados os quatro volumes restantes da mesma série, que contêm todo o catálogo com a descrição das 9.626 pastas, uma reflexão sobre o significado dos códigos e famílias que compõem a série e artigos de pesquisadores sobre temas instigantes contidos nessa documentação.

18. Encontramo-nos em fase final da reflexão acerca da série, do órgão, de sua relação com a sociedade. Tendo em vista o fato de que nosso projeto se debruçou sobre a totalidade da série, sem condições de analisar detidamente os documentos no interior das pastas, algumas ambigüidades permanecem. Além disso, a interpenetração/interdependência dos elementos que compõem os *Dossiês* é uma característica que dificulta o estabelecimento de definições taxativas, o que talvez seja um problema com o qual tenhamos de continuar lidando até o momento em que muitas pesquisas à série forem realizadas, solucionando-o.

19. Declaração remetida pelo código 20 - C - 44 - 20.408. Trata-se de um compromisso de luta pelos Direitos Humanos, relembrando as mortes e torturas e afirmando que esses crimes não podem ficar impunes. A declaração protesta contra todas as formas de violência e repressão, manifestando repúdio; proclama o *Dia da Defesa dos Direitos Humanos dos Trabalhadores;* e conclama todos os setores da sociedade para assumirem o mesmo compromisso de luta.

20. Biografia sob o código 20 - C - 44 - 20.409. Antonio Benetazzo foi um militante, professor e artista plástico, preso pelo regime militar em 28-10-1972, assassinado (alegou-se atropelamento) em 30-10-1972. Para mais informações sobre Antonio Benetazzo, consultar: *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964.* São Paulo: Imprensa Oficial do Estado (Imesp), 1996; e MIRANDA, Nilmário; TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo:* Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado. São Paulo: Boitempo, 1999.

21. Essas denominações foram construídas de comum acordo com a nossa Assessoria para Arquivística, constituída, num primeiro momento, pela profa. dra. Ana Maria de Almeida Camargo e, num segundo momento, acompanhada por um seu ex-orientando, o prof. dr. André Porto Ancona Lopez.

22. Referimo-nos à célebre frase do chefe de polícia do filme *Casablanca*, que, ao presenciar o assassinato de um nazista, ordena a seu subordinado que "prenda os suspeitos de sempre".

23. É importante observar que essas delegacias mudaram de nome com o tempo. Tomamos a sua denominação mais comumente utilizada.

24. Conhecida como Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento vincula o binômio segurança + desenvolvimento, segundo o qual, só com segurança (leia-se "ordem política e social") é possível o desenvolvimento econômico do país. Foi gestada na Escola Superior de Guerra (ESG), instituição fundada em 1949 e voltada para a formação de militares e civis dentro dos preceitos da segurança externa e interna, princípios e orientações que os militares brasileiros, principalmente os participantes da Segunda Guerra Mundial, receberam dos EUA. Prende-se às circunstâncias típicas da chamada Guerra Fria, que opôs capitalismo x comunismo. Não se pode dizer que forma um corpo de idéias coeso e coerente, representando mais uma declaração de intenções, muitas vezes, extremamente vaga e contraditória. Dela são os termos ambíguos "guerra revolucionária", "guerra psicológica adversa", "setor psicossocial", dentre outros. Preocupa-se centralmente com o "inimigo interno" localizado dentro das fronteiras. Desloca a idéia de segurança da nação, da preocupação com o "inimigo externo", para oponente próximo, alvo de perseguições e punições. Os manuais básicos da ESG dão uma idéia do que tenta ser sua confusa e pouco conceitual "teorização". Um trabalho bastante amplo sobre o tema foi realizado por ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* Petrópolis: Vozes, 1984.

25. Do mesmo modo que entre 50 e 52 houve um salto para encerrar as *subfamílias*, com os setores observa-se o mesmo: depois do setor L pula-se para a última letra*/setor Z.*

26. Os DOI-Codis foram criados em 1970 e suas unidades correspondiam a cada uma das divisões administrativas das Forças Armadas. Surgiram tomando por base a experiência-piloto realizada em 1969, em São Paulo, intitulada Operação Bandeirantes (Oban) e considerada bem-sucedida. Seu propósito era o de constituir-se em braço armado e ágil da repressão, dispensando as formalidades burocráticas, para destruir as organizações clandestinas que procuravam, por intermédio da luta armada, derrubar o regime militar. Caracterizavam-se por congregar diferentes órgãos das forças de segurança/repressão/informações. Deles participavam policiais civis e militares estaduais, a Polícia Federal, membros do Exército, Marinha e Aeronáutica. O comando pertencia ao Exército da divisão administrativa correspondente. Para explicações pormenorizadas do funcionamento deste e outros órgãos repressivos do regime militar ver: ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais.* Petrópolis: Vozes, 1985; D´ARAÚJO, Maria Celina *et al.* (Org.). Os anos de chumbo. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; FICO, Carlos. *Como eles agiam.* Rio de Janeiro: Record, 2001; HUGGINS, Martha K. *Polícia e política:* relações Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez, 1998.

27. O inquérito formalizado será a base para a denúncia ao Ministério Público que, se aceita, servirá para a montagem inicial dos autos do processo judicial. Nos casos dos presos políticos do regime militar, os processos tramitavam no âmbito da Justiça Militar a que nos referimos quando mencionamos o projeto *Brasil: Nunca Mais.*

28. Parte da documentação produzida no DOI-Codi já se encontra disponível através dos depoimentos arquivados no Deops/SP. A outra parte encontra-se nos acervos produzidos no regime militar, os quais ainda não se encontram à disposição do público. Há uma luta da chamada sociedade civil para que essa documentação seja disponibilizada a fim de que se conheçam os meandros desse período autoritário em nosso país.

29. Estamos nos referindo aos períodos em que o autoritarismo se manifesta de forma explícita, através da imposição de regimes autoritários, como o primeiro governo Vargas (1930-1945) e o regime militar (1964-1985). Referimo-nos, também, às relações autoritárias que permeiam a nossa sociedade e que permitem a sobrevivência, em períodos democráticos, de órgãos do aparato repressivo como o Deops/SP.

30. Termo utilizado por Hannah Arendt na magistral obra *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal,* São Paulo, Diagrama & Texto, 1983.

31. Guerrilha rural levada a efeito pelo Partido Comunista do Brasil (PC do B), cisão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), oficializada em 1962. Ocorreu na região do Araguaia (GO), a partir de 1967. Foi descoberta pelas Forças Armadas em 1972. Foram necessárias três incursões do Exército até que a guerrilha fosse completamente debelada em 1974, com a morte de todos os seus participantes, cerca de seis dezenas de militantes. Como a documentação do Centro de Informação do Exército (CIE) não está aberta à consulta e como o assunto é tabu absoluto nas Forças Armadas, esses episódios encontram-se ainda envoltos em desconhecimento. Quase todos os guerrilheiros foram mortos ou se encontram desaparecidos, os corpos não foram devolvidos a seus familiares, que desconhecem as circunstâncias reais de suas mortes.

Maria Aparecida de Aquino é professora do Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP), autora e apresentadora da série televisiva *Anos de Chumbo - 1939-45*, sobre a Segunda Guerra Mundial (TV Cultura), da coleção *Radiografias do Autoritarismo Republicano Brasileiro* (Imesp), de *Censura, Imprensa, Estado Autoritário* (Edusc). Coordenou, entre 1998 e 2002, o projeto *Mapeamento e Sistematização do Acervo Deops/SP: Série Dossiês (1940-1983)*, financiado pela Fapesp e com o apoio da USP e do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Beatriz Kushnir

Decifrando as astúcias do mal

Na discussão sobre se fontes documentais produzidas pelas polícias políticas devem ser acessíveis a todos, limites tênues parecem separar o que é público para o corpo social e o que fere a dimensão privada da história de cada cidadão.

“Somente a pura violência é muda, e por este motivo a violência, por si só, jamais pode ter grandeza.” (Hannah Arendt)

Há quase dez anos tornou-se tema de minhas pesquisas avaliar a organização e a disponibilidade das informações nos acervos do Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (Dops/GB) e do órgão congênere de São Paulo (Deops). Em 1996, dava início ao doutoramento, que se desenvolveu junto ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Meu objeto de reflexão centrou-se nos mecanismos da censura e nos pactos da grande imprensa com os órgãos de repressão. Mapeei, entre outros aspectos, os colaboradores, no interior das empresas de comunicação, que optaram pelo expediente de autocensura.[1]

Vistos marcadamente como um dos símbolos do arbítrio, os Dops e as demais instituições do aparato repressivo foram desativados burocraticamente entre 1983 e 1988 – ano da promulgação da nova Constituição Federal. Ao se dar fim, pela caneta, a esses instrumentos de controle, esquecia-se que a República brasileira conviveu com a sua existência nos poucos períodos democráticos de sua história. Sua exclusão criou, à época, uma imagem de que o cidadão passava a gozar plenamente das liberdades de expressão e organização política – pilares da democracia.

A cultura política autoritária que está na gênese de nossa sociedade propiciou, mesmo nos referidos períodos democráticos, que essas agências tivessem voz e força. Nesse sentido, faço duas ressalvas. A primeira, que o termo polícia política é compreendido e empregado aqui para identificar uma forma de atuação policial direcionada à repressão das ações políticas oposicionistas ao poder vigente. Utilizando ou não a força armada, sua principal função é a de manter e assegurar a **ordem pública**. Uma segunda ressalva diz respeito ao caráter comprobatório que os documentos desses acervos possuem. Assim, permitir o acesso a eles significa, por um lado, garantir a liberdade de pesquisa acadêmica; e, por outro, a possibilidade de legalizar situações jurídicas a partir das informações ali contidas.

Os acervos documentais em depósito nos arquivos públicos incorporam essa dupla função. Tal premissa é fundamental e aceitá-la auxilia e justifica a proposta de disponibilizar amplamente, e sem restrições, as informações arquivadas, sem diferenciar o acesso entre pesquisadores e advogados dos “fichados”.

Eis aí um ponto relevante de uma agenda de debates que ainda está longe de ser equacionada. Nos idos de 1996, o estado de atonia em que mergulhara, pela diversidade de possibilidades e impossibilidades, a consulta aos documentos da polícia política motivou-me a procurar a origem da legislação reguladora dessa matéria. Compreender as regras que regem tanto a guarda dos documentos como a sua utilização tornou-se condição prévia para o prosseguimento desse trabalho. Somente assim seria possível avaliar a documentação acessível de cada um dos arquivos dos Dops/Deops, escolhidos para a minha pesquisa. Além disso, o estado dos acervos das polícias políticas, fora do eixo Rio-São Paulo, permanecia, ainda em fins da década de 1990, um tema pouco conhecido. Para se compreender a dimensão desse fato, basta lembrar que o *Jornal do Brasil*, de 12-4-1998 (p. 5), noticiou que, até então, apenas três acervos – os dos Dops dos Estados do Paraná, Pernambuco e Goiás – haviam sido recolhidos em seus respectivos arquivos públicos estaduais. Em matéria intitulada “Fichas do extinto Dops desafiam Minas”, denunciava-se também que, nesse último Estado, o acervo fora incinerado pelos antigos agentes da Polícia Federal – embora papeletas com fotos e dados pessoais estivessem sendo enviadas às redações de jornais em Belo Horizonte.

Na teia do “que se pode conhecer”, a questão, naquele momento, se circunscrevia às discussões sobre as

alterações na Lei de Arquivos de 1991, que acabaram por resultar em uma regulação mais retrógrada e inconstitucional, por meio da Lei nº 11.111, de 5-5-2005. Certamente, a compreensão da legislação que regula tanto a guarda dos documentos públicos como também a sua disponibilização é de fundamental importância para o historiador e o cientista social, que têm no arquivo um dos seus principais instrumentos de trabalho. Torna-se, portanto, crucial o domínio desse aparato legal para que descubramos suas brechas.

As regras estabelecidas na Lei nº 11.111/2005 foram consideradas nos meios jurídicos como inconstitucionais, pois se chocam com a Constituição de 1988, ao legalizarem a prática da confidencialidade por parte do governo. Passível de duração indeterminada, o segredo foi convertido em direito do Estado, contrapondo-se ostensivamente ao direito do cidadão às informações. A manutenção do sigilo ficou, dessa forma, sob a tutela exclusiva dos representantes do poder.

Embora ainda confusas em seus movimentos, as peças desse tabuleiro de xadrez tiveram suas posições claramente definidas. De um lado, os cidadãos que carregam a pecha de fichados no Dops, com as dificuldades que esse estigma lhes impõe; de outro, os que desejam valer-se das prerrogativas constitucionais de acesso à informação, mas que se vêem tolhidos pelos argumentos de preservação da intimidade individual. É nessa seara, mais da dúvida do que das conclusões, que uma polêmica de quase uma década atrás retorna à pauta atual dos pesquisadores.

É possível perceber que a tentativa de historicizar a formação da polícia política brasileira implica tanto uma temática própria à história política quanto uma abordagem cultural. O estudo comparativo das formas de atuação do Departamento de Ordem Política e Social da Guanabara (Dops/GB) e com as do Deops de São Paulo permite que se esboce um quadro das transformações da polícia política brasileira durante o período republicano.[2]

Tendo como objeto de estudo um fenômeno da *história do tempo presente*, elegi, como eixo de reflexão, a censura e sua internalização enquanto conceito, bem como a delimitação, uso e introjeção da idéia de *criminalidade política* (BECKER, 1971). Por meio desse conceito, organismos de repressão e governos autoritários cunham a idéia daquilo que é politicamente impróprio e, portanto, passível de ser reprimido. Socialmente, essa noção, ao ser aceita, justifica a existência de instituições como os Dops.

Os momentos de imposição de sigilo e os instantes de quebra dessa "normalidade imposta" permitem refletir acerca da trajetória brasileira *vis-à-vis* seus períodos de arbítrio político. As origens de uma sociedade baseada no autoritarismo e na exclusão dimensionam o peso e o papel de uma cultura censora e repressiva no esforço de delimitar o legal e o ilegal. No Estado brasileiro republicano essa foi uma tarefa, um ato de fundação, que pode ser constatada nos trabalhos acerca da força e da ação da polícia no início da República, e se explicita como forma de impor um determinado modelo de cidadão ideal. Essas questões, assim como as da construção de uma identidade nacional e do perfil do seu cidadão, foram tratadas exaustivamente em diversos trabalhos elaborados desde meados dos anos de 1980.

A prática específica de vigiar e reprimir politicamente, implementada em certos períodos pelo Estado brasileiro, teve início há, pelo menos, 80 anos, com os primeiros decretos de estruturação de uma *polícia política*, que abrigava departamentos de investigação e repressão à vadiagem e aos "estrangeiros perigosos" – muitas vezes anarquistas ou organizadores do embrionário movimento sindical.[3] Precursoras dos Dops, desde o início da República as *Quartas Delegacias de Polícia* foram responsáveis por esse gênero de segurança pública.

Era atribuição da polícia em geral e, em particular, dos Dops, como um dos seus braços políticos, manter a ordem pública. Assim, a essa instituição competia

> […] coletar, fichar, anotar e arquivar os informes obtidos pelos órgãos de busca […] ou constantes da correspondência sigilosa, realizar a coleta complementar, preparar pedidos de busca; elaborar informações; preparar a difusão de informes e informações; instruir pedidos de passaporte e de "vistos" de saída do território nacional; fornecer certidões negativas de antecedentes políticos e sociais; realizar as atividades administrativas correntes.[4]

No papel de acumulador e gerenciador de informações, fazendo-as circular e abastecendo de dados os órgãos de inteligência, os Dops estaduais viveram, de 1968 a 1979, ou seja, do AI-5 à Anistia, seu apogeu, seguido de crise e início do processo de extinção. Geralmente, a atuação dos Dops está associada aos períodos de ditadura na República brasileira. No entanto, conforme mencionamos inicialmente, esses departamentos, assim como outras instituições de informação política do Estado, não são recentes e nunca foram efetivamente extintos, tendo sobrevivido ao longo do tempo, quer o governo fosse mais ou menos democrático, ou mais ou menos ditatorial. A preocupação com a informação sempre foi uma "questão de segurança nacional". O que demarca as diferenças de atuação nesses períodos é, entre outros aspectos, as formas de obtenção dos dados, ou seja, as origens das informações sobre as condutas individuais e as nuanças no respeito, ou não, aos direitos civis.

Não por acaso, o jornal carioca *O Globo*, em 4-8-1996, anunciou o envio ao presidente Fernando Henrique Cardoso, pelo chefe da Casa Militar, general Alberto Cardoso, do projeto de lei para a criação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Segundo esse militar, a Abin teria a seu dispor todos os instrumentos do Poder Judiciário para manter bem informado o presidente. Desfrutaria, portanto, de liberdade para "[…] plantar escuta telefônica, quebra de sigilo de correspondência e a infiltração de agentes em movimentos sociais, como o Movimento dos Sem-Terra",[5] além de centralizar um sistema de inteligência espalhado pelos ministérios e organismos federais, estaduais e municipais. Ainda segundo o general Cardoso, muito embora dirigida por um militar, a Abin seria um órgão com características civis, não querendo ser herdeiro ou descendente do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Dez anos após sua regulamentação, funcionários da Abin utilizam, em causa própria, a referida Lei nº 11.111/2005, que trata do acesso aos documentos sigilosos. Durante a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios (CPMI), em junho de 2005, dois funcionários da Abin ali prestaram depoimento. Ao serem questionados sobre os relatórios investigativos que produziram, um deles se valeu da mencionada lei, alegando o caráter sigiloso desses documentos para não responder aos questionamentos feitos pelos parlamentares.

No outro extremo da discussão está a premissa da privacidade individual. Os governos acham legítimo instituir instrumentos de vigilância e informação. Quando os documentos por eles produzidos adquirem o caráter de *corpus* de pesquisa, novas regras, contudo, são implementadas para restringir o seu acesso. A ambigüidade dessa situação está registrada até mesmo na Declaração Universal dos Direitos Humanos, particularmente nos artigos 12 e 19.

Se o primeiro artigo instrui que:

> […] todo indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, as informações e idéias por qualquer meio de expressão.

O segundo indica que:

> Ninguém sofrerá intromissões em sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou na sua correspondência, nem ataques à sua honra e reputação. Contra tais intromissões ou ataques toda pessoa tem o direito à proteção da lei.

Como se vê, trata-se de uma questão delicada, em que limites tênues parecem separar o que deve ser permitido e o que deve ser considerado ilegal; o que é público para o corpo social e o que fere a dimensão privada da história de cada cidadão. Esse é o aspecto central da discussão quando se tem um acervo policial como fonte de pesquisa. Assim, os pesquisadores se encontram em uma encruzilhada: por um lado, dependem da informação produzida pelo Estado, que – sob a égide da segurança da nação – se acha no direito de "conhecer" os atos dos seus cidadãos; por outro, se acham limitados em suas pesquisas pelas pessoas alvo dessa vigilância, que desejam preservar sua vida pessoal, sua intimidade e honra.

Eis algumas reflexões iniciais acerca das fontes comuns aos historiadores que se debruçam sobre a *história do tempo presente*, sendo, por isso mesmo, crucial analisar as políticas de formação dos acervos arquivísticos em geral. A dificuldade está em que, muitas vezes, desconhecemos exatamente como lidar com a classificação dos documentos – secreto, confidencial etc. – e também não temos a noção exata daquilo que pode ser mencionado sem ferir a suscetibilidade das pessoas envolvidas. Além disso, não sabemos quanto do conjunto original se manteve intacto após a doação às instituições de guarda, ocorrida com a extinção legal das agências repressivas.

O arquivo não é apenas um lugar de reunião de documentos ou o *locus* de trabalho do arquivista. O historiador precisa conhecer suas regras de formação para intervir nesse processo, reconhecendo-lhe definitivamente a importância no desenvolvimento do seu ofício. No caso dos arquivos do Dops, há que se ressaltar uma peculiaridade: durante a sua vigência, funcionaram como acervo interno de um órgão de segurança; após a sua extinção, assumiu o caráter de arquivo público. Esse perfil concede ao acervo uma característica própria. Se, num primeiro momento, ele é um instrumento restrito de um órgão público, "vivo" e constantemente realimentado, numa segunda fase ele é deslocado para a seara pública, e as informações ali contidas passam das mãos de poucos para um acesso, a princípio, irrestrito.

A norma diferenciada de acesso aos acervos do Dops do Rio de Janeiro demonstra uma realidade inusitada: muitos ex-militantes de esquerda dos anos 1960 defendem a restrição à abertura de seus prontuários ao público, pois eles expõem publicamente seu passado e suas ações políticas. Um exemplo disso está na tese de Ferreira (1996), que entrevistou 13 ex-presas políticas e, após um processo de negociação, optou pela não utilização de seus nomes verdadeiros.[6] Justificando esse sigilo como forma de defesa de sua privacidade, alguns "fichados" explicam que o acervo reunido pelo Dops é fruto das incursões policiais nas suas residências e contém documentos extremamente íntimos, além de cartas e objetos de uso pessoal. Assim, a composição dos prontuários desses arquivos faz com que alguns militantes sejam contrários à sua abertura ao público de maneira indiscriminada. Os que reivindicam o silêncio talvez acreditem que os relatos ali contidos são a "verdade" de suas histórias de vida depois de terem caído nas teias da polícia.

Cabe ainda lembrar que os trâmites legais, franqueadores do acesso do público ao material reunido pelos Dops, foram viabilizados pela Constituição de 1988 e pelo estabelecimento do *habeas-data*, instrumento que, em última instância, legalizou o direito civil dos "fichados" e de seus familiares. Ao consultar a documentação, antes tida como secreta e/ou sigilosa, as famílias puderam reconhecer juridicamente seus direitos civis (Costa e Fraiz, 1989, p. 67-69). Na verdade, foi essa situação legal que determinou a transformação dos acervos dos Dops em material de arquivo público.

A pesquisa nos arquivos

Ao refletir acerca da formação do acervo em arquivo, Henry Rousso[7] sublinhou as características do trabalho de cientistas sociais europeus na abertura dos arquivos da antiga URSS.[8] A problemática era semelhante à brasileira: transformar o acervo em um instrumento de pesquisa, manter sua organização original e estabelecer critérios para a sua consulta pública. Igualmente, preocupava-se com a seara dos direitos civis, a manutenção da privacidade dos indivíduos fichados e, principalmente, o que realmente se poderia esperar daquele tipo de fonte.

Nesse contexto, Rousso (1996a) ponderou sobre as funções e os limites dos arquivos para a tessitura da história. Sendo ele um estudioso preocupado com a *história do tempo presente*, suas análises mostram que, mais do que as fontes escritas, o tema em questão amplia o conceito de "vestígios do passado" ao incluir a história oral na metodologia de trabalho. O cerne da preocupação é o questionamento da "verdade histórica". Ou seja, em que situação o historiador se sente mais seguro: no registro escrito ou no depoimento *a posteriori*.

No Brasil, quanto ao acesso ao acervo do Dops e à possibilidade de consultá-lo como fonte histórica, não podemos esquecer que, entre a sua formação e a sua constituição como arquivo, transcorreu um longo período de abandono. Em São Paulo, assim como no Rio de Janeiro, as tentativas de organizar esse material se deu somente a partir da posse dos governadores eleitos em 1982 e do fim da censura – determinada na Constituição de 1988.

Em São Paulo, contudo, até 1991 a coleção do Deops continuava sob a tutela da Polícia Federal, e mesmo depois de transferida para o Arquivo Estadual continuou vedada à consulta pública (COUTO SOBRINHO, 1997). No Rio, o Arquivo Público do Estado somente recebeu o material em 1-9-1992. Em 1986, em meio ao processo de recolhimento da documentação, deu-se a instituição do *habeas-data*. Essa norma jurídica buscava resolver a situação civil de muitos familiares de desaparecidos políticos, assim como de indivíduos que sofreram a repressão do Estado ditatorial brasileiro pós-1964. Essa medida e a necessidade de consulta do material do Dops apressaram a liberação do acervo, inicialmente para um público restrito, fato que, de algum modo, resultou na liberação desses documentos e permitiu que fossem consultados de forma mais ampla.

Se essa via legal possibilitou aos pesquisadores o acesso à documentação, permaneceu a dúvida de como ordenar a consulta ao material como pesquisa histórica. Durante esse debate foi promulgada, em 1991, a *Lei de Arquivos*, a qual legisla sobre os fundos documentais. Mas antes disso já haviam sido criados instrumentos jurídicos que viabilizaram o acesso a essa fonte de pesquisa. No início da década de 1990, com a transferência do acervo do Deops de São Paulo para o Arquivo do Estado, foi editado o Decreto nº 34.216, de 19-11-1991, que instituiu uma comissão especial encarregada de receber a "papelada" do extinto órgão. Naquele mesmo ano, promulga-se a Lei 8.159/91, que dispõe sobre a organização dos arquivos brasileiros e o acesso às informações neles contidas. Um outro exemplo nessa mesma direção é o decreto editado pelo governo federal, no início de 1997, que, entre outras medidas, alterava a classificação e as formas de arquivamento de papéis sigilosos.[9]

Data também de 1991 a tentativa de se implementar uma legislação regulamentando o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq) e definindo a política nacional de acesso à informação. Nesse sentido, comissões especiais e câmaras técnicas produziram normas com vistas ao trabalho arquivístico e à consulta dos pesquisadores. Entre janeiro e março de 1997 foram publicados dois dispositivos legais relativos a esse tema:

- Decreto nº 2.134, de 24-1-1997, que regula a classificação, a reprodução e o acesso aos documentos públicos

Documento produzido pelo Partido Comunista do Brasil, provavelmente na década de 1940. Coleção Dops, rolo 066. Pasta 4579. Imagem 1461. Arquivo Público Mineiro.

de natureza sigilosa, “apresentados em qualquer suporte, que digam respeito à natureza da sociedade e do Estado, bem como à intimidade do indivíduo”;[10]

- Decreto nº 2.182, de 20-3-1997, que estabelece normas para transferência e recolhimento de acervos arquivísticos públicos federais para o Arquivo Nacional. Esse dispositivo legal “co-responsabiliza os órgãos e entidades da Administração Pública Federal no processo de preservação dos documentos de valor permanente, uma vez que a transferência e o recolhimento de qualquer acervo ao Arquivo Nacional exigirão prévia avaliação, organização e acondicionamento, o que exigirá a agilização na recuperação das informações”.

Para Vianna, Lissovsky e Sá (1986), da esfera do jurídico à da constituição de um acervo, o arquivo é, basicamente, um *locus* privilegiado de construção de memória. Para os autores, existem dois processos que transformam um “amontoado de papéis” em “arquivo”. O primeiro é realizado pelo *arquivador* e o segundo pela instituição de guarda que recebe, organiza e torna disponível o acesso. O *arquivador* é um colecionador. Sua função é instituir uma memória, sempre de maneira positiva. Organiza e coleciona os papéis pensando *a posteriori*. Assim, o arquivador

> [...] constitui a sua coleção de documentos segundo critérios que lhe são precisos – precaução, vigilância, pragmatismo político ou administrativo (economia, eficiência etc.), orgulho, fantasia e, até mesmo, senso histórico. De qualquer forma, o arquivador constitui sua coleção como parte de si, segundo um movimento que é, em primeiro lugar, um exercício de controle sobre os eventos e que pode ainda estar erigindo sua eternidade enquanto indivíduo, cujo único critério de aferição, e sólida garantia, é exatamente a memória (VIANNA, LISSOVSKY e SÁ, 1986, p. 67).

Quem seria esse personagem, no caso do acervo do Dops? O arquivador, o acumulador de informações, ali, era o chefe da seção de Arquivo – o seu organizador, enquanto se tratava de um arquivo vivo da polícia. Essa pessoa é que realizava as funções acima descritas.

Para os autores mencionados existem quatro modelos de arquivos:

- **Caótico:** aquele que chega aos centros de documentação de maneira desordenada e exige que os profissionais da área encontrem uma lógica que permita a sua consulta;
- **Centrífugo:** modelo no qual os documentos, geralmente de caráter administrativo, giram em torno da atuação do titular, no seu sentido amplo. Permitem, assim, perceber tanto as atividades do titular nas instituições da qual fez parte como percorrer a trajetória desses órgãos;
- **Centrípeto:** neste tipo de modelo, os documentos, geralmente de caráter político, estão voltados para as questões do Estado, possibilitando esboçar um quadro do momento histórico, visto a partir da ótica privilegiada de seu organizador;
- **Monumental:** neste tipo, os documentos são acumulados seguindo a lógica de conferir ao seu titular um papel histórico, o qual, certamente, ele teve, mas cuja pintura se acha carregada nas tintas.

No caso dos Dops, os acervos caracterizam-se por uma tipologia mista, centrífuga e centrípeta. Se, por um lado, tem como objetivo identificar o “fichado” no mundo social, por outro, trata-se de um arquivo que explicita o universo do outro a partir da lógica interna de seu titular. Ou seja, da perspectiva da polícia. O acervo permite tanto reconstituir uma trajetória do “fichado”, a partir da perspectiva do agente policial, como a do “fichador”.

Quando esses acervos passam ao domínio público, certas nuanças se explicitam. O material chega desorganizado

aos Arquivos Estaduais. Certamente houve uma “limpeza” realizada por ex-agentes do órgão, o que nos leva a crer que a sua lógica interna tenha sido muitas vezes deliberadamente manipulada. Uma característica, contudo, lhes é marcante: contêm informações sobre determinadas pessoas, mas não são arquivos privados. Por pertencerem a um órgão público, sua documentação é de domínio da sociedade, sendo esta situação um nó difícil de desatar. Outro aspecto importante diz respeito à hipótese de um pesquisador que se interessar daqui a cem anos pelo assunto e for consultar o arquivo do Dops. Nesse caso, não terá a metodologia da história oral ao seu alcance e não poderá cotejar os dados documentais com depoimentos verbais dos personagens.

Uma outra forma de apreender o conteúdo dos arquivos do Dops é verificar as premissas que ditaram sua acumulação. As informações ali contidas foram recolhidas sob a orientação do olhar da polícia. Há, portanto, que se levar em conta a distância entre as atividades políticas outrora realizadas e o conteúdo das fichas policiais elaboradas, compreendendo-se que foi a lógica da desconfiança de um Estado autoritário que produziu o acervo. Por outro lado, foi a lógica da democracia da informação que os transformou em arquivos públicos, abertos à consulta. Essa abertura é uma forma positiva de falar de um “silêncio”, como também de permitir ao pesquisador rediscutir a constituição de uma memória.

Construindo a memória

A disputa em torno da memória esteve presente, por exemplo, na adaptação do romance autobiográfico de Fernando Gabeira, *O que é isso, companheiro?*, para o cinema. Instaurou-se nesse caso uma polêmica acerca da apropriação e ficcionalização de fatos históricos, expondo nos jornais e na TV uma ferida que ainda sangra. Em resposta a essa manipulação do passado, Daniel Aarão Reis Filho (1997b) questionou a perspectiva que tenta impor aos anos de 1960 uma “memória da conciliação”. Para ele, “seria como recordar esquecendo, esquecendo a dor” (p. 35). A volta ao passado, para alguns, é um ato de abrandamento e de eliminação das arestas e das diferenças, é um redesenhar que deve respeitar uma lógica da harmonia e que dispensa tensões e atritos.

Na análise de Étienne François (1998), diretor do Centro Marc Bloch-Berlim, há que se redimensionar o fascínio que os arquivos das polícias políticas despertaram na comunidade acadêmica quando a esse fascínio se contrapõem as dificuldades do seu manuseio. Centrando seu foco na especificidade da República Democrática Alemã (RDA), François nos expõe as exigências que a documentação da Stasi – a polícia política da Alemanha Oriental – demandou dos pesquisadores que se aventuraram a trabalhar ali. O deslumbramento de poder consultar um material secreto em um momento de liberdade política gerou, segundo o autor, a sensação de que todo o segredo do passado seria finalmente liberto. Todavia,

> [...] muito rapidamente [...] renuncia-se a essas pretensões e começa-se a perceber que tudo não é assim tão simples, que os novos arquivos não falam por si só, que, como todos os outros arquivos, eles devem ser submetidos a uma crítica exigente das fontes, que seu manuseio só pode ser feito se forem respeitadas as preocupações éticas e metodológicas elementares, e que mesmo bem utilizados, e interrogados a partir de questões pertinentes, não dispensam o historiador de seu trabalho habitual de reconstituição e de interpretação – e não têm resposta para tudo (FRANÇOIS, 1998, p. 157).

A apreciação de François dimensiona o potencial desses arquivos de polícia política. Ao perceber a onipotência com que alguns os encaram e a decepção que tamanha expectativa pode gerar, François reafirma que tais arquivos são apenas mais uma fonte para as pesquisas. Uma fonte

rica e que não pode ser negligenciada, mas – sublinha o autor – as informações ali contidas necessitam do eterno cotejar com outras para melhor se compreender aquele período da história. Sem dúvida, o mais importante é que, com a liberação desses acervos, houve um "chamado ao trabalho, à exigência metodológica e ética, à modéstia, à humildade, ao requestionamento das certezas adquiridas" (FRANÇOIS, 1998 p. 161).

Os arquivos – em especial os que contêm informações de caráter pessoal, como os dos serviços de segurança –, lembra Camargo (1993), possibilitam duas constatações: a de que lá se encontram também informações improcedentes, inexatas e enganadoras; e a de que lá tem-se inscrita a história de um órgão de Estado. Os documentos do Dops não devem ser tomados como a verdade da vida dos indivíduos neles registrada, mas sim como a expressão da lógica da desconfiança que permeava um órgão com características ditatoriais. O passado, conforme lembra Henry Rousso (1996a), é uma "terra estrangeira", exige, no presente, o passaporte do documento conservado para nele ingressar. Nesse sentido,

> [...] acessíveis ou fechados, os arquivos são sintomas de uma falta, e a tarefa do historiador consiste tanto em tentar suprimi-la de maneira inteligível, a fim de reduzir o máximo possível a estranheza do passado.

Notas |

1. KUSHNIR, Beatriz. *Cães de guarda:* jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

2. Algumas transformações nas polícias políticas paulista e carioca, entre o início do século XX e o seu fim, na década de 1980, foi por mim reconstituído (KUSHNIR, 1997, p. 149-165).

3. Decreto nº 3.610, de 14-4-1900, regula o Serviço Policial do Distrito Federal e vincula-o exclusivamente às ordens do chefe de Polícia, de acordo com as instruções do Ministério da Justiça (*Coleção de Leis do Brasil,* ano 1900, p. 440).

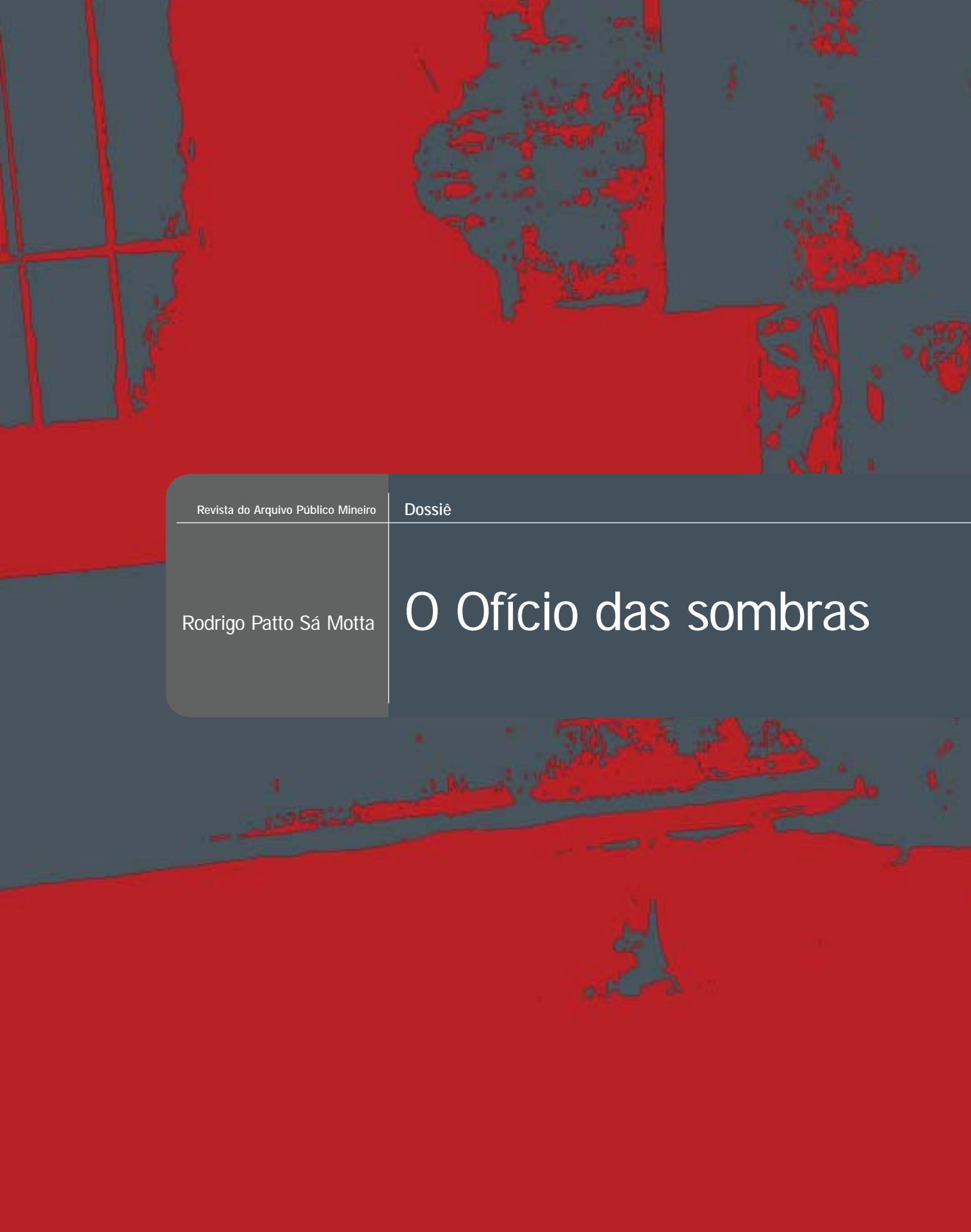
4. GUANABARA. Decreto "e", nº 3.002, de 15-8-1969. Relatório da Divisão de Informações, de 1972. Fundo DGIE, Série: Pasta Temática, Subsérie: Administrativa, nº 104 (PEREIRA e REZNIK, 1993a, p. 26, nota 20).

5. "Agência de informações do Governo vai acompanhar os movimentos sociais". O Globo, 4-8-1996, p. 12.

6. Cerca de dois mil prontuários anteriores a 1964 se encontram *on-line* no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Em um prontuário que compreende o período de 1930 a 1970, as informações contidas nos últimos sete anos foram retiradas pelos funcionários do Arquivo, e só há a possibilidade de se conhecer o período de 1930 a 1963. Essa medida foi feita, segundo as regras que regem a instituição, para preservar a privacidade exposta nos registros mais recentes.

7. Uma versão modificada da palestra apresentada encontra-se publicada no número 17 da Revista *Estudos Históricos* (Rousso, 1996a).

8. Uma reunião desses estudos encontra-se no número 35, intitulado "Pour une nouvelle historiographie de l'URSS", do *Les Cahiers de l'Institut d'Histoire du Temps Présent,* organizado por Nicolas Werth.

9. A classificação dos documentos é a que se segue, sendo possível dobrar o tempo de interdição apenas uma vez. Assim temos:
Reservados: passarão à categoria de público cinco anos depois de sua produção; Confidenciais: dez anos depois; Secretos: vinte anos depois; Ultra-secretos: trinta anos depois, só podendo receber esta classificação com a assinatura do presidente da República, do Senado e dos Tribunais Federais, evitando-se, assim, a proliferação de documentos com essa marca.

10. Decreto que regulamenta o artigo 23 da Lei nº 8.159, de 8-1-1991, e que dispõe sobre a categoria dos documentos públicos e o acesso a eles, e dá outras providências. Disciplina a consulta à documentação que esteja sob a guarda de arquivos públicos e foi estabelecida a partir da grande procura às fontes dos Dops. Tentando adequar as diretrizes da Constituição Federal à pesquisa histórica, essa legislação, embora estabeleça o livre acesso aos documentos tutelados por Arquivos Estaduais, ressalta a excepcionalidade da consulta aos que ponham em risco a segurança nacional e/ou violem a imagem do cidadão.

Referências

ARQUIVO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Guia do acervo do Arquivo do Estado.* São Paulo: IMESP, 1997.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Dops – a lógica da desconfiança.* Rio de Janeiro; Secretaria de Estado de Justiça, 1993.

ASSIS, Sulamita M. Barbosa. *Censura à imprensa no regime brasileiro pós-64:* seus fundamentos ideológicos e seus parâmetros políticos. Dissertação (Mestrado), Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, 1987.

BASTOS, Aurélio Wander; ARAÚJO, Rosalina Corrêa. A legislação e a política no Brasil. *Revista Acervo,* Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul-dez. 1989.

BERTONHA, João Fábio. Os arquivos policiais e judiciários: fontes para a história social e política brasileira do século XX. *Revista H. Social,* Campinas, Departamento de Pós-Graduação em História, n. 2, 1995.

BECKER, Howard. *Los extraños:* sociología de la desviación. [s.l.]: Editorial Tiempo Contemporâneo, 1971.

BOCCANERA, Sílio. *An experiment in prior restraint press censorship in Brazil, 1972-1975.* Dissertação (Mestrado), University of Southern California, 1978.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Informação, documento e arquivo: o acesso em questão. *Boletim – Associação dos Arquivistas Brasileiros,* São Paulo, n. 11, 1993.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O guardião da memória diplomática. *Revista Acervo,* Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, jul.-dez., 1989.

_____. *Livros proibidos, idéias malditas.* O Deops e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

COSTA, Célia Maria Leite; FRAIZ, Priscila Moraes Varella. Acesso à informação nos arquivos brasileiros. *Estudos Históricos,* Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

COUTO SOBRINHO, Fausto. Apresentação. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas.* O Deops e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

DARNTON, Robert. *Edição e sedição:* o universo da literatura clandestina no século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DAVIS, Darién J. The arquivos das polícias políticas of the state of Rio de Janeiro. *Latin American Research Review,* v. 31, n. 1, 1996.

DUARTE, Celina Rabello. A lei Falcão: antecedentes e impactos. In: LAMOUNIER, Bolivar (Org.). *O voto de desconfiança*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

_____. Imprensa e redemocratização no Brasil. *Dados*, RJ, IUPERJ, v. 26, n. 2, 1983.

DUCHEIN, Michel. *Les obstacles à l'accès, à utilisation at au transfert de l'information contenue dans les achives:* ene étude RAMP. Paris: UNESCO, 1983.

FERREIRA, E. *Mulheres, militância e memória.* Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FRANÇOIS, Étienne. Os "tesouros" da Stasi ou a miragem dos arquivos. In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). *Passados recompostos* – campos e canteiros da História. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; FGV, 1998. p. 155-161.

FRANK, Robert. La mémoire et l'histoire. *Les Cahiers de L'IHTP*, Paris, n. 21, p. 65-72, 1992.

GUENA, Márcia. *Documentos secretos da ditadura do Paraguai (1960-1980).* São Paulo: Memorial da América Latina, 1996.

KUCINSKI, Bernardo. Jornalistas e Revolucionários nos tempos da imprensa alternativa. São Paulo: Scritta, 1991.

KUSHNIR, Beatriz. Era proibido proibir? O Dops, a censura e a imprensa clandestina no Brasil do AI-5 à Anistia. *Revista Discursos Sediciosos – crime, direito e sociedade,* Rio de Janeiro, Instituto Carioca de Criminologia, ano 2, n. 3, p. 149-165, 1997.

LAFER, Celso. Público e privado: o direito à informação e o direito à intimidade. In: _____. *A reconstituição dos diretos humanos:* um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: _____. *Enciclopédia Einaudi:* Memória_História. Porto: Imprensa Naciona; Casa da Moeda, 1984.

MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira.* São Paulo: Global, 1980.

PEREIRA, Marcia Guerra; REZNIK, Luís. De polícia federal a departamento estadual – o Dops: evolução administrativa. In: ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Dops – a lógica da desconfiança.* Rio de Janeiro; Secretaria de Estado de Justiça, 1993a.

PEREIRA, Marcia Guerra; FIGUEIREDO, Miriam Beatriz C. A reconstrução do acervo. In: ARQUIVO PUBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Dops – a lógica da desconfiança.* Rio de Janeiro; Secretaria de Estado de Justiça, 1993b.

PIMENTA, João. Os Arquivos do Deops/SP: nota preliminar. *Revista de História,* São Paulo, USP, n. 132, 1995.

REIS FILHO, Daniel Aarão *et al. Versões e ficções:* o seqüestro da História. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997a.

_____. Um passado imprevisível: a construção da memória da esquerda nos anos 60. In: REIS FILHO, Daniel Aarão *et al. Versões e ficções:* o seqüestro da História. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1997b. p. 31-45.

RIOUX, Jean Pierre. La memóire colletive. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, J. F. (Org.). *Pour une histoire culturelle.* Paris: Seuil, 1997. p. 325-354.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos,* RJ, v. 9, n. 17, 1996a.

_____. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Org.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FGV, 1996b. p. 93-102.

THOMPSON, A.; FRISCH, M.; HAMILTON, P. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Org.). *Usos e abusos da história oral.* Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 65-92.

VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Mauricio; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. *Arquivos e Administração,* Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 2, p. 62-76, 1986.

VIANNA, Helena Bresserman. *Não conte a ninguém...* Contribuição à história das Sociedades Psicanalíticas do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imago, 1994.

WERTH, Nicolas (Dir.). Pour une nouvelle historiographie de l'URSS. *Les Cahiers de L'IHTP,* Paris, n. 35, 1996.

A historiadora **Beatriz Kushnir** é doutora em História Social do Trabalho pela Unicamp e professora convidada do Departamento de História da mesma universidade. Desde abril de 2005, dirige o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. É autora de *Baile de Máscaras. Mulheres judias e prostituição. As polacas e suas associações de Ajuda Mútua* (Editora Imago, 1996); *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988* (Editora Boitempo, 2004); e organizadora de *Perfis cruzados: militância e trajetória políticas no Brasil* (Editora Imago, 2002).

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Rodrigo Patto Sá Motta

O Ofício das sombras

A abertura dos arquivos da polícia política no Brasil representou uma conquista da cidadania e abriu espaço para a melhor compreensão do funcionamento do aparelho repressor e de seu significado ao longo da história brasileira, para além do drama que atingiu as vítimas da repressão.

A semelhança entre as expressões polícia e política não é mera coincidência. Elas têm uma etimologia comum, que remonta às instituições republicanas da Grécia clássica. A abordagem etimológica constitui, invariavelmente, exercício útil e revelador: polícia e política derivam de *politeia*, expressão grega que os romanos traduziram por *res publica*. É difícil obter uma tradução precisa, mas geralmente se aceita que *politeia* significa o conjunto de atividades e normas relacionadas à constituição e à gestão da cidade.

Em seu sentido original, a expressão polícia estava relacionada à manutenção da unidade da cidade e, portanto, à arte de bem governar. Posteriormente, o termo passou a ter duas acepções distintas, embora de sentido muito próximo. Em primeiro lugar, o conceito designava o conjunto de leis e regras concernentes à administração da cidade, incluindo desde abastecimento até moralidade e ordem pública. Nesse primeiro sentido, dizer que uma sociedade é policiada significava afirmar a presença de regras de convivência claras e bem ordenadas, respeitadas e observadas por seus cidadãos.

O segundo sentido refere-se aos "guardiões da lei" propriamente ditos, ou seja, os policiais, cidadãos responsáveis por defender a cidade dos transgressores das normas comuns (MONET, 2001, p. 20). Assim, polícia sempre manteve laços estreitos com política, vale dizer, com a gestão dos interesses coletivos e a organização da esfera pública. Em sua origem republicana, a polícia era instrumento da cidade, dos cidadãos, uma instituição criada para resguardar a *polis*. Portanto, a polícia estaria a serviço da comunidade dos cidadãos e, supostamente, deveria ser submetida ao controle público. Não é fácil averiguar se o modelo funcionava com tal pureza na época clássica, mas, evidentemente, em períodos mais recentes a capacidade de os cidadãos controlarem "sua" polícia tem sido precária.

Na verdade, o que temos visto e, infelizmente, com notável freqüência, é a inversão dos papéis originais. De instrumento a serviço da coletividade para garantia do espaço público a polícia tornou-se força repressora a serviço de pequenos grupos. De instituição controlada pelos cidadãos ela passou a aparato burocrático controlador da vida social, que tolhe a liberdade e o exercício efetivo da cidadania. Embora o modelo republicano original não exista mais, e tentar recriá-lo nas sociedades atuais seria anacrônico, lembrar as origens remotas da polícia continua exercício válido. No mínimo, ele é útil para reforçar o ânimo de quem luta para diminuir a distância atual entre as instituições policiais e os habitantes da República.

O surgimento da polícia política se deu no quadro da modernização burocrática dos Estados contemporâneos, e, com o aparecimento desse segmento especializado do aparato policial, sua faceta autoritária revelou-se com mais intensidade. Polícia política é o setor responsável pela segurança do Estado e a manutenção da ordem; sua existência é justificada em nome da defesa dos interesses coletivos, mas, muitas vezes, sua preocupação efetiva é zelar pela segurança dos ocupantes do aparelho de Estado.

O enraizamento paulatino das polícias políticas nas modernas burocracias deu-se no quadro da afirmação da ameaça revolucionária. Entre o final do século XVIII e a primeira metade do século XX estabeleceu-se uma tradição revolucionária, em que pese o caráter paradoxal dessa expressão. Os Estados nacionais se habituaram à sensação de insegurança, de risco constante de sublevação revolucionária, e aí está a gênese da polícia política, o departamento responsável por controlar e reprimir os eventuais inimigos da ordem. É interessante observar que o tipo de ameaça revolucionária mudou com o tempo (jacobinos, anarquistas, terroristas, socialistas, comunistas), mas as atividades de polícia política sofreram pouca alteração.[1]

O ovo da serpente

No Brasil, setores especializados em polícia política surgiram apenas na República, e exatamente no momento de crise do primeiro experimento republicano, ou seja, no decorrer da década de 1920. Anteriormente, a polícia já praticava a repressão política, pois operários e intelectuais revolucionários foram presos nos primeiros anos do século, e, alguns deles, imigrantes, deportados do país. Antes da década de 1920, porém, não havia departamento policial especializado em atividades de repressão política. Uma breve análise do contexto nacional e internacional ajuda a compreender a motivação que se esconde por trás dessa situação. O mundo vivia ainda o impacto da Grande Guerra, que provocara instabilidade econômica e social, mas principalmente, abrira caminho a uma onda de revoluções sociais. O surgimento da União Soviética foi o resultado mais marcante desse processo, mas outras revoluções eclodiram na Europa, a maioria delas sufocada. Mesmo nos Estados Unidos, país de próspera economia e instituições sólidas, eclodiram ondas de greves, protestos e atentados terroristas.

No início dos anos 1920 havia uma sensação difusa de ebulição política, inclusive no Brasil, que havia sido palco de grandes greves operárias nos anos finais da Grande Guerra. A crise social e política na Europa gerou aumento do fluxo de imigrantes, que vinham para cá fugindo da pobreza e/ou das guerras e revoluções, na expectativa de encontrar aqui melhores oportunidades. A maioria desejava apenas trabalhar, não queria se envolver em política, mas muitos imigrantes associaram-se à luta de revolucionários brasileiros e, com isso, contribuíram para o mito do estrangeiro perigoso. Durante muitos anos, parte das elites brasileiras olharia com desconfiança para os imigrantes, numa reação de ansiedade provocada tanto pela sensação de que estava sendo alterado o perfil populacional do país, principalmente nas cidades, quanto pelo medo de que os estrangeiros trariam a semente da revolução.

A fonte da instabilidade e da insegurança não residia apenas na imigração. Pela mesma época, ocorria uma ebulição cultural e política, refletida nos sempre lembrados eventos de 1922: fundação do Partido Comunista do Brasil, Semana de Arte Moderna, criação do Centro Dom Vital e Revolta do Forte de Copacabana. No mesmo ano, houve um evento tão importante quanto os anteriores, porém, bem menos conhecido: a criação da primeira delegacia especializada na vigilância política. É de novembro de 1922 o decreto que cria a Quarta Delegacia Auxiliar da Polícia Civil do Distrito Federal, com a incumbência de informar aos superiores sobre questões relacionadas à segurança pública e à manutenção da ordem.[2] Com esse gesto, que logo se desdobraria na criação de outros órgãos policiais semelhantes, o Estado republicano brasileiro consolidava sua marca autoritária, evidenciando a incapacidade de resolver conflitos e dissensões internas através de mecanismos democráticos.

Coube ao governo federal a primeira iniciativa no campo da organização da polícia política, mas logo ele seria secundado pelo Estado de São Paulo, que em 1924 criou a Delegacia de Ordem Política e Social. Essa parece ter sido a primeira delegacia a adotar a denominação que ficaria tão conhecida nos anos vindouros, dando origem à famosa, e temida, sigla Dops. Em 1927 seria a vez do governo mineiro, que criou a Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social. Como se vê, de início não estava fixada uma nomenclatura única e, de fato, tais órgãos receberam diversas denominações ao longo dos anos, antes que se consolidasse no jargão policial, e no imaginário social, a expressão Dops. Além do nome, mudaram também, com o tempo, as bases organizacionais. De modestas delegacias com poucos policiais nos anos 1920, os órgãos de polícia política tornaram-se grandes departamentos nos anos 1940 e 1950, passando a contar com dezenas e às vezes centenas de policiais.

Para compreender a trajetória da polícia política é preciso considerar outro aspecto do contexto da Primeira

República, para além da instabilidade e das crises revolucionárias mencionadas. A formação dos Dops se deu num momento de afirmação do federalismo, em que se procurava consolidar a autonomia dos Estados e evitar o fortalecimento do poder federal. Por isso, foram criados órgãos de polícia política em âmbito estadual, subordinados aos respectivos governadores. Não havia polícia de atuação federal e, se alguma iniciativa nesse campo fosse tomada, provavelmente atrairia resistência. Não foi por outro motivo que os governadores (alguns tinham o título de presidente) criaram corpos policiais militarizados. Tratava-se de contrapor ao Exército nacional, comandado pelo presidente da República, pequenos exércitos estaduais para garantir a autonomia e o poder dos governadores.

A existência de um forte departamento de polícia política com capacidade de atuar em todo o país seria sentida como ameaça aos Estados. A Quarta Delegacia e depois a Desps[3] eram repartições com atuação restrita ao Distrito Federal, quer dizer, à cidade do Rio de Janeiro. A polícia carioca tinha *status* de força federal por ser subordinada ao ministro da Justiça e ao presidente da República, mas não tinha poder efetivo para atuar fora da capital. As delegacias de polícia política, portanto, surgiram como forças de caráter estadual, autônomas em relação ao governo federal. Essa característica marcou profundamente sua trajetória e, como veremos, permaneceu presente durante toda a existência dos Dops, mesmo durante os dois regimes ditatoriais (1937-1945 e 1964-1984), que implantaram medidas visando à centralização do aparato policial.

Em meados dos anos 1930, a crescente radicalização política forneceu novas oportunidades para ampliação da ação policial. As atividades dos grupos extremistas – como se dizia à época, principalmente o Partido Comunista do Brasil e a Ação Integralista Brasileira – levaram o governo Vargas (1930-1945) a instituir a primeira lei de segurança nacional, das muitas que o país teria ao longo dos anos. A partir de abril de 1935, quando entrou em vigor a Lei nº 38,[4] a polícia passou a dispor de maior amparo legal para combater os inimigos do regime, embora isso não signifique que tenha restringido suas ações às prescrições legais.

Nessa escalada repressiva, o malogrado levante de novembro de 1935, liderado pelos comunistas, causou impacto profundo na sociedade brasileira. Além de ter fornecido motivação e justificativa para a aplicação (e ampliação) dos mecanismos repressivos à disposição do Estado, a "Intentona" teve o efeito de cristalizar a imagem do principal inimigo da polícia política, o comunismo. Os Dops tiveram outros inimigos a combater, mas, sem dúvida, o anticomunismo foi a principal motivação da polícia durante várias décadas, o que pode ser comprovado num breve exame dos arquivos policiais. De fato, a maior parte da documentação recolhida aos arquivos policiais refere-se a atividades presumidas da militância comunista. Essa verdadeira obsessão anticomunista da instituição policial – vale ressaltar – foi alimentada tanto por temores reais como pela necessidade de justificar a existência e o fortalecimento do aparato repressivo (MOTTA, 2002).

Autonomistas x centralizadores

A maré montante do autoritarismo, que desaguaria no golpe de 1937 e no Estado Novo, demandava a centralização das atividades policiais, na contramão das características federalistas originais da polícia republicana. Iniciativa importante nessa direção foi o Congresso dos Chefes de Polícia, realizado no Rio de Janeiro entre 20 de outubro e 5 de novembro de 1936. Convocado pela Chefia de Polícia do Distrito Federal e pelo Ministério da Justiça, o objetivo do evento era estreitar laços entre as polícias estaduais, tendo em vista o aperfeiçoamento do trabalho de repressão ao comunismo. Sobretudo, estava em jogo o projeto de fortalecer a polícia do Distrito Federal, comandada por Filinto Müller.

Armas e munição apreendidas em poder dos assaltantes do Banco Minas Gerais de Ibirité. Fotografia encontrada em laudo pericial de março de 1969 produzido pela Seção de Identificação de Armas e Munições.
Coleção Dops, rolo 002. Pasta 0021. Imagem 1376. Arquivo Público Mineiro.

ANEXO FOTOGRÁFICO Nº 58

152

Fotografia das arma e munições apreendidadas-em poder dos assaltantes do Banco Minas Gerais de Ibirité.-

Parece surpreendente, mas o congresso das polícias não foi instrumento dócil nas mãos do governo federal. Os representantes dos Estados tinham direito a voto e as propostas (teses) eram submetidas à apreciação dos congressistas para, em caso de aprovação, serem encaminhadas como sugestão ao governo. No decorrer dos trabalhos, cogitou-se a possibilidade de federalização da polícia política, ou seja, de retirar as delegacias especializadas do controle dos Estados para criação de uma polícia federal efetiva, cujo raio de ação não se restringisse ao Distrito Federal. Entretanto, houve resistência de alguns representantes estaduais, particularmente de São Paulo, que derrotaram tal proposição com o argumento de que a federalização iria diminuir a eficiência do trabalho policial. No final do congresso ficou acertado que as polícias estaduais celebrariam convênios entre si e com a polícia do Distrito Federal, para trocar informações e compartilhar investigações sobre atividades subversivas.[5]

Esse episódio é interessante por mostrar os limites ao projeto centralizador das autoridades federais e nuançar um pouco interpretações algo exageradas sobre o poder do governo Vargas. É bem verdade que se esse conclave tivesse acontecido após o golpe de 1937 seu resultado poderia ter sido outro, com a vitória do projeto de criação de uma polícia federal. Ressalve-se, também, que na vigência do Estado Novo a influência de Filinto Müller aumentou bastante e, embora ele não fosse o chefe de uma polícia de alcance nacional, na prática podia se imiscuir nas atividades policiais em vários Estados, notadamente naqueles mais frágeis diante do poder federal. Não há dúvida de que nessa conjuntura aumentaram as pressões visando a centralizar o poder na esfera federal, porém, as polícias políticas permaneceram instituições estaduais, e a ditadura varguista não alterou de maneira profunda esse quadro.

Em 1944, a polícia do Distrito Federal foi reformulada e passou a ser denominada, um tanto ambiciosamente, Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). De acordo com a legislação, o DFSP passava a ter atribuições mais abrangentes que a extinta Polícia Civil do Distrito Federal, pois deveria assumir a responsabilidade, em âmbito nacional, sobre os serviços de polícia marítima e aérea, além de cuidar da segurança das fronteiras e controlar o movimento de entrada e saída de estrangeiros (SOMBRA, 1996, p. 37). No campo da defesa do Estado, o DFSP deveria cooperar com as polícias estaduais, orientando-as nos assuntos relativos à ordem política e social.[6] Na verdade, esse novo formato legal vinha regulamentar algo que já estava em prática durante o Estado Novo, ou seja, a cooperação entre os órgãos de polícia dos Estados, agindo sob supervisão da polícia carioca. O surgimento do DFSP não afetou de modo significativo a existência autônoma dos Dops estaduais, que seguiram monitorando e caçando os inimigos de sempre.

Como se sabe, a crise do Estado Novo abriu caminho para um processo de redemocratização que aboliu parte das instituições autoritárias e restabeleceu algumas prerrogativas liberal-democráticas. No entanto, não há notícia de que os líderes da democracia renascida tenham cogitado a possibilidade de extinguir os Dops. Os militantes da esquerda certamente desejavam isso e tais setores, vítimas privilegiadas da atividade policial, denunciaram as brutalidades e arbitrariedades sofridas no "território" do aparato repressivo. Mas os novos governantes não se deixaram sensibilizar, inclusive porque, dado o contexto da Guerra Fria, o inimigo comunista parecia mais perigoso que nunca, e o "saber" acumulado pelos homens da polícia política, bem como seus arquivos, tornaram-se particularmente valiosos.

Durante esse período, marcado pelo compromisso, ao menos retórico, de compatibilizar o aparato repressivo com a manutenção das instituições democráticas, as autoridades policiais julgaram necessário realizar novo conclave policial. Em dezembro de 1951 teve lugar a *I Conferência de Polícia*, que, a exemplo do congresso de 1936, reuniu representantes das polícias estaduais para

Cartuchos de dinamite acondicionados em malas e caixas de papelão apreendidos em uma casa no bairro Santa Inês, em Belo Horizonte, MG, provável esconderijo de membros do Comando de Libertação Nacional (Colina). Fotografia anexa em laudo policial do Departamento de Polícia Técnica da Secretaria de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais, fevereiro de 1969. Coleção Dops, rolo 002. Pasta 0019. Imagem 1125. Arquivo Público Mineiro.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA

LAUDO N.º 57044

= ANEXO FOTOGRÁFICO Nº UM =

Notam-se as malas e as caixas de papelão, contendo as 702 (setecentas e duas) bananas de dinamites.

discutir questões atinentes à segurança pública.[7] Novamente, a instituição anfitriã foi a polícia “federal”, desta feita o DFSP, que ofereceu infra-estrutura para o desenrolar das atividades. Previsivelmente, a preocupação maior dos chefes policiais era aperfeiçoar o combate à esquerda revolucionária. As seis teses discutidas no evento versavam sobre temas relacionados à vigilância e repressão das atividades subversivas, como, por exemplo, controle de publicações, monitoramento de reuniões clandestinas e inelegibilidade de candidatos comunistas.

O Delegado José Picorelli, um dos responsáveis pelo setor de polícia política do DFSP, apresentou tese extraordinária (não prevista no programa original) sobre a questão da legislação de segurança. No seu entendimento, a Lei nº 431 de 1938, ainda em vigor, não atendia mais às necessidades do país. O delegado defendia a necessidade imperiosa de aprovação de outra lei para defesa do Estado e da ordem social e política, alegando que na própria URSS havia legislação para preservação do regime político, enquanto no Brasil “a quinta-coluna da Rússia age impunemente contra o nosso regime, abrigada pelas próprias garantias constitucionais que a democracia lhe oferece”.[8]

Na verdade, sua intenção não era obter lei mais branda e, sim, mais coerente com a Constituição de 1946 e com o Código Penal, contendo definições mais precisas dos crimes e respectivas penas. A conferência aprovou a moção e enviou ao governo sugestão de criar nova legislação de segurança. E a iniciativa dos policiais parece não ter sido vã, pois em 1953 foi aprovada nova Lei de Segurança para o país.[9]

A sexta tese debatida pelos policiais tratou da cooperação entre os diversos organismos estaduais, evidenciando que o intercâmbio entre as polícias, prática iniciada em meados dos anos 1930, continuava na ordem do dia. Nos debates apareceram comentários interessantes sobre o tema, reveladores de como eram limitadas e precárias as comunicações entre os Dops. Pelo teor das manifestações dos policiais durante a Conferência, fica evidente que as delegacias e departamentos estaduais continuavam operando isoladamente, embora cooperassem esporadicamente. Foram aprovadas moções visando a aperfeiçoar os contatos e trocas de informações, com recomendações para que o DFSP oferecesse contrapartida às polícias estaduais, de modo a não se tornar o único beneficiário desse sistema de intercâmbio.

Um terceiro encontro de autoridades policiais aconteceu em maio de 1958, sob o nome de *II Conferência Nacional de Polícia*. Embora os temas relacionados à polícia política continuassem ocupando o centro das atenções, nesse evento foram debatidos outros assuntos, como repressão ao tráfico de drogas e ao contrabando e até a surpreendente (para a época) proposta de criação de uma polícia feminina. Devido à construção de Brasília, estava em pauta também a definição do perfil da polícia da nova capital. A mudança da capital e as discussões em torno da reestruturação do aparelho governamental ajudaram a trazer à tona, mais uma vez, a proposta de criar uma verdadeira Polícia Federal. Os defensores da idéia, em cuja linha de frente, sem surpresa, perfilavam-se os policiais do DFSP (embora a proposta tenha sido apresentada pela delegação do Paraná), sempre interessados no fortalecimento das instituições com sede na capital federal, chegaram a mencionar o FBI norte-americano como modelo para o novo organismo policial.

Dentre os grupos contrários à formação de uma polícia federal destacava-se a delegação paulista, o que, também, não é surpreendente. Para além do argumento tradicional de que as elites paulistas seriam arredias ao fortalecimento do poder federal, razões mais pragmáticas podem ser aventadas. Os policiais paulistas dispunham de instituições sólidas e bem aparelhadas, particularmente o Departamento de Ordem Política e Social. Detalhe significativo, a Escola de Polícia de São Paulo, ligada à Universidade, desfrutava de prestígio nacional, e

seu material de ensino era usado em todo o Brasil, notadamente o *Manual de Polícia* de Luiz Apolônio.[10]

Nessas condições, era natural que a idéia de federalização da polícia desagradasse mais aos policiais paulistas, pois eles tinham mais a perder. Para combater a sugestão de um FBI caboclo avocou-se a Constituição brasileira e a autonomia dos Estados, bem como o argumento de que a realidade brasileira era muito diferente da norte-americana. No final do congresso a idéia foi derrotada e os delegados acabaram aprovando apenas a recomendação de se criarem mecanismos para aperfeiçoar a cooperação entre as polícias.[11]

Um departamento de polícia federal com atuação efetivamente nacional só surgiu após o golpe de 1964, como resultado de mais um regime político centralizador e autoritário.[12] Os Dops estaduais continuaram em funcionamento, mesmo porque não seria inteligente abrir mão de sua longa experiência no campo da repressão política. Porém, à medida que as estruturas autoritárias instituídas pelo regime militar se expandiram, com a criação de novos órgãos de informação e repressão (DPF, SNI, CIE, Cisa, Cenimar e DOI/Codi[13]), os Dops foram perdendo a primazia. No entanto, ainda não foram suficientemente esclarecidas as relações estabelecidas entre os diferentes órgãos de repressão no período do regime militar. Serão necessárias mais pesquisas para dimensionar de modo adequado os papéis desempenhados por essas agências durante a experiência autoritária e colocar à prova a hipótese de declínio dos Dops.

Arejando os porões

Exaurido o regime militar, tem início no final dos anos 1970 processo de democratização mais profundo e sólido que o de 1945. O Brasil e o mundo eram outros. Com o declínio da Guerra Fria, o discurso anticomunista perdeu substância e poder de convencimento. A sociedade, ao menos setores influentes dela, não estava mais disposta a tolerar a repressão em nome da preservação da ordem. Com o avanço eleitoral das forças oposicionistas nas eleições de 1982, pela primeira vez em duas décadas lideranças democráticas e de esquerda passaram a ocupar governos estaduais.

Desta feita, a pressão da opinião democrática contra a manutenção dos aparatos repressivos era mais significativa que no final da ditadura varguista. A sigla Dops havia se tornado um símbolo da truculência e arbitrariedade estatal, o que, paradoxalmente, colaborou para colocar na sombra outros órgãos de repressão igualmente ativos. Temendo o que poderia acontecer à polícia política com a ascensão da oposição a alguns governos estaduais, o regime militar, através dos governadores "biônicos" em final de mandato, extinguiu os Dops paulista e carioca, e transferiu seus arquivos para as dependências da Polícia Federal. Em outros Estados houve ocultação ou destruição dos arquivos, como em Minas Gerais, onde a polícia alega ter incinerado a documentação original do Dops.

Numa evidência de que nosso último (que assim permaneça) processo de redemocratização foi efetivamente mais profundo se comparado ao anterior, dessa vez os arquivos policiais foram reclamados pela sociedade civil. O fato de os Dops serem órgãos extintos facilitou o processo, mas isso não teria sido razão suficiente. Para compreender esse quadro, é fundamental levar em conta a conjuntura mundial. Nos anos 1980 fixara-se a convicção de que, entre as tradicionais prerrogativas da cidadania, deveria figurar um novo direito, o direito à informação.

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, vários países ocidentais aprovaram leis que facultam aos cidadãos acesso à documentação pública. Ressalte-se, em nenhum país – e tampouco no nosso – as leis implantadas garantem acesso irrestrito a esse gênero de documentos. Há sempre limites e barreiras a serem respeitadas e alguns

tipos de documentos são proibidos ao olhar público, ainda que por tempo limitado.

No Brasil, a Constituição de 1988 consagrou prerrogativas avançadas no campo do direito à informação, como o *habeas-data*, que permite ao cidadão acesso livre a informações relativas à sua pessoa registradas nos bancos de dados de instituições públicas (artigo 5, inciso LXXII), e também o direito de cada um "receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral" (artigo 5, inciso XXXIII). Essas conquistas democráticas foram confirmadas na Lei Federal nº 8.159, de 1991, que estabeleceu normas para funcionamento dos arquivos e preservação de documentação de interesse público.[14]

Esse quadro de afirmação de valores e leis democráticos abriu caminho para as demandas visando à abertura dos arquivos do Dops. Em 1991 teve início o processo de recolhimento da documentação de polícia política aos Arquivos Públicos estaduais, primeira etapa no caminho do franqueamento desses fundos documentais à consulta. Naquele ano foram liberados os arquivos do Deops de São Paulo e do Dops do Paraná. Em 1992 foi a vez do Estado do Rio de Janeiro retomar o controle do arquivo do Dops, que se encontrava sob a guarda da Polícia Federal e em condições precárias de preservação (PEDREIRA, 1996, p. 19). Essas primeiras iniciativas serviram de exemplo e alento para outros Estados, que nos anos seguintes abriram também os arquivos de seus respectivos Dops.

Um balanço nacional

Fizemos um levantamento da situação no plano nacional, e a conclusão é que, em pouco mais da metade dos Estados, a documentação da polícia política já foi recolhida aos Arquivos Públicos. Vejamos um balanço do quadro nacional, partindo das regiões que compõem o Brasil. Na Região Sul, apenas no Estado do Paraná os documentos do Dops foram recolhidos integralmente. Em Santa Catarina, o Arquivo Público desconhece a localização da documentação policial,[15] enquanto no Rio Grande do Sul apenas parte do arquivo do Dops foi recolhido, num volume aproximado de 30 caixas. A melhor situação encontra-se na Região Sudeste, pois em seus quatro Estados os documentos estão nos respectivos arquivos.

No Centro-Oeste, o único arquivo do Dops aberto à consulta é o de Goiás, sob a custódia da Biblioteca Central da Universidade Federal de Goiás. No Estado de Mato Grosso foi criada em 2005 uma comissão com o propósito de localizar a documentação da polícia política, mas ainda sem sucesso. Na região Nordeste, estão nos respectivos Arquivos Públicos os documentos dos Dops pernambucano, cearense, potiguar e sergipano. Na Bahia e na Paraíba, os Arquivos Públicos estaduais desconhecem o paradeiro dos documentos. Não conseguimos informações fidedignas sobre os Estados do Maranhão, Piauí e Alagoas.

Sobre a Região Norte também não foi possível obter informações seguras, mas é provável que a documentação da polícia política local não tenha sido recolhida. O resultado desse balanço sumário é que em 11 Estados da Federação, de um total de 20 (desconsiderados os Estados criados em período recente), os arquivos Dops foram recolhidos e preservados. Chama a atenção o fato de a Sudeste ser a única região em que todos os arquivos foram recolhidos e franqueados ao público.

Vale ressaltar, os Arquivos Públicos responsáveis por acervos do Dops adotam políticas de acesso diferentes, baseadas em diversa interpretação da legislação. A Constituição e as leis e decretos sobre a matéria estabeleceram o princípio do direito à informação em benefício dos indivíduos e da sociedade. Criaram, porém, limites ao acesso, para preservar documentos "[...] cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à

Investigação sobre indivíduo suspeito de ligação com o comunismo. Recorte do jornal *A Pátria*, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1937. Coleção Dops, rolo 029. Pasta 1281. Imagem 0630. Arquivo Público Mineiro.

A Patria
Rio de Janeiro
15 ABR 1937

STELA, A MULHER - MYSTERIO

Repentinamente desappareceu sem deixar vestigios

Stella Marques da Silva ou Saraiva Capil, desde que appareceu foi cercada por uma aureola de mysterio. Detida, após ter sido abandonada pelo companheiro que a policia apurou chamar-se João Berutte, com um filhinho nos braços, Stella declarou não saber, siquer, como se chamava o pae da criança que levava nos braços.

Varios dias conservaram-na detida. Berutte, tendo, com outros agitadores, sustentado fuzilaria com a policia, abandonou a casa da rua Bocaina n. 8, na Boca do Matto. E, até agora, não conseguiram prendel-o. Tiveram que pôr em liberdade Stella, contra a qual não se apurára nenhuma ligação directa com os communistas.

NA BOCA DO MATTO

Voltando á sua casa, na Boca do Matto, Stella, provavelmente seria avisada por João Berutte. Talvez ella sentisse saudade do filho e se expuzesse ao perigo de ser preso. Era humano.

DESAPPARECEU

Já noticiámos, hontem, o desapparecimento de Stella. Entretanto estava vigiada. De que forma desapparecera conseguindo burlar a argucia do policial que estava de serviço?

Surgiu uma informação segura

Stella Marques a mul her que sumiu

O policial foi ludibriado graças ao seu bom coração

da veracidade da occurrencia. Até detalhes. Cada investigador, que, attento, vigiava a residencia do communista, era rendido de 6 em 6 horas. Fizesse sol ou chovesse, teria de ficar ali, firme! A casa situa-se em meio de terreno e a rua não é, ainda, inteiramente habitada.

Tudo isso, talvez, tivesse concorrido para facilitar a fuga de Stella, pois, não póde haver duvida de que ella abandonou a casa e desappareceu. Mas, appareceu contestação de tudo isso.

ABANDONADA

A maldade audaciosa dos que se entregam ao credo vermelho patenteia-se a todo o passo nas suas actividades. Dessa maldade, têm sido victimas, principalmente, as mulheres, companheiras dos agitadores. São innumeros os exemplos. nem a propria vida das esposas e dos filhos os desviam de seus propositos criminosos.

Nas proprias casas, que transformam em laboratorios de desordem, sustentam fogo com a policia, guardam bombas de grande potencia. E quando passa a refrega e a policia toma conta da praça abandonada, surge sempre a figura de uma mulher abandonada, rodeada de filhos!

(Continua na 3.ª pag.)

inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas". Os responsáveis pelos arquivos têm interpretado essas prescrições legais de modo mais ou menos restritivo.

O Arquivo Público do Estado de São Paulo tem sido a instituição mais liberal nesse campo, pois exige apenas declaração assinada pelo pesquisador ou consulente assumindo responsabilidade pelo uso das informações obtidas. Nos outros Arquivos, a atitude mais freqüente é franquear acesso à documentação relativa a instituições, eventos e às pastas ou dossiês temáticos e restringir os prontuários individuais para consulta apenas dos próprios cidadãos prontuariados, ou de seus herdeiros ou pessoas por eles autorizadas. Outros são ainda mais restritivos, como o Arquivo do Ceará, que não permite acesso a pesquisadores acadêmicos, apenas aos próprios interessados ou suas famílias.

Peculiaridades mineiras

O caso de Minas Gerais merece menção especial, não somente por ser nosso objeto de estudo e sede do *III Ciclo de Palestras do Arquivo Público Mineiro - A Polícia Política da República: arquivos e trajetórias do Dops,* mas, também, devido às particularidades envolvidas. O processo de abertura da documentação do Dops/MG sofreu alguns percalços, notadamente a resistência de setores do aparato de segurança em entregar os arquivos. O acervo só chegou ao Arquivo Público Mineiro (APM) após muita pressão sobre a polícia, o que demandou a ação de entidades civis, a mobilização dos deputados estaduais e uma ampla publicidade dada ao caso pela imprensa. As autoridades policiais postergaram ao máximo a entrega dos documentos, inclusive afrontando a legislação. No final de 1990, a Assembléia Legislativa de Minas Gerais aprovou lei determinando o recolhimento do acervo documental do Dops/MG ao APM,[16] a qual só veio a ser cumprida em 1998. Instadas a cumprir a determinação legal, autoridades responsáveis pelos órgãos de segurança pública alegaram ser impossível fazê-lo devido à inexistência desse acervo, supostamente incinerado. Não obstante, devido a denúncias de que a polícia continuava a utilizar os documentos do extinto Dops, a Assembléia Legislativa instituiu Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no final de 1997.

Os integrantes da CPI visitaram instalações policiais e localizaram microfilmes feitos a partir do acervo original, que a polícia alegou ter incinerado após a conclusão do processo fotográfico. Em meio aos trabalhos da Comissão Parlamentar, começaram a aparecer, espalhadas pela cidade, fichas em papel de pessoas investigadas por atividades políticas, o que aumentou a pressão sobre a polícia. A existência das fichas levantou a dúvida, ainda não esclarecida, sobre a veracidade da suposta incineração. Ao final do processo, como se vê tenso e polêmico, 98 rolos de microfilmes acabaram sendo recolhidos ao Arquivo Público Mineiro. Em seu relatório final, a CPI sugeriu uma possibilidade preocupante: os microfilmes enviados ao APM podem ser apenas parte dos documentos; a polícia pode ter retido parcela substancial dos arquivos de sua antiga agência de informações e repressão.

A entrega dos microfilmes do Dops ao Arquivo Público Mineiro gerou situação peculiar, pois, segundo consta, nos outros casos, os arquivos estaduais receberam a documentação original, inclusive acompanhada dos fichários utilizados pela polícia. Em Minas foi preciso criar um banco de dados, um instrumento de pesquisa que permitisse a consulta à documentação. Para tanto, foi celebrada uma cooperação entre o APM e o Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) que em três anos de atividades resultou no arranjo de cerca de 70% do acervo.

A necessidade de colocar o arquivo em condições de uso demandou enorme esforço, compensado por ter produzido excelente instrumento de pesquisa, que permite ao

pesquisador levantar, instantaneamente, informações sobre pessoas, instituições, localidades, assuntos etc.

A necessidade resultou em outra virtude. A leitura de toda a documentação, trabalho indispensável ao preenchimento do banco de dados, tornou possível refinar os mecanismos de restrição. Os bolsistas em atividade no projeto, à medida que lêem os documentos, vão restringindo o acesso a informações atinentes à vida íntima das pessoas. Dessa maneira, evita-se a restrição de pastas ou prontuários inteiros, ocultando apenas os trechos eventualmente ofensivos à honra e à privacidade.

Essa opção é polêmica, bem o sabemos, mas está sujeita ainda a ajustes, pois o projeto deverá estar concluído apenas no final de 2006. Até o momento, porém, essa estratégia para lidar com as restrições legais parece ser capaz de compatibilizar adequadamente os interesses público e privado e os direitos individuais e coletivos.

Cidadania ampliada

Considerando a totalidade dos acervos documentais dos órgãos de informação e segurança, o que se conseguiu ainda é insatisfatório. Permanecem alguns arquivos sob controle do Estado, outros aparentemente estão desaparecidos e mesmo os acervos dos Dops abertos passaram por processo de depuração antes de serem recolhidos às instituições públicas de memória. Não obstante, seria um erro menosprezar o que já foi alcançado.
A abertura dos acervos do Dops foi conquista significativa da cidadania e passo importante no caminho de republicanizar a polícia da República. Pela primeira vez na história os cidadãos brasileiros têm o direito de consultar arquivos dos órgãos de repressão, e o significado político disso é de grande alcance.

O processo de abertura dos arquivos Dops possui, pelo menos, três aspectos importantes. O primeiro, já mencionado, é de natureza política, e indica o grau de profundidade de nossas instituições democráticas recentes. Segundo, os arquivos têm papel destacado na garantia de direitos individuais, pois fornecem documentação probatória para processos judiciais e ações visando à indenização das vítimas do aparato repressivo. Em terceiro lugar vem o aspecto a que serão dedicadas as últimas linhas deste texto: esses acervos configuram excelente manancial para pesquisas acadêmicas.

A enorme massa documental produzida e/ou apreendida pela polícia política constitui fonte rica para o trabalho

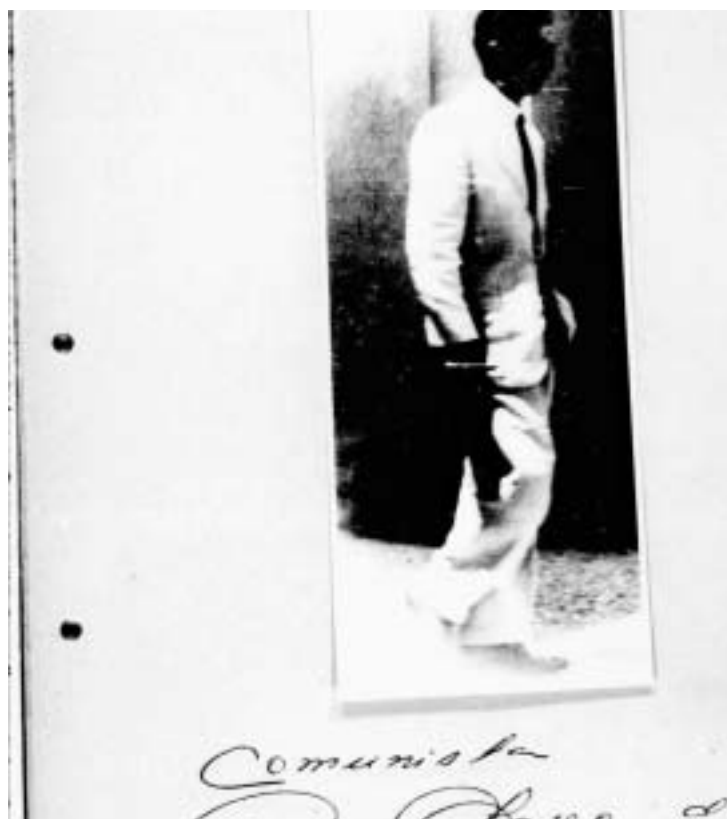



Imagem com anotações encontrada em uma pasta de fotografias de assuntos diversos: comunistas, comícios, greves e outros tipos de manifestação. As datas-limite da pasta são 1948-1961.
Coleção Dops, rolo 012. Pasta 0133. Imagem 0129. Arquivo Público Mineiro.

dos pesquisadores, especialmente para os historiadores. Em meio aos arquivos podem ser encontrados periódicos, livros, panfletos, cartazes, fotografias, cartas e outros tipos de documentos apreendidos, além de depoimentos, informes, prontuários e relatórios policiais. Ao manejá-los os pesquisadores precisam, evidentemente, manter aguçado senso crítico – um cuidado elementar na prática profissional do historiador. Desconfiar dos documentos é essencial, mas levando em conta que, mesmo contendo informações falsas ou deturpadas, eles podem dizer muito ao pesquisador.

No conjunto dos trabalhos já realizados a partir dos acervos do Dops, nota-se a preponderância de estudos sobre as "vítimas" da repressão: comunistas, revolucionários de outros matizes, sindicatos, intelectuais etc. Estudos sobre o funcionamento e a estrutura da própria polícia são pouco numerosos, de que resulta conhecimento ainda frágil sobre a atuação e os valores vigentes na corporação policial.[17]

Algumas possibilidades poderiam ser desenvolvidas em futuros trabalhos, como: pesquisar as trajetórias dos Dops nos diversos Estados; fazer abordagem comparativa entre os Dops estaduais, com foco sobre a díade cooperação/competição; estudar a influência de agências internacionais sobre a polícia política brasileira, assim como a influência do Exército sobre a polícia em geral e, em particular, os Dops; analisar a dinâmica dos órgãos de repressão durante o regime militar, para dimensionar o papel efetivo desempenhado pelos órgãos policiais dos Estados; investigar o treinamento e a socialização dos policiais, notadamente o funcionamento das Escolas de Polícia.

Tal programa de pesquisas ajudaria a levantar o véu de desconhecimento e a lenda que envolve a sigla mítica: Dops. No imaginário social brasileiro, destacam-se duas representações sobre a polícia política, e elas são paradoxais. De um lado, é comum representar a polícia política associando-a à imagem da eficiência brutal; nesse registro, seus agentes aparecem como implacáveis e eficazes caçadores de inimigos do Estado. Porém, em outras representações, prevalece a figura do policial obtuso, que enxerga em qualquer livro de capa vermelha uma publicação comunista. Qual a representação mais adequada à polícia política? Nenhuma delas? Ambas? Por outro lado, qual teria sido a real amplitude do seu raio de ação? Ela teria alcançado a escala terrorista suposta por alguns analistas, ou sua ação efetiva teve escala mais modesta?

Nesse campo, não está em jogo apenas a paixão acadêmica. Estudos capazes de iluminar as entranhas de órgãos policiais que, por décadas, vigiaram e reprimiram a sociedade brasileira estarão ajudando a solidificar as estruturas democráticas da nossa frágil República.

Notas |

1. Vale lembrar, após o advento dos Estados socialistas, a polícia política foi usada em defesa da nova ordem para combater os contra-revolucionários. E também, como em toda parte, para além da manutenção da ordem social dominante, serviu ao propósito de defender os interesses dos grupos encastelados no poder.

2. Decreto nº 15.848, de 20 de novembro de 1922. No texto da lei parece ambígua a definição de "ordem", mas a atuação da Quarta Delegacia nos anos seguintes deixaria claro que se tratava de ordem política e social. No *Arquivo Arthur Bernardes* encontram-se alguns relatórios sobre o movimento operário e militares rebeldes enviados pela Delegacia ao então presidente da República. Em 07-03-1924, por exemplo, o titular da Quarta Delegacia, Major Carlos da Silva Reis, enviou a Bernardes curioso e irônico relato sobre as ações do líder anarquista José Oiticica. O agente policial anotou as palavras de Oiticica em visita à sede de um sindicato: "Ali podia-se falar bem alto, porque os cachorros policiais nada escutavam". Caixa 76, 292/148, *Arquivo Arthur Bernardes*, APM. Entretanto, antes da Quarta Delegacia, a polícia já atuava no campo da repressão política, notadamente a partir da criação da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública em 1920. Cf. MATTOS, 2004. p. 145.

3. Em 1933 houve uma reforma na polícia carioca e a Quarta Delegacia foi substituída pela Delegacia Especial de Segurança Política e Social (Desps).

4. Anteriormente foram editadas outras medidas legais de repressão política, como o Decreto nº 4.269 de 1921, que estabelecia punições contra ações e propaganda revolucionárias. Mas nada tão abrangente e draconiano como a Lei nº 38, de 4 de abril de 1935. A lei não tem propriamente um título, mas em seu preâmbulo lê-se: "Define crimes contra a ordem política e social". Ela foi reformulada em dezembro de 1935, e substituída em maio de 1938 pelo decreto-lei nº 431. Este correspondia a uma atualização da lei de 1935, numa versão mais dura e severa (por exemplo, a introdução da pena de morte para crimes políticos).

5. Por isso é tão comum encontrar nos arquivos policiais documentos provenientes de todo o país. Desde meados dos anos 1930 a cooperação

interestadual gerou a circulação de documentos entre os diferentes Dops. O Congresso também aprovou medidas para aperfeiçoar o controle sobre comercialização de armas e explosivos, e a uniformização de práticas relacionadas ao controle da movimentação de estrangeiros. Cf. VIEIRA e SILVA, 1955, p. 285-297.

6. Decreto-lei Federal nº 6.378 de 28 de março de 1944.

7. A denominação oficial do evento era *I Conferência Nacional de Polícia.* No entanto, alguns policiais achavam mais correto falar em *II Conferência*, haja vista o encontro pioneiro de 1936. Cf. VIEIRA e SILVA, 1955, p. 352.

8. *I Conferência Nacional de Polícia,* Fundo DPS, 14, folhas 247-250, APERJ (Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro).

9. Lei nº 1802, de 5 de janeiro de 1953, que vigorou até a edição da Lei de Segurança Nacional dos militares, em 1967. Sobre a concepção e tramitação do projeto de lei, que vinha sendo discutido desde 1947, ver REZNIK, 2004, p. 31-96.

10. A maior parte do *Manual* era dedicada à temática anticomunista. Sua primeira edição foi publicada em 1954 e, até 1967, já havia saído uma quarta.

11. As informações sobre a *II Conferência Nacional de Polícia* se encontram em: Fundo DPS, Dossiê 373-A, APERJ. Para facilitar a cooperação entre os Estados, e no lugar de uma Polícia Federal, a *II Conferência* aprovou a criação de um serviço de Polícia Interestadual, efetivado em 1960 com o nome de Polinter. Cf. também REZNIK, 2004.

12. Com a construção da nova capital o DFSP foi transferido para Brasília, embora a maioria dos funcionários e todo o arquivo tenham permanecido no Rio de Janeiro. O governo do Estado da Guanabara criou um Departamento de Ordem Política e Social, que se tornou herdeiro da polícia política do Distrito Federal. Pouco após o golpe, em novembro de 1964, o DFSP foi profundamente reformulado e reaparelhado pelo governo federal, passando a contar também com uma Divisão de Ordem Política e Social (Lei nº 4.483, de 14/11/1964). Em 1967 ele passou a se chamar Departamento de Polícia Federal (DPF).

13. Departamento de Polícia Federal, Serviço Nacional de Informações, Centro de Informações do Exército, Centro de Informações da Aeronáutica, Centro de Informações de Marinha e Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna.

14. Lei complementada pelo Decreto nº 2.134, de 1997. No final de 2002, o presidente da República, então em final de mandato, editou o Decreto nº 4.553 que caiu como uma bomba sobre a comunidade de historiadores e arquivistas, pois aumentou os prazos de restrição de acesso a documentos públicos de caráter sigiloso. Pelo decreto, documentos considerados ultrassecretos poderiam ficar vedados por tempo indeterminado. Após muita polêmica e protestos, em maio de 2005 foi editada nova lei sobre o tema (nº 11.111), que atenuou um pouco os efeitos do decreto anterior, embora ainda permita ao Poder Executivo proibir acesso a documentos considerados indispensáveis à segurança do Estado.

15. Por telefone, uma funcionária do Arquivo informou que a documentação talvez estivesse no Arquivo do Paraná. Inquirimos o Arquivo paranaense a respeito e a resposta foi negativa; encontram-se lá apenas cópias de documentos enviados pela polícia catarinense, dentro do esquema de intercâmbio de informações mantido pelos Dops.

16. MINAS GERAIS. Lei nº 10.360, de 28 de dezembro de 1990. O Departamento de Ordem Política e Social havia sido extinto pela Constituição Mineira de 1989, em suas disposições transitórias.

17. Pesquisa interessante neste campo vem sendo desenvolvida por Rosângela Assunção, mestranda em História da UFMG. Sua dissertação tem como tema o imaginário anticomunista dos policiais do Dops/MG.

Referências

APOLÔNIO, Luiz. *Manual de Polícia Política e Social.* 4. ed. São Paulo: Escola de Polícia, 1967. V. III. Coletânea Acácio Nogueira.

AQUINO, Maria Aparecida; MATTOS, Marco Aurélio V. L.; SWENSSON Jr.; CRUZ, Walter (Org.). *No coração das trevas*: o Deops/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2001.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *Livros proibidos, idéias malditas:* o Deops e as minorias silenciadas. São Paulo: Estação Liberdade, 1997.

DOPS*: A lógica da desconfiança.* 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça; Arquivo Público do Estado, 1996.

MACIEL, Ayrton. *A História secreta (prontuários do Dops).* Recife: Edições Bagaço, 2000.

MATTOS, Marcelo B. *et al. Trabalhadores em greve, polícia em guarda:* greves e repressão policial na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Faperj; Bom Texto, 2004.

MONET, Jean-Claude. *Polícias e sociedades na Europa.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho, o anticomunismo no Brasil (1917-1964).* São Paulo: Perspectiva; Fapesp, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *et al. Repúlica, política e direito à informação:* os arquivos do Dops/MG. Varia História, Belo Horizonte, UFMG / Departamento de História, v. 29, p. 126-153, 2003.

PEDREIRA, Waldecy C. M. Recolhimento do acervo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro. In: Dops: *A lógica da desconfiança.* 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado, 1996. p. 18-21.

PIMENTA, João Paulo Garrido. Os arquivos do Deops/SP: nota preliminar. *Revista de História,* São Paulo, FFLCH/USP, n. 132, 1995.

REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional*: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

SANTANA, Emerson Nogueira. *Polícia política*: problemas de definição. Juiz de Fora. Anais do XIV Encontro Regional de História da ANPUH - MG, 2004.

SOMBRA, Luiz Fernando. *Departamento Federal de Segurança Pública:* ruptura ou permanência? In: DOPS: a lógica da desconfiança. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça; Arquivo Público do Estado, 1996. p. 37-41.

VIEIRA, Hermes; SILVA, Oswaldo. *História da polícia civil de São Paulo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. Coleção Brasiliana.

Rodrigo Patto Sá Motta é professor do Departamento de História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pesquisador do CNPq e autor de *Em Guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)* e *Introdução à história dos partidos políticos*, entre outras publicações.

Jovem na prisão. Desenho de Guido Rocha, feito na cela 3 do Dops/MG em 1º de agosto de 1971, quando preso político. Mostra um dos jovens integrantes da Companhia Living Theatre. Esferográfica sobre papel. 30cm x 42cm. Coleção do autor.

Detentos da cela 3. Desenho de Guido Rocha feito quando preso político no Dops/MG em 2 de agosto de 1971. À direita, escrevendo, o teatrólogo Julian Beck, do Living Theatre, preso com sua mulher, Judith Malina, em Ouro Preto, julho de 1971. Esferográfica sobre papel. 30cm x 42cm. Coleção do autor.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Dossiê

Bandeiras vermelhas ocupam as ruas

Raquel Aparecida Pereira

A trajetória do Partido Comunista do Brasil na jovem capital mineira, durante o pós-guerra, traduziu-se numa luta pela ocupação do espaço público, e nele os comunistas se apresentavam como herdeiros de uma tradição revolucionária e portadores da esperança num futuro melhor.

> Em novembro de 1945, matéria publicada no jornal *Estado de Minas* caracterizava um comício realizado na Praça da Estação como "uma das maiores demonstrações políticas da história de Minas Gerais", "um dos maiores comícios já realizados em Belo Horizonte". Descrevia uma "multidão" de cerca de 70 mil pessoas[1] que se comprimiam na Praça Rui Barbosa:

> A praça se achava quase que literalmente cheia, e, apesar da escassa iluminação, podia ver-se o povo se espraiando pelas adjacências. Homens, mulheres, velhos e crianças arrestando as ameaças do mau tempo, conduzindo os seus guarda-chuvas e capas, esperavam o início do *meeting*.[2]

Mesmo considerando os exageros de um jornalista ávido por despertar o interesse de seus leitores, essa descrição não perde seu valor histórico. A luta contra a ditadura do Estado Novo em prol das liberdades democráticas fez renascer no cenário político o movimento de massas. Nesse contexto, o Partido Comunista do Brasil (PCB) se reorganizava, conquistando a legalidade, e voltava a agir, influenciando a vida política do país.

A manifestação na Praça da Estação destinava-se à promoção do candidato do PCB à Presidência da República – Yedo Fiúza –, nome que soava estranho aos ouvidos populares e era desconhecido do grande público. Diante disso, podemos nos perguntar: o que levou tamanha multidão à praça em tempo de chuva? Os convites divulgados e distribuídos na cidade destacavam a presença do "grande líder do povo", Luiz Carlos Prestes. A popularidade de Prestes começou a ser construída já nos anos de 1930, mas a mitificação e o culto ao líder ganharam nova dimensão a partir de 1945. A história do "Cavaleiro da Esperança" confundia-se com a própria história do partido.

Ao analisar essa manifestação, podemos dizer que o fascínio por Prestes em muito colaborou para a reunião de grande parte dos populares ali presentes. A matéria jornalística sobre o evento nos informa que o "líder do povo" falou de improviso, mas foi o suficiente para apresentar o candidato do partido, emocionar o público e arrancar aplausos da platéia. "A extraordinária ovação durou, seguramente, dez minutos".[3]

Sem minimizar o valor do culto à personalidade de Luiz Carlos Prestes, esse evento deve ser compreendido num contexto de euforia democrática. Para muitos autores, a situação era inédita no país. Com todas as dificuldades, a democratização pós-1945 criou possibilidades legais e emocionais para uma nova cultura cívica que valorizava o envolvimento político, a associação e a expressão de insatisfações. A participação popular na política cresceu de maneira expressiva, percebida nas eleições e nas ações organizadas em partidos, sindicatos e associações. A ocupação de ruas, as passeatas, os comícios e outras manifestações realizadas por elementos revolucionários e conservadores foram eventos cotidianos nesse momento.

Em 1945, Belo Horizonte contava cerca de 230 mil habitantes.[4] Assim, de acordo com a estimativa do jornal, aproximadamente 30% da população teriam comparecido ao comício na Praça da Estação. É evidente que o apelo do carisma de Luiz Carlos Prestes provavelmente tenha atraído muitos manifestantes de cidades vizinhas à capital. No entanto, por se tratar de uma manifestação comunista, os números são realmente expressivos de uma nova cultura cívica que se instalava com a democratização. Era uma quinta-feira à noite, não era feriado, o tempo prometia chuva e, mesmo assim, verdadeira multidão reuniu-se na praça para expressar seu desejo de participação na mudança dos rumos da política.

Imaginemos Belo Horizonte, uma cidade ainda desacostumada aos ares de metrópole introduzidos pelas reformas urbanísticas de Juscelino Kubitschek. Uma cidade habituada a discutir política em bares e recantos boêmios. Aqui, a política esteve, por muito tempo, restrita a pequenos grupos tradicionais, intelectuais, poetas e estudantes.

A multidão nas ruas e os embates políticos eram raros, sendo limitados aos eventos da Revolução de 1930. Esse fenômeno talvez possa ser atribuído à ausência de uma tradição de movimentos proletários na cidade. Os primeiros integrantes do Partido Comunista, em Belo Horizonte, eram, em sua maioria, alfaiates, ferroviários e jornalistas.

Identidade e tradição

Durante o período autoritário do Estado Novo os partidos foram excluídos da cena política brasileira. A liberdade de organização partidária, conquistada em 1945, possibilitou o aparecimento de um sujeito institucional e coletivo capaz de reunir pessoas em torno de um ideal essencialmente diferente dos demais partidos criados com a Lei Agamenon[5] – o Partido Comunista do Brasil.[6] Mesmo tendo sido criado em 1922, só com o processo de democratização o PCB participaria efetivamente de um sistema político-partidário. Esse foi um dos períodos mais importantes da história do partido, no qual pela primeira vez transformou-se num partido de massas. A capacidade de mobilização das manifestações políticas, como a da Praça da Estação, só pode ser compreendida tendo em vista o projeto político comunista.

Os discursos comunistas buscavam estabelecer uma "tradição revolucionária" na história brasileira, da qual seriam herdeiros.

> É preciso lembrarmos, nós os mineiros, a lição inesquecível de Felipe dos Santos e Tiradentes. Os exemplos da Inconfidência permanecem vivos. Viverão sempre como um apelo da mais autêntica luta popular. E isso porque eles, tanto Tiradentes como Felipe dos Santos, foram sinceros filhos do povo e, como tal, nunca fizeram concessões a nenhuma espécie de miséria e de opressão. É o que se dá com o PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL, herdeiro direto das gloriosas tradições dos Inconfidentes [...] A vitória do vosso Partido é a vossa própria vitória. É a vitória dessa liberdade por que lutou Tiradentes e por que lutaram os valentes pracinhas da Força Expedicionária Brasileira.[7]

O partido, como força política, comporta a expressão de idéias e linguagens codificadas e exprime o conjunto de valores de determinada cultura política. Aparece como o lugar onde se opera a mediação política, estruturando uma espécie de ponte entre o mundo cotidiano e o campo do discurso. Os partidos são atores coletivos que se esforçam por reunir os homens em torno de uma ação comum sobre o poder ou a organização da sociedade (BERSTEIN, 2003).

Para além da força política do partido – neste caso, o Partido Comunista do Brasil –, um outro elemento se revela fundamental nos estudos de culturas políticas, a memória. Essa remissão à memória não se limita a relembrar o ocorrido, mas procura instalar a esperança de um futuro diferente. A memória não é somente celebrada, torna-se chave na formação da identidade e dos valores comunistas. Os comícios e manifestações assumem a forma de rituais públicos para afirmação de sua identidade.

> Lutamos por um povo livre das doenças com assistência médica, acabado o analfabetismo e a miséria de nossos camponeses e empregados de fábricas, batemo-nos pela resolução do problema agrário e pela industrialização do país, dentro da ordem e tranqüilidade, através de um Parlamento livremente eleito, obedecendo a Constituição verdadeiramente democrática.[8]

No contexto da democratização e inserido num sistema de pluralismo partidário, o PCB, consciente da necessidade de conquistar mais adeptos, advertia que seus objetivos, ainda que calcados em mudanças estruturais da

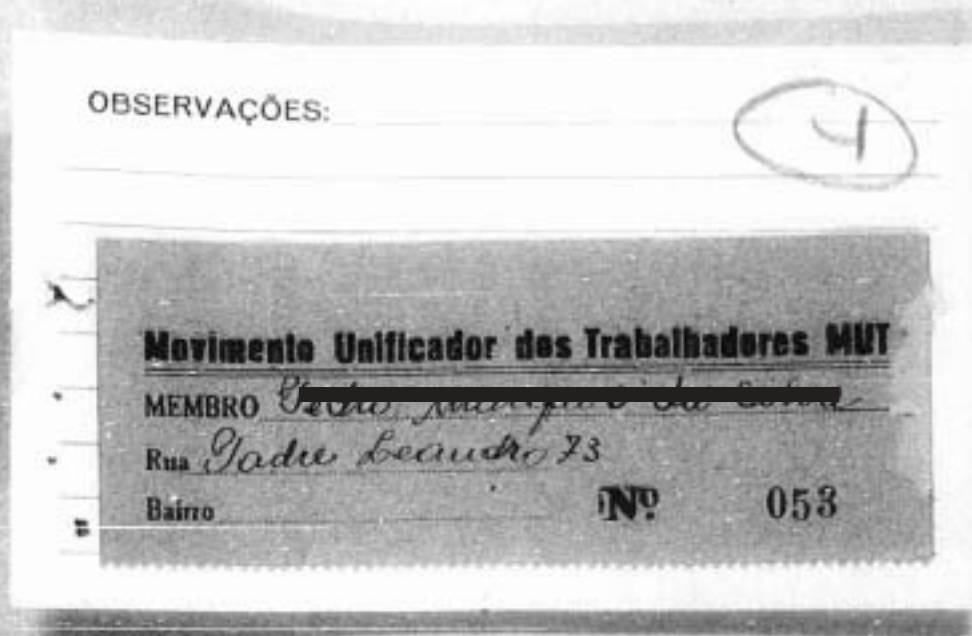
OBSERVAÇÕES:

Movimento Unificador dos Trabalhadores MUT

MEMBRO

Rua

Bairro

Nº 053

Documento de organização. Ficha de membro do Movimento Unificador dos Trabalhadores. Coleção Dops, rolo 029. Pasta 1281. Imagem 0466. Arquivo Público Mineiro.

sociedade, seriam alcançados com base na ordem, na tranqüilidade e no respeito à Constituição democrática. A partir de 1945, e devido à atuação efetiva de Prestes, o partido ampliou seus raios de alcance, atingindo setores da intelectualidade, camadas médias urbanas e oficiais militares. Tornava-se mais “popular” e menos “operário”, assumindo preocupações com questões nacionais, patrióticas e democráticas.

O socialismo não estava colocado na ordem do dia, mas era um objetivo no horizonte. O Estado democrático era visto como uma etapa da revolução, a qual estimularia o desenvolvimento do capitalismo de forma mais ampla, produzindo as bases necessárias à ação revolucionária.

A sensação de liberdade política e a euforia democrática não durariam muito tempo. Diante dos primeiros avanços da Guerra Fria e sob alegação de serem os comunistas ameaça à segurança nacional, instigadores de caos e desordem social, o Partido Comunista do Brasil (PCB) teve seu registro cassado em maio de 1947.

Já nos primeiros anos do governo de Eurico Gaspar Dutra, acirrado debate se desenrolou no Congresso com o intuito de instituir nova Lei de Segurança Nacional. Alegavam os parlamentares favoráveis à medida a necessidade de resguardar a democracia, de torná-la uma “democracia vigilante” que, diziam, teria “de defender-se contra os extremismos”. Apesar da grande movimentação entre deputados e senadores, a nova Lei de Segurança Nacional somente foi promulgada em 1953 [9] e o texto sofreu apenas algumas modificações em relação ao da primeira lei editada em 1935.[10]

A liberdade política, principal conquista democrática, não mais se estendia a todos. A construção da idéia de Guerra Fria fundamentou o discurso da segurança e da ordem, legitimando-o. As estratégias de dominação e os aparelhos de segurança já existiam – resquícios do Estado Novo – e, na nova conjuntura política, as justificativas apresentadas para o exercício do controle social receberam nova roupagem.

Comité de Uberaba

4

Partido Comunista do Brasil

CELULA ARISTOTELES COELHO

Nome [illegible]

Profissão Carpinteiro

Endereço [illegible]

N. da Ficha 803

Cr$ 2,00

Mensalidade Ferroviario

Documento de organização. Ficha de membro do Partido Comunista do Brasil, Comitê de Uberaba, Célula Aristóteles Coelho. Coleção Dops, rolo 029. Pasta 1281. Imagem 0466. Arquivo Público Mineiro.

A Guerra Fria legitimou a escolha do inimigo – o comunismo internacional. Não importava que o Partido Comunista estivesse apresentando um discurso de “ordem e tranqüilidade”, cada frase dos líderes comunistas e cada acontecimento anterior foram resgatados de forma a reconstruir a imagem estereotipada de subversão a eles atribuída.

Um panfleto da Cruzada Brasileira Anticomunista distribuído nas ruas da capital mineira anunciava claramente o inimigo nacional. Ilustrado com cenas dos quartéis sabotados por ocasião da Revolta de 1935, fotografias de militares mortos em combate e uma imagem central do “Monumento às vítimas da Intentona”, nele se lia: “De pé Brasileiros!!! Que se extingam os ódios pessoais, políticos e militares, em favor da união contra o inimigo comum da pátria brasileira: o Comunismo!”. [11]

Para além da intenção de denunciar o passado comunista, percebemos uma espécie de reivindicação da memória oficial do evento, no caso a rebelião militar liderada pelo PCB em 1935. Tendo em vista o alcance e a difusão que o ideário comunista alcançara, tornava-se necessário asfixiar uma memória revolucionária e alimentar uma memória da traição, do luto e da tristeza. O povo brasileiro precisava se unir contra “o inimigo da nação”.

Clandestinidade

A partir de então, tem início uma violenta perseguição aos comunistas. Conseguiriam, nas sombras da ilegalidade, influenciar a vida política? Seriam possíveis a difusão e a manutenção de uma identidade política fundamentada na mudança das bases estruturais da sociedade? Atuariam eles no espaço público de maneira efetiva, ainda que sob máscaras ou disfarces?

Mesmo com as medidas repressivas adotadas, as ruas não pareciam pacificadas. Pouco adiantara o cancelamento do registro do PCB. Não bastara o fechamento de inúmeras associações supostamente controladas por

comunistas. O discurso formado de um povo brasileiro harmônico, contrário ao caos e à desordem, não conseguira conter a ocupação do espaço público pelas camadas populares. Sustentados pela Constituição, manifestações, comícios, passeatas traziam à tona o ímpeto participativo de parcela significativa da população. Questões cotidianas como tarifas de energia e outras menos imediatas, como a paz, mobilizavam os cidadãos.

Especialistas na história do PCB demonstram a permanência dos comunistas e a continuidade de sua atuação efetiva nos sindicatos e movimentos pacifistas na década de 1950. Os comícios e atos públicos permaneceram, ainda que disfarçados, sob as bandeiras brancas da paz. Iniciado em fins da década de 1940, o *Movimento pela Paz*, de caráter internacional, incorporou um conjunto de esforços pacifistas como a *Campanha pela Interdição das Armas Atômicas*, os apelos e protestos contra a aliança militar ocidental Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), pelo desarmamento geral, contra a Guerra da Coréia e o envio de soldados brasileiros para o conflito etc.

No contexto da Guerra Fria, o temor de uma nova guerra mundial povoava o imaginário dos comunistas brasileiros. Lutar pela paz não significava apenas desejá-la, mas permitir a criação de condições para sua realização. A campanha pela paz era associada a outras questões mais amplas e diversas. Em um exemplar do "Curso de Capacitação" promovido pelo PCB, encontramos, entre as lições sobre a estruturação do partido, métodos de autodefesa, instruções para a composição de núcleos e células, uma lição especial intitulada "A Luta pela Paz – Nossa Tarefa Central".

A cartilha advertia sobre a necessidade de explorar as reivindicações mais sentidas em cada momento, em cada local, em cada setor, para ampliação do movimento pró-paz. Assim, a luta contra a carestia e por melhores salários era associada a uma luta mais ampla – pela paz. Os comunistas assim a definiam:

> A luta de classe é a base inicial dos comunistas. Somos partidários conseqüentes da luta pela paz. Lutamos como revolucionários. Os comunistas tomam parte nas guerras justas, mas nas injustas lutam para transformá-las em guerras justas de libertação nacional. [...] Somos partidários revolucionários pela paz, até derrubar a burguesia imperialista que provoca guerras.
> A luta contra a guerra é a luta contra o regime capitalista. [...] A paz será consolidada se o povo tomar o poder em suas mãos e só assim a guerra será evitada.[12]

Para o Partido Comunista, as lutas pelos direitos e pelas necessidades mais imediatas do povo brasileiro e, principalmente, a luta pela independência nacional deviam estar diretamente relacionadas à luta pela paz. Esta, aliada às reivindicações da classe trabalhadora, era tida como contribuição necessária à luta contra o capitalismo – promotor da guerra – e à vitória revolucionária do "povo brasileiro". Mas o pacifismo dos comunistas era relativo, pois no horizonte estava a conquista do poder e a derrocada do imperialismo capitalista.

Na ilegalidade, o Partido buscou explorar todas as formas de participação legal por meio da tutela de movimentos de massa que lhe forneciam uma cobertura institucional. A grande imprensa e os órgãos de segurança não se cansaram de denunciar o *Movimento pela Paz* como parte integrante dos planos soviéticos para aumentar suas áreas de influência e espalhar o comunismo por todo o mundo.

"Democracia entre duas pragas" era o título de extensa reportagem publicada na revista *O Cruzeiro*, em abril de 1951. Lia-se: "Comunistas arruaceiros e policiais espancadores foram protagonistas de violento conflito em pleno centro de Belo Horizonte, jovem cidade provinciana em geral bem comportada, mas que já teve suas ruas e

Material de propaganda do Partido Comunista do Brasil durante a Assembléia Nacional Constituinte instalada em fevereiro de 1946. Coleção Dops, rolo 073. Pasta 4905. Imagem 1645. Arquivo Público Mineiro.

Mensagem de
Luiz Carlos Prestes ao Povo de Minas

"Povo Mineiro"

São os seguintes os candidatos populares ao pleito de 3 de Outubro proximo que merecem a minha confiança e para os quais solicito os vossos sufrágios concientes e esclarecidos.

Para Deputados Estaduais: Hilda Ferreira (Hilda Magalhães) e Luiz de Carvalho Bicalho.

Votai por Paz, Pão, Terra e Liberdade, fazendo vitoriosos os candidátos do povo.

Setembro de 1950

a) Luiz Carlos Prestes

colinas ensangüentadas e suas casas varadas de balas por causa de política".[13]

Diferentemente do comício realizado em 1945 na Praça da Estação, referido no início deste texto, caracterizado então como "a maior manifestação política da história de Minas", agora a política é tida como maléfica e provocadora do conflito. As questões políticas não cabiam em uma cidade pacata e provinciana como Belo Horizonte. O conflito e a diferença já não podiam fazer parte da nova conjuntura política, a euforia democrática era suplantada pelo discurso da ordem. Como uma doença deve ser extirpada para manter a integridade do corpo, o diferente devia ser eliminado para que se mantivesse a harmonia do corpo social.

Entretanto, acreditamos que a livre manifestação de idéias e o conflito decorrente da pluralidade de interesses seja expressão máxima da política. É no confronto com o outro que se estabelece a diferença e se cria a identidade dos grupos políticos. Para Hannah Arendt, o homem se distingue de seus iguais no espaço público que é, por essência, o espaço da política, através da ação e do discurso. Segundo Arendt, "a ação e o discurso são os modos pelos quais os seres humanos se manifestam uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas enquanto homens" (ARENDT, 1997, p. 189). Os comícios e manifestações são acontecimentos que nos permitem a análise apurada dos momentos em que as idéias são confrontadas na praça pública.

Conflito e espaço público

O Partido Comunista, pela natureza de sua atuação, criou espaços de conflito político e de debates ideológicos. A reportagem da revista *O Cruzeiro* referia-se a um comício programado para o dia 26 de maio de 1951 em prol da paz mundial, contra as bombas atômicas e contra o envio de tropas brasileiras à Guerra da Coréia. As autoridades policiais proibiram a manifestação, sob a alegação de que a data escolhida seria um pretexto para as comemorações do aniversário do Partido Comunista do Brasil – 25 de março. Além disso, no mesmo dia tinha início a Conferência de Washington, que visava angariar o apoio dos países latino-americanos para a intervenção dos Estados Unidos na Coréia.

A proibição não impediu a realização do comício. Os organizadores consideraram a atitude policial ilegal, por contrariar a Constituição, e classificaram-na como "verdadeiro escárnio às liberdades democráticas".[14] A proibição não evitou a ampla divulgação do evento. No dia e hora marcados, os manifestantes se aglomeravam no centro da cidade. Segundo os militantes,

> a indignação se apossou de quantos ali se compareceram para exercer seus direitos de palavra e reunião, que longe, em lado oposto ao local onde estava programado o comício e mesmo talvez com intuito de evitar incidentes com a polícia, reuniram-se algumas dezenas de manifestantes em frente a igreja São José [...] Daquele ponto dirigiram-se os manifestantes para a esquina da Avenida Afonso Pena com rua da Bahia, onde novamente oradores se fizeram ouvir.[15]

Marcada anteriormente para realizar-se nas imediações da Feira de Amostras, a manifestação seguiu outro rumo. Os integrantes do movimento seguiram a Avenida Afonso Pena empunhando faixas e cartazes com dizeres alusivos à campanha pela paz. Segundo um jornal local, alguns militantes improvisaram comícios-relâmpago em pontos de grande movimento. Preferiam os pontos de bondes e outros locais onde o povo costumava ficar aglomerado.[16]

Era segunda-feira, e as ruas estavam movimentadas, com os trabalhadores retornando para suas casas. A estratégia usada pelos militantes para mobilizar as pessoas pode ser

melhor compreendida tendo em vista a conformação urbana de Belo Horizonte. As condições oferecidas pela principal avenida da cidade, onde se localizavam importantes bares e os principais pontos de bondes, foram apropriadas politicamente.

Eram apenas 300 pessoas partidárias da paz – número pequeno, se comparado à multidão presente no comício de Prestes, realizado em 1945 –, que à sua maneira ocuparam a avenida, gritaram palavras de ordem e mobilizaram trabalhadores, transeuntes, homens e mulheres em torno de suas idéias. O espaço público apresentava-se, dessa forma, como lugar de formação da opinião e vontade coletivas.

A despeito dos princípios apregoados pelos oradores, a polícia veio para a rua com ordens de dissolver, a qualquer preço, a manifestação "reconhecidamente de aspiração comunista". O confronto policial resultou em confusão, correrias, espancamentos, estampidos, pauladas, várias pessoas feridas, entre populares e policiais, e um guarda civil atingido mortalmente.

No dia seguinte, manchetes de jornais informavam os desdobramentos do *meeting* e a lista de feridos encaminhados ao Pronto Socorro da capital. Não se referiam aos civis envolvidos no conflito como manifestantes pela paz, mas sim como os "vermelhos", "sovietes", "adeptos de Moscou", "agitadores comunistas" etc.

Mesmo demonstrando repúdio pelos comunistas, a grande imprensa não deixou de noticiar as arbitrariedades cometidas pelos policiais. Fotógrafos, que tentaram registrar o conflito, foram agredidos e tiveram suas câmaras danificadas. Muitos manifestantes foram espancados com cassetetes, inclusive, algumas pessoas que estavam apenas passando pelo local no momento do incidente. Um jornal local denunciou a condição de alguns investigadores policiais presentes no Pronto Socorro:

> Fato grave, apurado nos corredores daquele hospital pela reportagem, é que vários policiais, notadamente investigadores que ali foram ter, exalavam forte cheiro de álcool, com demonstração evidente de se encontrarem embriagados.[17]

O desenrolar desses acontecimentos preencheu páginas de jornais, movimentou autoridades civis e policiais e prolongou-se por mais de dois anos numa disputa judicial. As repercussões da manifestação excederam o espaço/tempo do acontecimento, estabelecendo polêmicas e discussões acirradas desde sua organização e propaganda. Seus efeitos pairaram sobre a cidade muito tempo após o encerramento do evento.

A morte de um guarda civil tornaria esse comício singular na história de Belo Horizonte. O acusado de homicídio, Arthur Andrade, negou a autoria do crime durante todo o processo e a defesa alegou insuficiência das provas apresentadas. Mesmo assim, um ano após a morte do guarda civil Eliseu Mariano, uma série de homenagens à sua "atuação heróica" seria realizada nas dependências da Superintendência da Guarda Civil. Uma manchete de jornal registrava o acontecimento "em memória do guarda civil morto pelos comunistas".[18]

A cidade tornou-se cenário de uma disputa política, de um debate de idéias só permitido pela teia de relações que o ambiente urbano pode propiciar. As ruas são, por excelência, lugares de conflito e diversidade.

Herdeiros do futuro

A análise da atuação política do Partido Comunista do Brasil no espaço público, durante o período em que esteve na legalidade, permite-nos fazer algumas considerações. Tendo em vista sua inserção em uma sociedade extremamente conservadora e em um espaço público

Mensagem de Luiz Carlos Prestes ao Povo Mineiro, setembro de 1950. Coleção Dops, rolo 022. Pasta 02353. Imagem 0870. Arquivo Público Mineiro.

brasileiro ainda fortemente marcado pelo patrimonialismo, o PCB representou para muitos militantes a real possibilidade de mudança.

Os comícios, como rituais políticos de rememoração e disseminação de uma identidade, fornecem ao historiador verdadeiro arsenal simbólico usado pelos militantes na defesa de seus valores. No caso dos comunistas, eles se identificavam como salvadores, herdeiros de uma tradição revolucionária instituída nos primórdios de nossa história e preconizavam a esperança num futuro melhor.

Observamos que as idéias colocadas no debate público ultrapassaram os limites de seus objetivos imediatos, propiciando novas interpretações e usos possíveis. Impedido de manifestar-se publicamente, o Partido Comunista do Brasil encontrou formas de burlar as regras e participar efetivamente da cena política, mesmo que isso resultasse em confrontos com as forças repressivas.

A atuação do Partido não mais mobilizava multidões, até porque se realizava sob disfarces para ludibriar a ação policial. Mas continuava a exercer forte influência sobre os movimentos sociais.

A Associação Mineira pela Paz Mundial esclarecia à população belo-horizontina sobre sua legalidade em nota publicada no jornal Estado de Minas:

> Atuando dentro das leis e, especialmente escudada pela Constituição Federal, a diretoria da Associação vem tomando todas as medidas para a livre realização da luta pela paz em Minas Gerais.[19]

Ao estabelecer alianças com outros movimentos políticos, o PCB não deixou de manifestar seus princípios e crenças na mudança estrutural da sociedade. Nota do Comitê Central do Partido publicada em 1956 dizia:

Lutemos pelas liberdades, em defesa da Constituição, pela anistia ampla, contra as brutalidades policiais, contra a carestia da vida, contra a arbitrária e abusiva elevação dos preços das passagens dos transportes urbanos, mas de forma organizada e sempre fazendo esforços para esclarecer as massas populares e a juventude estudantil a fim de que não se deixem enganar pelos seus piores inimigos nem se prestem a servir de instrumento para as manobras golpistas dos agentes do imperialismo norte-americano em nosso país. [...] O povo unido é muito mais poderoso que seus opressores e na atual situação do mundo tem tôdas as condições para libertar o Brasil do jugo imperialista norte-americano e conquistar um govêrno efetivamente democrático e popular que assegure a independência e o progresso do Brasil, a felicidade e o bem-estar para todos os seus filhos.[20]

Notas |

1. Para se ter uma idéia da quantidade de pessoas reunidas na praça, basta imaginar um estádio de futebol, como o Mineirão, em dia de clássico. É, comparativamente, o mesmo público assistindo ao comício.

2. Recorte de jornal encontrado junto aos documentos do extinto Dops/MG. *Estado de Minas*, 29-11-1945 – APM - Fundo Dops – Rolo 073, Pasta 4905.

3. *Idem*.

4. *Anuário Estatístico do Brasil.* Ano VI - 1941/1945. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1946.

5. O Decreto-lei nº 7.586/1945, novo Código Eleitoral, ficou conhecido como *Lei Agamenon*, em homenagem ao ministro da Justiça Agamenon Magalhães, responsável por sua elaboração. Esse decreto restabelecia a Justiça Eleitoral e regulava em todo o país o alistamento eleitoral e a criação dos partidos políticos.

6. O PCB foi fundado em março de 1922 com o nome de Partido Comunista do Brasil – Seção Brasileira da Internacional Comunista. Somente em agosto de 1961 houve alteração em seus estatutos e sua denominação passou a ser Partido Comunista Brasileiro.

7. Mensagem produzida pelo PCB e distribuída a população. APM - Fundo Dops – Rolo 073, Pasta 4905.

8. *Idem*.

9. Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. Define os crimes contra o Estado e a ordem política e social

10. Lei nº 38, de 4 de abril de 1935.

11. APM - Fundo Dops – Rolo 048, Pasta 3833.

12. *Idem*. PCB: Curso de Capacitação [1950?].

13. APM - Fundo Dops – Rolo 034, Pasta 1764.

14. Alegações da defesa. Processo pela morte do guarda civil Eliseu Mariano. APM-Fundo Dops – Rolo 034, Pasta 1764.

15. *Idem*.

16. Recorte de jornal. *Estado de Minas*, 27-03-1951. APM - Fundo Dops – Rolo 048, Pasta 3833.

17. Recorte de jornal. *Diário da Tarde*, 27-03-1951. APM - Fundo Dops – Rolo 034, Pasta 1764.

18. Recorte de jornal. *O Diário*, 27-03-1952. APM - Fundo Dops – Rolo 048, Pasta 3833.

19. Recorte de jornal. *Estado de Minas*, 03-07-1952. APM - Fundo Dops – Rolo 048, Pasta 3833.

20. *Nota do Presidium do Comitê Central do PCB,* 1956. APM - Fundo Dops – Rolo 048, Pasta 3833.

Referências

ARENDT, Hannah. *A condição humana.* 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (Org.). *Por uma história cultural.* Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

BERSTEIN, Serge. Os partidos. In: RÉMOND, René. *Por uma história política.* 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves; FERREIRA, Jorge. (Org.) *O Brasil republicano*: o tempo da experiência democrática. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito.* Rio de Janeiro: Eduff/Mauad, 2002.

REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

RIBEIRO, Jayme Fernandes. *Os 'Combatentes da paz': a participação dos comunistas brasileiros na campanha pela proibição das armas atômicas (1950)*. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal Fluminense, 2003.

Raquel Aparecida Pereira é historiadora do Programa Monumenta/MinC e mestranda em História e Culturas Políticas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Dossiê

Camisas-verdes em marcha no solo mineiro

Emerson Nogueira Santana

A pouca atenção dada até agora pela historiografia às atividades da Ação Integralista Brasileira em Minas Gerais começa a ser reparada com a abertura dos arquivos da polícia política, que teve os integralistas como alvo de sua vigilância.

O acervo documental da polícia política de Minas Gerais, recentemente aberto ao público, representa fonte inédita de pesquisa para a história republicana brasileira. Composto por cerca de 250.000 imagens de documentos digitalizados permite o estudo de várias temáticas deixadas de lado pela historiografia, provavelmente devido à escassez de fontes primárias. Uma dessas lacunas se evidencia pela inexistência de pesquisas de fôlego maior sobre o movimento integralista em Minas Gerais. Um artigo de Grossi e Faria[1] sobre a relação entre operários e integralistas em Belo Horizonte é o único trabalho publicado especificamente voltado para a análise do integralismo em terras mineiras.

O presente artigo resultou de uma imersão na documentação do Dops/MG em busca de fontes para a história do integralismo em Minas Gerais. É fruto de uma primeira viagem através de registros documentais acumulados pela polícia política durante o período compreendido entre 1927 e 1979. Pretende-se aqui demonstrar a relevância dessa fonte histórica, no intuito de instigar a pesquisa sobre a Ação Integralista Brasileira (AIB) e o Partido de Representação Popular (PRP), duas organizações políticas de orientação integralista.

Deus, pátria e família

A história do integralismo está intrinsecamente vinculada ao movimento político de influência fascista denominado Ação Integralista Brasileira (AIB). Criada em 1932, inicialmente sem pretensões eleitorais, alguns anos depois a AIB se tornaria um partido político de massas. Para Trindade, o marco interno de referência que explica o surgimento da Ação Integralista Brasileira é a Revolução de 1930. “Desde a origem do movimento até sua dissolução, persistiu uma ambigüidade básica na relação entre o integralismo e a nova elite política emergente no após 30.” (TRINDADE, 1979, p. 278).

Se por um lado a situação política interna proporcionou as condições para ascensão de pensamentos autoritários e antiliberais, por outro, a ideologia, o estilo de organização hierarquizada, a importância da figura do chefe e o ritualismo do movimento não podem ser explicados sem considerar a influência do fascismo europeu.

> Não pretendemos afirmar que o integralismo tenha sido exclusivamente fruto de um mimetismo ideológico (a tradição do pensamento político autoritário brasileiro contribuiu também decisivamente para formação da doutrina), mas a influência do fascismo europeu foi, sem dúvida, crucial na configuração da AIB enquanto movimento político. (TRINDADE, 1979, p. 278).

A Ação Integralista Brasileira pretendeu arregimentar as massas em torno do objetivo declarado de promover a independência e o desenvolvimento do Brasil. Em seu primeiro manifesto público dirigido à nação brasileira, especialmente aos operários, homens de cultura, jovens e às Forças Armadas, a AIB se apresentou como um movimento social e político em defesa dos interesses do povo brasileiro. Seus líderes se diziam favoráveis à construção de um Estado forte, capaz de reorganizar a nação, colocando-a no rumo do progresso técnico-científico e promovendo a elevação moral dos brasileiros. Declaravam-se, ainda, anticomunistas e contrários ao cosmopolitismo e aos regionalismos.

O lema difundido – “Deus, Pátria e Família” – fazia alusão ao papel da família como base da organização social, indispensável à defesa dos valores e da moral cristã. Os integralistas se identificavam como soldados de Deus e da pátria em defesa da família, da moral, das tradições e dos bons costumes.

A expansão do movimento

Com o objetivo de concretizar a chamada “Revolução do Espírito”, o integralismo foi apresentado ao povo em forma de uma doutrina política capaz de enfrentar e sanar os problemas nacionais. A AIB utilizou símbolos, rituais, jornais, revistas, panfletos, cartazes, palestras e sessões doutrinárias como veículos de propagação de seu ideário político. Seus membros fundaram várias escolas, iniciaram a formação de uma milícia armada e desenvolveram atividades de assistência social.

Durante os primeiros anos de sua existência, a AIB teve maior liberdade de ação. Seus integrantes iniciaram sua marcha pelo Brasil, difundindo a doutrina do sigma[2] e conquistando novos adeptos. Sempre se opondo ao liberalismo e combatendo a “ameaça comunista”, o movimento cresceu arregimentando grande número de militantes.
A AIB atingiu o auge de sua atuação política no ano de 1936, que ficou conhecido como o “ano verde” – numa alusão à camisa verde,[3] peça principal da indumentária adotada pelos militantes.

> De junho a setembro, daquele ano, o número de membros e de simpatizantes da AIB dobrou, ultrapassando a casa do milhão, e os núcleos integralistas locais multiplicaram-se. Nas eleições municipais, os integralistas conseguiram 250 mil votos, elegendo 500 vereadores e 24 prefeitos. (CHAUI, 1978, p. 102)

A derrocada dos “Verdes”

Se o ano de 1936 foi de expansão do movimento integralista, trazendo a esperança de unificação da nação em torno de seus objetivos políticos e sociais, logo teria início a sua queda. Em 1937, após a promulgação do Estado Novo, houve a cassação dos registros dos partidos políticos nacionais, dentre eles a AIB. Foi um momento de decepção e lamentos, pois os integralistas haviam apoiado o presidente Getúlio Vargas durante sua caminhada política. As lideranças do movimento reagiram à inclusão da AIB no rol das siglas partidárias extintas, mas não adiantou protestar. A polícia executou diligências para fechamento dos núcleos integralistas e apreensão de todo material “comprometedor” encontrado em poder dos militantes.

No ano seguinte a AIB sofreria outro golpe. Após o fracassado atentado contra o presidente Vargas, que ficou conhecido como o *putsch* integralista de 1938, os partidários do sigma foram violentamente reprimidos pela polícia política. Os mais radicais foram presos. As lideranças integralistas foram para o exílio. Muitos militantes abandonaram o movimento. Os que continuaram defendendo a ideologia do sigma foram perseguidos pela polícia política do Estado Novo. O integralismo entrou em decadência enquanto doutrina política. Nunca mais conquistaria o prestígio alcançado em meados da década de 1930.

Uma relação ambígua

Excetuando-se, talvez, os dois primeiros anos logo após a criação da AIB, enquanto ela ainda estava se organizando e teve maior liberdade de ação, pode-se dizer que a relação entre a polícia política e a Ação Integralista Brasileira foi pautada por ambigüidade e desconfiança. Se, por um lado, os integralistas foram tratados como agitadores, por outro, alguns policiais manifestaram simpatia pelo movimento, chegando a fazer parte de seus quadros.

Delegados e agentes de polícia de cidades do interior, muitas vezes atuando de maneira arbitrária e em defesa de outros grupos políticos, aproveitaram todas as chances que tiveram para combater as ações dos “verdes”. Fecharam núcleos da AIB e prenderam militantes, interrompendo manifestações públicas e atividades de propaganda. Os integralistas não deixaram por menos.

Recorreram às instâncias superiores da polícia e, até mesmo, à Justiça. Na maioria das vezes, conseguiram resgatar seus direitos políticos. Isso porque, mesmo durante o estado de guerra, declarado após a "Intentona" comunista de 1935, foi mantida a permissão para a realização de reuniões e eventos internos pelos partidos e organizações políticas, desde que as ações previstas fossem previamente comunicadas às autoridades.

A retomada da ideologia

O Partido de Representação Popular (PRP) foi criado por Plínio Salgado, em setembro de 1945, logo após sua volta do exílio, com o intuito de retomar os valores e ideais integralistas. Foi a maneira encontrada pelo antigo líder para dar continuidade à batalha interrompida pelos acontecimentos de 1937 e 1938. Cabe dizer que o PRP não caracterizou uma continuidade da Ação Integralista Brasileira, nem fez uso da mesma estratégia política daquele movimento. Foi, contudo, uma retomada da ideologia integralista por outros meios, com o objetivo de participar do pleito eleitoral e obter espaço para influenciar as decisões políticas no período democrático.

Plínio Salgado tentou atrair as antigas lideranças e militantes integralistas para o novo partido. No entanto, nem todos se inscreveram e a legenda não obteve o sucesso alcançado anteriormente pela Ação Integralista Brasileira. Apesar do carisma de Salgado, o PRP foi um partido político modesto. Mesmo não tendo se firmado como uma das principais siglas políticas no período de sua existência, o PRP participou ativamente das eleições, conferindo sobrevida à ideologia integralista. Em 1955, lançou a candidatura de Plínio Salgado para a Presidência da República, angariando cerca de 8% dos votos. As maiores vitórias do partido foram as eleições de Salgado para a Câmara dos Deputados em 1958, pelo Estado do Paraná, e em 1962, por São Paulo.[4]

Além de disputar eleições, o PRP se inseriu na política nacional por meio do combate ao comunismo, o que era de se esperar, tendo em vista a orientação ideológica do partido. A legenda foi extinta, juntamente com os demais partidos brasileiros, em outubro de 1965, através do segundo Ato Institucional (AI-2) promulgado pelo governo militar.

A formação do acervo

Durante a década de 1930, momento de maior militância integralista, o Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais – Dops/MG ainda não existia, pelo menos com essa denominação. O serviço estadual de polícia política remonta ao ano de 1927, quando da criação da Delegacia de Segurança Pessoal e de Ordem Política e Social. Quatro anos depois de sua criação, a delegacia sofreu modificações e o serviço de polícia política passou a ser responsabilidade do órgão denominado Delegacia de Ordem Pública (DOP), assim permanecendo até a criação do Dops/MG.[5] Isso explica o fato de a maior parte da documentação referente ao integralismo presente no acervo ter sido acumulada pela Delegacia de Ordem Pública.

Essa delegacia tinha como principais atribuições zelar pela integridade política e segurança interna da República, garantir, por meios preventivos, a manutenção da ordem, além de vigiar quaisquer manifestações públicas e ações de indivíduos perturbadores da ordem. No desempenho dessas funções, os investigadores mantinham sob vigilância permanente os integrantes de organizações classificados como perigosos para o regime estabelecido.

Assim, sob o pretexto de manter a ordem política e social, cabia à polícia exercer um controle permanente sobre todos os grupos e indivíduos que estivessem em condições de organizar e incentivar a deflagração de passeatas, greves, revoluções e atentados políticos. Com o

Correspondência policial. Telegramas sobre o movimento integralista em Areado, MG, setembro de 1935. Coleção Dops, rolo 064. Pasta 4499. Imagem 2078. Arquivo Público Mineiro.

argumento de livrar o país dos “fatores de desagregação”, conferia-se à polícia o direito de agir preventivamente contra partidos políticos, associações de trabalhadores, estudantes, jornalistas, sindicalistas, estrangeiros etc.

A vigilância das ações dos integralistas resultou na produção de considerável volume de relatórios e correspondências policiais sobre o movimento. A polícia foi um excelente auxiliar de pesquisa, coletando e garantindo a permanência de registros documentais de um passado ainda pouco conhecido. A dedicação policial durante a atividade investigativa, somada ao zelo na guarda da documentação apreendida, nos legou grande volume de informações sobre a trajetória do integralismo em Minas Gerais.

Registros documentais

A documentação que se encontra no acervo documental proveniente do Dops/MG, atualmente sobre a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM), é rica e diversificada. Sua utilização em novas pesquisas permitirá a reconstrução de um cenário político no qual o integralismo esteve inserido como uma das peças principais. Para facilitar a compreensão do acervo, podemos dividir a documentação em dois grandes grupos: documentos produzidos pela polícia e documentos produzidos pelos integralistas.

A documentação produzida pela polícia política é constituída por ofícios, telegramas, ordens de serviços, relatórios de investigações, registros de ocorrências e diligências, cartas de agentes policiais, listas de integrantes da AIB, listas de material apreendido, atestados de antecedentes criminais, termos de apreensão, depoimentos de presos políticos e testemunhas, recortes de jornais diversos.

Os documentos produzidos pelos integralistas, em sua maioria, foram apreendidos pela polícia após o fechamento dos núcleos da AIB, entre 1937 e 1938. São carteiras de identidade partidária, listas de militantes, listas de livros, folhetos e jornais do núcleo nacional da AIB, jornais produzidos em núcleos municipais e distritais, panfletos políticos, volantes, cartazes, fotografias, boletins de estatística dos núcleos, comunicados, cadernetas e exames aplicados em escolas integralistas, cartas e anotações pessoais de militantes.

A maior parte da documentação encontrada foi produzida pela Delegacia de Ordem Pública no desempenho de sua atividade investigativa, ou apreendida após o fechamento dos núcleos da AIB. Alguns documentos que não se classificam nesses dois grupos são, no entanto, em menor quantidade. Trata-se de cartas com denúncias anônimas, material de propaganda de conteúdo anti-integralista, documentos do Poder Judiciário, documentos de empresas e instituições públicas diversas.

A seguir relacionamos alguns tipos documentais mais freqüentes, para efeito de ilustração da riqueza de conteúdo do acervo. Procuramos, assim, apontar caminhos possíveis para a realização de pesquisas inéditas sobre o integralismo em Minas Gerais. Análise mais criteriosa e aprofundada dos documentos fica para futuras investidas no terreno da escrita histórica.

Correspondência policial

Vários tipos de correspondência policial sobre o integralismo fazem parte do acervo. São ofícios, cartas e telegramas trocados entre órgãos policiais, relatando fatos alusivos à militância integralista no Estado. Esses documentos revelam a visão policial sobre os integralistas e suas ações. Constantemente, delegados do interior escreviam para a chefia da polícia na Capital, descrevendo acontecimentos e pedindo orientações para empreender a ação repressiva.

São documentos importantes para a compreensão dos temores da polícia e das classes dirigentes em relação aos integralistas. Investigadores faziam o controle dos "verdes", sobretudo de suas manifestações públicas e ações de formação da milícia armada. Em ofício do dia 2 de maio de 1937, o delegado especial do município de Areado faz a seguinte comunicação ao chefe de Polícia do Estado de Minas Gerais:

> Em aditamento ao meu radiograma de hoje, informa a V. Excia, que o Prefeito do Município [...] que é atualmente o chefe municipal da Ação Integralista, nesta Cidade, hoje às 8 horas, seguiu com cento e tantos integralistas para um campo, retirado desta Cidade cerca de um quilômetro, mais ou menos, onde se instalaram para receberem instrução militar.[6]

Em seguida, o delegado relata como foi a abordagem do grupo e quais foram as providências tomadas, uma delas a intimação do prefeito municipal para depor na delegacia. Aproveitou para comunicar que eram cada vez mais freqüentes as visitas de mensageiros integralistas vindos do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo e Bahia. "Esses mensageiros estão de ordem do chefe nacional, confabulando e dando instruções secretas aos núcleos do interior".[7] Pede, também, instruções para agir "dentro do direito e da ordem" em relação ao movimento integralista, demonstrando insegurança quanto à atitude repressiva que deveria tomar.

Como partido político legalizado, a AIB não aceitava abusos de poder por parte das autoridades. Nesses casos, recorria aos superiores, causando um constrangimento às autoridades locais, uma vez que, geralmente, essas tinham de reconhecer o erro e voltar atrás em suas atitudes arbitrárias. No mesmo ofício, aparece ainda outra preocupação do delegado local: "Sendo o núcleo desta cidade um dos maiores do Estado, acho que o destacamento policial local é impotente – composto de quatro praças apenas – para manter a ordem pública, no caso de haver um levante integralista."[8]

Esses escritos policiais nos permitem, ainda, estudar as ações de combate político e de doutrinação planejadas e executadas pelos integralistas. As manifestações públicas como palestras, marchas e visitas de lideranças regionais e nacionais eram especialmente vigiadas. Em 29 de agosto de 1936, o investigador enviado ao município de Três Corações relatava: "Apurei que deverão chegar naquela cidade a 11 de setembro próximo, para uma concentração a 12, os senhores Plínio Salgado, Gustavo Barroso e outros."[9] A presença de Salgado e Barroso era motivo de preocupação especial para as autoridades, pois significava aglomeração de militantes integralistas.

Recortes de periódicos

Uma das maneiras utilizadas pela Delegacia de Ordem Pública para controlar a ação dos integralistas consistia em recortar e colar em folhas de papel, carimbadas e datadas, notícias publicadas em jornais e revistas, fossem elas da imprensa independente ou da própria organização política. Era uma espécie de controle político através da informação jornalística. São fragmentos que nos informam sobre eventos integralistas – marchas, palestras, visitas de lideranças nacionais etc. –, confrontos com outros grupos políticos e ações policiais.

Matérias sobre a repressão policial ao integralismo tinham espaço garantido nas páginas iniciais de periódicos da imprensa integralista. As investidas da polícia contra os camisas-verdes rapidamente eram interpretadas e divulgadas como fruto de perseguição política de autoridades simpatizantes do comunismo.

> Em Minas Gerais, como em toda a parte do Brasil, a violência criminosa com que a politicagem persegue os camisas-verdes só encontra

> paralelo na campanha de atentados e chacinas com que os comunistas tentam impedir a marcha triunfal do sigma. [...] é a história dolorosa de uma autoridade policial que se põe a serviço dos politiqueiros despeitados e dos comunistas agentes do Komintern para desgraçarem o Brasil o mais depressa possível, de modo a que ele não ofereça resistência ao domínio soviético.[10]

Por outro lado, a imprensa independente ou partidária de outras siglas também reservava páginas de seus periódicos para o ataque aos integralistas. Em 1938, foi noticiado para os brasileiros, em artigo intitulado "Doutrina de ferro em brasa", que os integralistas de Juiz de Fora, na esperança de uma vitória política, "haviam forjado um ferro idêntico aos que se usam para a marcação do gado, na premeditação de com ele estigmatizarem seus adversários da véspera".[11] Para o jornalista, não havia dúvidas de que o ferro com o desenho do sigma seria utilizado em seres humanos, o que foi interpretado como uma prova do "requinte da perversidade integralista". A possibilidade de o ferro ter sido cunhado por algum fazendeiro integralista para marcar seu gado foi imediatamente refutada.

Listas de nomes

Encontramos no acervo listas de nomes em vários formatos, algumas produzidas pela polícia e outras elaboradas pelos integralistas. São listas de investigados, de militantes, de simpatizantes, de eleitores etc. Essas listas podem ser muito úteis para o mapeamento do movimento integralista em Minas Gerais. Além de servir para a quantificação do número de integrantes de cada um dos núcleos municipais e distritais da AIB, trazem informações complementares.

Algumas listas registram a idade dos integrantes e o lugar que ocupam no movimento: plinianos, blusas-verdes, camisas-verdes, chefes etc. Outras foram organizadas de modo a identificar a profissão de cada um dos militantes ou simpatizantes. Essas listagens permitem a realização de pesquisas sobre o perfil social do movimento e o grau de penetração do integralismo em cada uma das classes profissionais e faixas etárias anotadas.

Correspondência integralista

A troca de informações entre os integrantes da Ação Integralista Brasileira era feita por cartas, ofícios, circulares, bilhetes e telegramas. São documentos imprescindíveis para a compreensão da forma de organização do movimento e a percepção das estratégias de ação e difusão ideológica utilizadas pelos integralistas. Essas comunicações, geralmente, eram feitas em papel timbrado, que trazia a identificação do núcleo emissor do documento e um mapa do Brasil com o sigma sobreposto. As cartas, ofícios e circulares da AIB eram encerrados com o lema "Pelo Bem do Brasil, Anauê!", seguido da assinatura do remetente.

Em relação à organização política, a AIB contava com um departamento próprio de polícia, cuja atribuição era controlar seus adversários políticos. Correspondência de fevereiro de 1936 revela aspectos do funcionamento da polícia integralista em Minas Gerais, como, por exemplo, quem deveria ser controlado:

> I. Os comunistas existentes nesta cidade – os principais – já foram fichados por este Departamento, cujas fichas já vos foram remetidas, as de Ns. 1, 2, 3 e 4, estando este último fichado ausente desta cidade, em gozo de férias. II. Quanto aos maçons informo-vos que aqui não há loja, o que dificulta descobri-los. Cogitou-se uma vez de sua fundação; investigando consegui apurar que eram elementos de fora, de outra cidade e que já tinham se retirado sem realizarem

> seu intento. Estiveram nesta cidade apenas um dia, o que impediu que fossem identificados por este DMP. III. Judeus temos dois aqui, dos quais enviar-vos-ei fichas em tempo oportuno, não o fazendo agora por não estarem completas.[12]

Os departamentos municipais da polícia integralista tinham como atribuição fichar as lideranças de partidos políticos, organizações sociais e sindicatos de orientação ideológica entendida como contrária aos valores do sigma. Apesar de o anti-semitismo não ser um dos assuntos predominantes nas cartas integralistas, os judeus às vezes aparecem como alvo de investigações. Prosseguindo a leitura, percebemos, ainda, que a polícia integralista utilizava as mesmas técnicas consagradas na polícia do Estado, como a infiltração para a investigação de organizações e sindicatos.

> V. Quanto aos sindicatos, há o dos "Ferroviários da E. F. Sul de Minas" e dos "Operários de Construção Civil". Estou providenciando minha inscrição no dos ferroviários, como ferroviário que sou, poderei então informar com exatidão o tópico V de vossa circular. Acrescento, entretanto, que eles não tiveram influência alguma na fundação da A.N.L., pois que aqui não foi fundado núcleo.[13]

Também encontramos cartas e ofícios do Partido de Representação Popular (PRP). Em 1954, o presidente do Diretório Municipal de Belo Horizonte comunicava ao delegado de Ordem Pública a realização de "comícios de divulgação doutrinária contra o comunismo e a dissolução dos costumes", em vários bairros da Capital. Pedia, ainda, "as providências necessárias à manutenção da ordem, evitando, destarte, a perturbação dos trabalhos pelos inimigos da Pátria".[14] O Partido de Representação Popular compartilhava com a polícia do Estado uma preocupação crescente com a atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Periódicos integralistas

Os jornais e boletins tinham a função de atualização da doutrina por meio da propagação de textos e reportagens que interpretavam a conjuntura política nacional e os problemas locais de acordo com a ideologia integralista. Pelo jornal, os camisas-verdes eram informados das mudanças de estratégia do movimento. Além de publicar os textos e manifestos das lideranças nacionais, as edições traziam notas e reportagens elaboradas por lideranças municipais, que tratavam da situação do movimento em municípios e distritos onde havia núcleo da AIB instalado.

Alguns exemplares de jornais integralistas podem ser consultados no acervo do APM. Os seguintes títulos já foram encontrados: *Brasil Novo* (São João Del Rei), *O Sigma* (Juiz de Fora), *Aço Verde* (Santa Rita do Sapucaí), *A Voz da Raça* (Passa Quatro), *O Integralista* (Carangola). Infelizmente são números esparsos, e alguns não propiciam uma boa leitura, mas com um pouco de dedicação é possível extrair muitas informações sobre o movimento.

Panfletos políticos

Panfletos vêm sendo utilizados, há algum tempo, como fonte para a história política. O estudo do pensamento político, por exemplo, não se faz mais apenas com base nos livros de grandes pensadores e escritores. Percebeu-se que os panfletos produzidos pelos partidos e movimentos políticos durante seus trabalhos de difusão ideológica estão carregados de significados.

Para Bernard Bailyn, a grande vantagem dos panfletos como fontes para o estudo das ideologias políticas é que eles

> revelam não meramente posições tomadas, mas as razões pelas quais as posições foram tomadas;

> revelam motivo e entendimento: as suposições crenças e idéias – a visão de mundo articulada – que estavam por trás dos eventos manifestos da época. (BAILYN, 2003, p. 15)

Panfleto integralista do núcleo municipal de Juiz de Fora é exemplar nesse sentido. Intitulado "O que é o integralismo", lista lemas e objetivos (numerados de 1 a 19) da luta integralista, enquanto apresenta o movimento para a sociedade.

> 1. O lema do Integralismo é DEUS, PÁTRIA e FAMÍLIA. 2. O Integralismo declara-se espiritualista contra o materialismo que vem dissolvendo todas as forças vivas da Pátria. 3. Dentro desse critério, o Integralismo respeita a liberdade de consciência e assegura a liberdade religiosa. 4. O Integralismo prega a revolução interior do homem procurando orientá-lo para seus altos desígnios na vida. [...] 10. O Integralismo não é ditadura, é democracia baseada nos valores espirituais e materiais da Nação.[15]

Em seguida, o mesmo panfleto revela visões dos integralistas sobre seus adversários políticos. À medida que lista os motivos pelos quais comunistas e liberais são considerados seus adversários, tenta convencer a população dos perigos eminentes que só podem ser evitados por eles mesmos, os "soldados de Deus, da Pátria e da Família".

> 17. O Integralismo é contra a doutrina liberal porque esta tem por base o individualismo, dividindo a Nação e quebrando a sua unidade. 18. O Integralismo é contra o liberalismo porque este prepara a Sociedade para o Comunismo. 19. O Integralismo é contra o Comunismo porque este nega Deus, não reconhece a Pátria e destrói a Família.[16]

Os panfletos da AIB são fontes privilegiadas para o estudo da ideologia integralista. Trazem mensagens específicas para cada tipo de interlocutor: ferroviários, operários, trabalhadores rurais, católicos, donas de casa, pais de família etc. Permitem conhecer os argumentos usados na doutrinação e arregimentação de novos militantes. Portadores de mensagem simples e direta, às vezes virulenta, os panfletos são veículos de formulação e difusão de representações sobre uma organização política, seus oponentes e a sociedade como um todo.

Considerações finais

Todo esse acervo documental sobre o integralismo encontra-se disponível em um sistema informatizado de pesquisa na sede do Arquivo Público Mineiro (APM). São mais de 300 pastas de documentos os mais diversos, que tratam das trajetórias da Ação Integralista Brasileira (AIB) e do Partido de Representação Popular (PRP), duas organizações de orientação integralista que atuaram – entre 1932 e 1964 – em todo o território nacional.

Essa documentação nos permitirá compreender melhor como os mineiros se inseriram nesse movimento político de amplitude nacional. Os registros documentais sobre o integralismo acumulados pelo Dops/MG são fundamentais para a elucidação de algumas questões que aguardam respostas: que grupos sociais participaram do integralismo em Minas Gerais? Como o movimento se organizou? Que cidades e regiões tiveram mais militantes? Qual foi a relação entre a Igreja Católica e o integralismo no Estado? Como se deu a difusão do imaginário integralista em Minas Gerais? Quais as estratégias de ação política e doutrinação ideológica utilizadas? Enfim, por que tantos brasileiros abraçaram e defenderam a ideologia do sigma?

Notas |

1. GROSSI, Ionne de Souza; FARIA, Maria Auxiliadora. Em Belo Horizonte operários vestem camisas verdes? *Revista 100 Anos de República,* Belo Horizonte, Dep. de História/ Dep. de Ciência Política/ Fafich/ UFMG, v. 3, 1990, p. 151-170.

2. A Ação Integralista Brasileira adotou o £ (sigma) como símbolo máximo do movimento. Letra do alfabeto grego, correspondente ao S latino, o £ carrega o significado de soma, é o símbolo do cálculo integral. Sobre a simbologia integralista ver: BERTONHA, João Fábio. A Máquina simbólica do integralismo: controle e propaganda política no Brasil dos anos 30. *História & Perspectivas.* Uberlândia, v. 7, 1992, p. 87-110.

3. O uniforme é de suma importância para a compreensão de organizações de inspiração fascista como a AIB. Informa-nos sobre o modo hierarquizado e militarizado de apresentação desse tipo de organização política e carrega uma relação direta com o objetivo declarado de unificação e homogeneização das massas. A camisa verde tornou-se um dos símbolos mais importantes para a militância integralista, era vestida com orgulho pelos seus adeptos. Numa comparação direta com o fascismo italiano, cujos componentes eram denominados "camisas-pretas", os integralistas da AIB ficaram conhecidos como os "camisas-verdes".

4. Sobre a trajetória política de Plínio Salgado e sua participação nas eleições para o legislativo e o executivo, ver: BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro - pós 1930.* Rio de Janeiro: FGV, 2001.

5. Sobre a trajetória da polícia política de Minas Gerais, ver: MOTTA, Rodrigo Patto Sá *et al*. República, política e direito à informação: os arquivos do Dops/MG. *Varia História.* Belo Horizonte, UFMG / Dep. de História, v. 29, p. 126-153, 2003.

6. APM/Fundo Dops/Rolo 064 - Pasta 4499, imagens 2040 e 2041.

7. *Idem*.

8. *Idem*.

9. APM/Fundo Dops/Rolo 066 - Pasta 4560.

10. Recorte do jornal integralista *A Offensiva.* Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1937. APM/Fundo Dops/Rolo 064 - Pasta 4496, imagem 1681.

11. Recorte do jornal *O Globo.* Rio de Janeiro, 9 de abril de 1938. APM/Fundo Dops/Rolo 068 - Pasta 4704, imagens 1763 e 1764.

12. Correspondência enviada pelo chefe municipal de polícia do núcleo integralista de da cidade de Três Corações para o chefe do Departamento Provincial de Polícia, em Belo Horizonte, em resposta a circular número 2. Três Corações, 15 de fevereiro de 1936. APM/Fundo Dops/Rolo 075 - Pasta 5024, imagens 1827 e 1828.

13. *Idem*.

14. Carta do Presidente do Diretório Municipal do PRP de Belo Horizonte Aníbal de Castro Gilberto ao delegado de Ordem Pública, Doutor José Henrique Soares. Belo Horizonte, 22 de junho de 1954. APM/Fundo Dops/Rolo 080 - Pasta 5163, imagem 2294.

15. APM/Fundo Dops/Rolo 068 - Pasta 4704, imagem 1900.

16. *Idem*.

Referências

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de. *Totalitarismo e Revolução: o integralismo de Plínio Salgado.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

BAILYN, Bernard. *As origens ideológicas da Revolução Americana.* Bauru-SP: EDUSC, 2003.

BERTONHA, João Fábio. A Máquina Simbólica do Integralismo: controle e propaganda política no Brasil dos anos 30. *História & Perspectivas.* Uberlândia, v. 7, 1992, p. 87-110.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

BRANDI, Paulo. Plínio Salgado. In: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro - pós 1930.* Rio de Janeiro: FGV, 2001.

CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e Política Regional.* São Paulo: Annablume, 1999.

CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937).* Bauru-SP: EDUSC, 1999.

CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: *Ideologia e mobilização popular.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

GROSSI, Ionne de Souza; FARIA, Maria Auxiliadora. Em Belo Horizonte operários vestem camisas verdes? *Revista 100 Anos de República,* Belo Horizonte, Dep. de História/ Dep. de Ciência Política/ Fafich/ UFMG, v. 3, 1990, p. 151-170.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá *et al.* República, política e direito à informação: os arquivos do DOPS/MG. *Varia História.* Belo Horizonte, UFMG / Dep. de História, v. 29, p. 126-153, 2003.

TRINDADE, Hélgio. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. São Paulo: Difel, 1979.

______. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: *História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil republicano, Sociedade e Política (1930-1964).* São Paulo: Difel, 1981. v. 3.

Emerson Nogueira Santana é bacharel em Comunicação Social pela PUC-MG, licenciado e mestrando em História pela UFMG. Atualmente ocupa o cargo de diretor de Arquivos Permanentes do Arquivo Público Mineiro, órgão vinculado à Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Ensaio

Federalismo oligárquico com sotaque mineiro

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Incluído entre os seis Estados hegemônicos da República Velha, Minas Gerais valeu-se da forte articulação interna entre suas elites para exercer sobre o poder federal influência consideravelmente maior da que lhe é habitualmente atribuída.

> A historiadora Armelle Enders diagnosticou com propriedade a produção historiográfica acerca do Estado na Velha República. Para a autora, o regime federalista implantado a partir da constituição de 1891 acabou por engendrar um "federalismo historiográfico", caracterizado pela ausência de análises sobre o modelo de Estado nacional, em contraste com a predominância de estudos regionalizados, ou melhor, estadualizados.[1]

O exemplo mais típico desta assertiva foi a trilogia elaborada pelos brasilianistas John Wirth, Joseph Love e Robert Levine, que estudaram, respectivamente, os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco.[2] É patente a ausência de trabalhos voltados para a discussão do Estado nacional republicano, a despeito de algumas iniciativas isoladas.

Esse tipo de produção historiográfica acabou resultando em trabalhos regionalizados em suas abordagens, que têm como característica a busca de motivações majoritariamente endógenas, na tentativa de explicação do comportamento das elites dirigentes. Tal abordagem resultou no arrolamento de especificidades que comporiam, por sua vez uma identidade regional, sem levar em conta que aquilo que era percebido como uma exceção ou elemento diferencial se repetia invariavelmente em outras regiões, justamente porque resultava de influências exercidas no âmbito da macropolítica.

As análises sobre Minas Gerais, durante um certo período, não escaparam desse paradigma. O olhar de muitos historiadores esteve voltado para as disputas intra-elitistas mineiras, sem necessariamente relacioná-las a condicionantes de caráter nacional ou mesmo internacional.[3] Por esta razão, o papel político de Minas, no contexto da República Velha, foi extremamente estereotipado. A elite mineira foi descrita como conciliadora, fortemente submetida às ordens do PRM e, por isso, apelidada "a carneirada", vista ainda como aliada incondicional das elites paulistas, além de outras características que acabaram por reforçar o mito da mineiridade. Toda essa gama de características definidoras de uma suposta identidade mineira foi construída, em sua maior parte, com base no estudo das trajetórias individuais de algumas lideranças que se destacaram, no estudo de suas alianças políticas personalizadas, de suas motivações psicológicas e de suas reações a acontecimentos intrínsecos ao Estado.

Acreditamos ser difícil identificar padrões de comportamento da elite mineira sem atentar para as relações que o Estado travava no âmbito macropolítico. É sabido que o federalismo implantado após o regime monárquico foi extremamente desigual. A posição ocupada por Minas na divisão de poder instituída pelo novo regime e as alianças estabelecidas pelo Estado nesse contexto constituíram-se elementos centrais a definir o comportamento interno de suas elites.

Por outro lado, acreditamos que o acompanhamento das trajetórias dos grupos de poder contribui mais decisivamente para a história política do que as biografias individuais de líderes em destaque. A análise dos arquivos privados permite que sejam identificados variados grupos de aliados políticos que, em geral, agiam compartilhando idéias, projetos e atitudes. O levantamento prosopográfico tem sido muito útil na identificação dos elementos que compõem as culturas políticas de determinados grupos, e essas, por sua vez, acabaram por motivar comportamentos, induzir estratégias e reforçar identidades de grupais.

Portanto, ao se estudar Minas Gerais no contexto do federalismo oligárquico, a partir do estudo dos arquivos privados de importantes líderes do período, buscamos evitar as armadilhas que acabam por reforçar o caráter explicativo de uma identidade mineira, ou seja, de um modelo de comportamento endogenamente constituído. Para escapar a esse paradigma, procuramos explicar o comportamento político da elite montanhesa a partir de suas relações com o contexto nacional, abordando as trajetórias dos grupos e

não de indivíduos isolados de seu contexto. Foram identificados os projetos coletivos, as estratégias, as filiações ideológicas e as afinidades personalísticas. Optamos por abrir mão de paradigmas anteriormente construídos, tais como o de buscar nas fontes o "espírito mineiro", identificar na bancada parlamentar um comportamento monolítico e monofônico, justificar a atuação política do Estado a partir de sua aliança com os paulistas e atrelar a ação de suas elites dirigentes à defesa dos interesses corporativos dos cafeicultores.

Tomando tal premissa como um desafio, empreendemos um estudo sobre o desempenho de Minas Gerais na primeira experiência federalista brasileira, com o propósito principal de responder à seguinte questão: tendo em vista a grande diversidade entre os membros da Federação, a experiência pregressa de um Estado centralizado, os limites do ideário liberal inspirador das elites nacionais e o predomínio de uma cultura política fundada no coronelismo oligárquico, como foi possível construir um federalismo relativamente duradouro e estável? Qual o papel desempenhado por Minas Gerais nesse contexto? Como esse federalismo conformou o comportamento da elite política mineira? Não buscávamos, portanto, a especificidade característica de Minas, mas revelar os elementos que o Estado teria em comum com os demais membros da Federação, sobretudo aqueles que equivaliam ao seu tamanho e à sua importância.

Revendo paradigmas

Há cerca de 20 anos, a história econômica da República Velha passava por importantes revisões historiográficas. Data da década de 1980 a publicação no Brasil dos trabalhos de Steven Topik e Winston Fristch.[4] Partindo de uma crítica às teses tradicionais que vinculavam as políticas econômicas do regime exclusivamente aos interesses das elites cafeicultoras, ambos os pesquisadores – de forma diferenciada – buscaram analisar com profundidade a condução econômica do país, no período em questão, pelos diferentes governos e nos diferentes setores da economia.

A revisão de teses inspiradas no paradigma liberal e no marxista, ou no weberiano, foi o ponto alto desses dois trabalhos. A identificação de períodos da história republicana nos quais as políticas econômicas implementadas foram de encontro aos interesses dos setores politicamente hegemônicos acentuou a convicção, já manifesta, de que o Estado republicano resguardava para si uma certa margem de autonomia em relação aos grupos exportadores. A esse respeito, os exemplos mais típicos foram as medidas de valorização cambial propostas e implementadas por dois governantes paulistas que se sucederam no poder: Campos Salles (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-1906). Ambos os presidentes eram cafeicultores e foram, ao mesmo tempo, responsáveis pela introdução de políticas ortodoxas e recessivas que prejudicaram interesses consolidados dos setores agroexportadores.

Com essa mudança de enfoque, os próprios agentes econômicos, com seus variados interesses, converteram-se em renovado objeto de investigação.[5] Ficou patenteado que a complexidade de interesses existentes entre os membros de uma mesma corporação impedia uma ação ou reação unívoca por parte desses setores em relação às políticas econômicas implementadas pelo poder central. Exemplo claro dessa afirmação encontra-se na análise do *Convênio de Taubaté*, principal política de valorização do café. Uma reflexão genérica e apressada levaria a tomá-la como exemplo que contraria a proposição sobre a relativa autonomia do Estado nacional republicano em relação aos interesses dos cafeicultores. No entanto, estudos recentes têm concluído que a política protecionista em questão – resultante de difíceis acordos em cuja implementação o Estado nacional mostrava-se reticente – foi ineficaz para a maioria dos agentes econômicos interessados em sua aplicação, ou insuficiente para resolver os principais

problemas do setor cafeeiro.[6] Portanto, a relação simplista e direta entre a existência de políticas de valorização do café e a preponderância de interesses dos cafeicultores sobre o Estado nacional republicano foi, em nosso entendimento, oportunamente questionada.

Os autores citados anteriormente reivindicaram, portanto, uma “explicação” no campo da política para suas conclusões. Tal explicação não tardou. Um conjunto expressivo de trabalhos, fundamentado em fontes de caráter bastante diferenciado e tendo como foco diferentes regiões brasileiras, propiciou uma nova reflexão acerca do Estado republicano, a partir do estudo de suas elites regionais.[7] Algumas importantes conclusões que derivaram desses trabalhos podem ser sintetizadas nas seguintes afirmações:

- ❏ Muito embora os setores relacionados direta ou indiretamente à exportação do café fossem politicamente hegemônicos, oligarquias ditas de segunda ou terceira grandeza (elites fluminenses, gaúchas, baianas etc.) tiveram importância significativa nos processos de decisão política em curso.
- ❏ Em que pese o fato de a aliança entre Minas e São Paulo ter sido hegemônica, isso não impediu a construção de eixos alternativos de poder por parte de outros setores a ela não vinculados.
- ❏ A despeito de o Estado nacional ter a sua sustentação vinculada ao contínuo fluxo de capital estrangeiro para o país – cujo principal motor era a exportação do café –, a política econômica implantada visava também a garantir a estabilidade das finanças públicas e o atendimento a compromissos financeiros junto aos credores internacionais, o que, muitas vezes, fez com que os interesses corporativos dos cafeicultores fossem contrariados.
- ❏ O estudo da aliança Minas-São Paulo precisava ser revisto para que se impusesse um melhor entendimento do período em questão.

Adotando parte das conclusões acima esboçadas e tomando a quarta delas como um desafio, empreendemos uma pesquisa que constou da análise da rica documentação que compõe os arquivos privados da elite brasileira. Foram consultados 11 desses arquivos, constituídos por correspondências, recortes de imprensa, relatórios, discursos, plataformas eleitorais etc.[8]

Entre os Estados-atores, priorizamos o estudo de Minas Gerais – uma das unidades federadas – por três razões. Primeira, por ter sido Minas a unidade que mais se apropriou do aparelho burocrático estatal ao longo do período, conforme se verá. Segunda, por ter sido o segundo maior exportador de café, superado apenas por São Paulo. Terceira, por ter sido um dos parceiros da aliança que, pressupostamente, dominava o regime oligárquico brasileiro, a qual se pretendia discutir.

Para questionar o modelo que, para grande parte dos historiadores, explicava a estabilidade política da República Velha, qual seja, o da aliança Minas-São Paulo, tornou-se imprescindível entender qual arranjo alternativo teria conferido ao sistema um grau mínimo de funcionalidade. Realizadas as pesquisas, apresentou-se a seguinte proposição:

> A estabilidade do regime político republicano foi garantida pela instabilidade das alianças entre os Estados politicamente mais importantes da Federação, impedindo-se, a um só tempo, que a hegemonia de uns fosse perpetuada e que a exclusão de outros fosse definitiva. Tal instabilidade pôde conter rupturas internas, sem que o modelo político fosse ameaçado, até o limite em que as principais bases de sustentação deste modelo deixaram de existir, ocasionando a sua capitulação.[9]

Com a finalidade de confirmar a proposição acima, foi estudada boa parte das sucessões presidenciais ocorridas no período. A escolha das sucessões como objeto de análise se explica por terem sido episódios recorrentes de

construção e desconstrução de alianças políticas. No modelo de federalismo implantado no Brasil, as sucessões presidenciais funcionavam como verdadeiros jogos, tendo como jogadores os Estados membros da Federação, cada um com suas estratégias de ação, fundamentadas nas "armas de que dispunham". Em cada evento sucessório, foi possível acompanhar o processo de negociação e barganha políticas que resultavam na escolha do candidato à Presidência da República, condição que praticamente garantia a sua eleição.

Na ausência de meios de comunicação mais eficazes, as correspondências e o uso político da imprensa eram vitais para a construção e desconstrução de lideranças. Boa parte dessa documentação encontra-se disponível em inúmeras instituições arquivísticas, permitindo diferentes leituras acerca desses intricados processos.

Optou-se por analisar todas as sucessões presidenciais a partir do governo de Rodrigues Alves – marcado pela ascensão mineira no federalismo pós-monárquico –, ocasião em que Afonso Pena assumia a condição de vice-presidente da República. É conhecida a constatação de que Minas Gerais viveu, ao longo da primeira década republicana, intensas disputas intra-oligárquicas que prejudicaram, sobremaneira, uma participação mais efetiva do Estado na organização e consolidação do novo regime implantado após 1889.

A experiência prévia de um movimento republicano relativamente frágil, que não empolgou a maior parte das elites políticas mineiras, afastou o Estado das principais articulações políticas que resultaram da proclamação da República. Distante dessas articulações e tendo que se reorganizar internamente em razão das mudanças macropolíticas ocorridas, o Estado viveu ferrenhas disputas internas, reflexos de suas marcantes diferenças – até então, encobertas pela centralização monárquica – e das disputas que dividiam a nação.[10]

Muito embora o Partido Republicano Mineiro (PRM) seja habitualmente conhecido pelos pesquisadores como uma instituição monolítica e avessa às disputas internas, e a bancada mineira reiteradamente nomeada como "a carneirada" – dado o seu nível de coesão interna –, encontraram-se nas fontes pesquisadas árduas disputas de caráter pessoal, regional e ideológico pelo poder que, em geral, resultaram na exclusão de muitos dissidentes.

É consenso na historiografia sobre Minas Gerais que as disputas internas mais contundentes, que comprometiam uma ação mais unificada do Estado no cenário nacional, começaram a arrefecer a partir dos últimos anos do século XIX, ao longo do governo de Campos Sales. Seu arrefecimento, contudo, não significou que deixassem de existir. O acompanhamento de todos os processos sucessórios internos (escolha dos presidentes de Estado) e externos (escolha dos presidentes da República) permitiu que fossem identificados diversos momentos em que as disputas intrapartidárias comprometeram uma ação mais exitosa de Minas na Federação. O exemplo mais notório dessa assertiva encontra-se na sucessão do próprio Afonso Pena, quando dissidências internas, congregadas em torno da candidatura de David Campista, impediram a continuidade da presença de Minas no Catete.

A partir da segunda década republicana, a pujança econômica de Minas aliada à sua maior coesão política propiciaram ao Estado condições de reivindicar maior participação nos rumos do novo regime, compatível com seu papel exercido ao longo do regime imperial. Embora relativamente tardia, a ascensão mineira no contexto do Estado federal republicano foi rápida e extremamente eficiente, como se verá.

Uma outra razão para que tenhamos iniciado o estudo das sucessões presidenciais a partir de Rodrigues Alves está relacionada à consolidação, nesse período, de um novo modelo sucessório. Até a ascensão de Afonso Pena, houve predomínio de uma aliança entre o Exército e a

Velhice Precoce
A República: – Meu Pai!
Deodoro: – Você? Minha Filha? Com 38 anos e neste estado?
Charge de Guevara (*Manhã*, 7-8-1927). In: LIMA, Hermes. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

oligarquia de São Paulo no controle dos rumos do novo regime, resultando em conseqüência duas presidências militares e três paulistas. Em que pese a participação de outros Estados, inclusive Minas Gerais, na sustentação do regime, a República era claramente controlada pelas elites paulistas, reunidas no forte Partido Republicano Paulista (PRP), tendo como aliados os militares.[11]

A proeminência do PRP sobre as demais instituições partidárias regionais se explicava não só pela sua coesão interna, mas, sobretudo, pelas disputas intra-oligárquicas vivenciadas pelos demais Estados que teriam condições de disputar com São Paulo o controle do novo regime, como ocorria em Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Sul.[12] Dessa forma, a

Um "cotillon" em família. Mme. Política num gesto alambicado ergue o lenço em sinal de recusa.
Charge de J. Carlos (*Careta*, 17-5-1913). In: LIMA, Hermes. *História da caricatura no Brasil.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

hegemonia paulista sobre a República começou a ser contestada somente quando essas unidades federadas agregaram internamente parte de suas forças, tornando possível uma articulação alternativa ao controle paulista sobre o regime. Foi o que se deu por ocasião da sucessão de Rodrigues Alves, muito provavelmente em razão da "política dos Estados" implantada por Campos Sales, que acabou por consolidar no poder, em alguns Estados, facções oligárquicas em detrimento de outras.

Se forem analisadas as sucessões de Deodoro, de Floriano, de Prudente e a de Campos Sales, percebe-se que foram episódios bem menos marcados por disputas entre as unidades federadas, quando comparadas às

sucessões posteriores. Já a sucessão de Alves foi marcada por uma importante mudança. Pela primeira vez, após a proclamação da República, Estados importantes questionaram duramente a pretensão paulista de eleger o quarto presidente, na pessoa de Bernardino de Campos. Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul aliaram-se em torno de uma coligação que ficou conhecida como "Bloco". Essa coligação conseguiu agregar-se em torno de uma chapa composta por Afonso Pena e pelo político fluminense Nilo Peçanha. Contestada por quatro dos seis Estados mais importantes da Federação, a candidatura de Bernardino de Campos teve que ser retirada, mas os paulistas recusaram-se a integrar o governo de Afonso Pena, a despeito da insistência de alguns setores do "Bloco" em incluí-los na aliança.

Pesquisas anteriores tentaram explicar essa crise sucessória pela rejeição dos cafeicultores à ausência de compromissos de Bernardino de Campos com a valorização do café. Ao contrário, Afonso Pena teria se comprometido a efetuar a primeira política de valorização – o *Convênio de Taubaté* –, derivando daí a sua aceitação pela maior parte dos atores envolvidos na escolha. Essa hipótese é aceitável somente a partir de uma convicção que inspirou, durante muito tempo, boa parte da historiografia brasileira, que via os acontecimentos políticos como reféns dos interesses econômicos dominantes. Quando não se compartilha essa convicção, é preciso buscar nas fontes uma explicação alternativa para a rejeição ao nome de Campos em prol do de Pena.

A pesquisa que realizamos permitiu comprovar que, quando o chamado *Convênio de Taubaté* começou a ser efetivamente discutido, a candidatura de Afonso Pena já estava consolidada. Ao mesmo tempo, constatou que a alternativa paulista para o cargo possuía um discurso muito semelhante ao de Afonso Pena, quando se tratava da questão protecionista, o que não justificaria a sua exclusão. Por fim, não se encontrou, na farta documentação analisada, nenhum indício empírico que relacionasse a candidatura de Pena à efetivação do *Convênio de Taubaté*. Pelo contrário, em análises feitas sobre a implementação do Convênio, percebeu-se que os obstáculos interpostos por Afonso Pena à política de proteção foram inúmeros, daí resultando o atraso na sua operacionalização e a omissão do Estado no controle da mesma, relegando-a a mãos estrangeiras.[13] É interessante destacar que, a partir desse evento, os paulistas se afastariam voluntariamente das disputas federais, permanecendo no ostracismo, só rompido anos mais tarde, durante longo período.

Dessa forma, a sucessão de Rodrigues Alves foi um evento fundador de uma nova ordem republicana. A aliança constituída pelo "Bloco" impediu a monopolização do poder por um só Estado, no caso São Paulo. A partir daí, todos os processos sucessórios passaram a ser largamente negociados pelos Estados-atores mais proeminentes do regime, tendo a regê-los algumas regras tacitamente aceitas.

Paradigmas alternativos

Acredita-se que a estabilidade do regime republicano baseou-se, sobretudo, na garantia de que seu elemento-motor estivesse nas mãos dos Estados-atores, cujo peso político era diretamente proporcional ao tamanho de suas bancadas federais e ao seu poderio econômico.

Pode-se observar que, ao longo do regime republicano, pelo menos seis Estados foram firmando sua hegemonia: Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro (incluindo o Distrito Federal), Bahia e Pernambuco. Essa hegemonia foi, em parte, herdada do período monárquico. Os critérios utilizados para caracterizá-la foram o tamanho das bancadas de cada Estado, seu grau de autonomia financeira (receita fiscal) em relação aos cofres da União, a concentração populacional e o nível de atuação parlamentar, dentre outros. O grau de participação

de cada Estado nos processos de decisão na esfera federal era proporcional à predominância de tais critérios. O Quadro 1 comprova parcialmente tais afirmações.

Nele percebe-se que os seis Estados citados compunham mais de 60% da bancada parlamentar no período monárquico e tiveram sua representação ligeiramente ampliada na República. Houve, porém, após o novo regime, uma redistribuição de poder entre eles.

Pela ordem, São Paulo foi o Estado que mais lucrou com o novo regime, em termos de representação no Congresso Nacional, seguido por Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Os outros três Estados elencados tiveram a sua representação diminuída. Apesar dessa diminuição, os seis em conjunto compunham mais de 60% do Congresso, tendo ampliado em 2,03% o seu percentual de representação congressual na República, em relação ao período imperial.

A partir dessa redistribuição de bancadas, definiu-se que Estados-atores desempenhariam papel de relevo na nova ordem republicana. Embora não tenham sido operadas mudanças muito radicais, o nível de autonomia concedido aos Estados, aliado às mudanças nos critérios de representação política parlamentar, erigiu um sistema federalista cuja principal marca foi a rejeição da isonomia entre as unidades federadas.

Essa heteronomia seria agravada pela descentralização do Estado nacional. Sabe-se que, ao longo do período monárquico, a concentração das receitas fiscais pelo Império e sua redistribuição entre as províncias mantinham entre elas um razoável equilíbrio econômico e político. Sabe-se, também, que o federalismo fiscal era uma das mais significativas bandeiras da luta pela implantação da República. A mudança implementada pela Carta de 1891 – que reservou aos Estados as receitas derivadas dos impostos sobre as exportações, e à União, as receitas derivadas dos impostos sobre as importações – permitiu que os recursos fiscais gerados pelos Estados exportadores lá permanecessem, aprofundando as desigualdades econômicas regionais entre eles. Mantendo a desigualdade na representação parlamentar e ampliando as desigualdades econômicas entre os Estados, a República aprofundaria, sobremaneira, seu caráter heteronômico.

O poder político dos seis Estados hegemônicos não se limitava ao tamanho de suas bancadas. Também a ocupação de cargos ministeriais constitui importante indicador de sua influência ao longo da República Velha, como se pode observar no Quadro 2.

Nele, constata-se que, embora os paulistas tenham ocupado mais vezes a Presidência da República (quatro contra três de Minas Gerais) e o Rio Grande do Sul apenas uma (Hermes da Fonseca), Minas foi o Estado que mais se destacou na ocupação de postos ministeriais. Se for levada em consideração que, ao longo da primeira década republicana, a participação de Minas no cenário nacional foi modesta, os índices apresentados tornam-se mais relevantes. Seguindo Minas Gerais, vinham Rio Grande do Sul e São Paulo. No que tange a São Paulo, é compreensível que esse Estado, tendo ocupado por quatro vezes a Presidência da República (não foi incluído nesse cômputo a segunda presidência de Rodrigues Alves, por não ter governado) e sido afastado das principais articulações políticas nacionais entre 1906 e 1914, tenha tido menor representação ministerial que Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Chama a atenção também o caso do Rio de Janeiro. A ocupação de postos ministeriais por políticos fluminenses foi pequena, quando comparada aos demais Estados, principalmente por estarem incluídos no quadro os representantes do Distrito Federal. É razoável supor que a proximidade com a sede do governo pudesse ter contribuído mais efetivamente para a projeção política nacional daquele Estado. A esse respeito, compartilhamos a hipótese de alguns historiadores que

relacionam esse fraco desempenho do Rio de Janeiro às dificuldades de construção de um razoável consenso interno entre suas elites políticas. Somam-se a isso os obstáculos encontrados na construção de uma identidade política própria, exatamente pelo fato de abrigar a sede do governo federal.[14]

Mas a supremacia mineira e a dos demais Estados hegemônicos não se limitavam à influência exercida sobre o executivo federal. Outro indicador importante dessa concentração de poder de que eram beneficiários é a ocupação de presidências das principais comissões parlamentares no Congresso Nacional, como apontado no Quadro 3. Nesse quadro, nota-se a grande preponderância mineira em relação aos demais Estados hegemônicos. Minas Gerais, sozinha, ocupava quase a metade das presidências das mais importantes comissões parlamentares. Esses números indicam que o Estado usava como estratégia política priorizar a ocupação de espaço no âmbito do parlamento federal, em razão do peso de sua numerosa bancada. Nota-se, também, que seu poder no parlamento foi ampliado a partir do governo Afonso Pena, período em que se consolidou a ascensão de Minas, após a constituição da aliança com o "Bloco", que se manteria durante anos à frente.

Em relação ao Rio de Janeiro, a pequena representação nas comissões, desproporcional ao seu peso político no parlamento, medido inclusive pelo tamanho de sua bancada, na qual havia 17 deputados, pode ser atribuída às razões anteriormente aventadas.

Se levada em conta a relação entre o tamanho das bancadas e a ocupação das presidências das comissões parlamentares mais importantes, torna-se perceptível também que os Estados de Pernambuco e do Rio Grande do Sul estiveram sub-representados e os Estados de Minas Gerais e Bahia, super-representados. Já São Paulo teve uma representação proporcional ao tamanho de sua bancada.

O tamanho das bancadas estava relacionado ao número de eleitores de cada Estado que, por sua vez, era determinado pelo número de homens adultos alfabetizados. Acredita-se que cerca de um quarto da população sabia, na época, ler e escrever. Assim, os indicadores populacionais do período podem oferecer mais subsídios para se entender a distribuição de poder entre os Estados (ver Quadro 4).

Por esse quadro, percebe-se a absoluta concentração populacional brasileira nos seis Estados analisados. Em seu conjunto, reuniam quase 70% da população brasileira, o que explica a sua hegemonia política e econômica. Os números relativos à produção industrial desses Estados, em dois anos distintos para os quais os dados estavam disponíveis, mostram que eles concentravam também mais de 80% da produção industrial do país (Quadro 5).

O que muda nesse quadro em relação aos anteriores é a preponderância de fluminenses e paulistas. Como o país era majoritariamente agrário, o desenvolvimento industrial pouco contribuía para a distribuição do poder político entre os Estados, mas, ainda assim, esse é, no conjunto, um indicador importante.

Levando-se em conta a pauta de exportações do país, percebe-se que os produtos mais exportados eram café (em média 60% do conjunto das exportações brasileiras), açúcar, algodão, cacau, couros e peles, exatamente os produtos exportados pelos Estados que são objeto de nossas análises.[15] Também no setor agrário, esses seis Estados eram hegemônicos em relação aos demais.

Barganhas pelo poder

Havia entre os Estados um pacto de garantia da renovação de poder, que impedia a monopolização dos cargos

e abria parcialmente espaço à participação daqueles que compunham o grupo hegemônico. A monopolização do poder, a simples exclusão de um ou mais membros do grupo ou o mero revezamento excludente seriam fatores de instabilidade do regime.

A renovação do poder passava pelas sucessões presidenciais. Porém, o falseamento das instituições democrático-eleitorais vigentes no contexto do regime oligárquico fazia com que a verdadeira disputa entre atores no restrito mercado político se desse não durante as eleições, mas na fase que as antecedia. Nessa fase, ocorria a indicação de um nome para a disputa, seguindo-se seu posterior acatamento por parte das lideranças dos principais Estados da federação. Assim, os mecanismos de escolha escapavam à institucionalidade formal posta em vigor a partir da Carta de 1891, uma vez que as deliberações eram tomadas informalmente por um reduzido e seleto corpo de atores.

Cada sucessão presidencial implicava na realocação de cargos e na redistribuição do poder. A ausência de partidos gerava a proliferação de blocos, correntes e tendências difusas. Os elos constituídos entre os principais Estados-atores eram de caráter pragmático e se faziam e se desfaziam ao sabor das conjunturas. Não se formaram grupos nacionais duráveis. Assim, a cada sucessão estabeleciam-se coalizões provisórias de partidos estaduais, que rapidamente se dissolviam. Isso conferia ao regime um grau muito baixo de competitividade.

As sucessões presidenciais obedeciam a um ritual próprio. Vencido o primeiro biênio da gestão do presidente eleito, iniciavam-se as articulações com vistas à escolha de um nome para sucedê-lo. Esse processo durava, em média, seis meses.[16] Os nomes dos candidatos deveriam ser lançados por outros Estados, que não o de origem do candidato. Essa formalidade visava levar ao mundo político a informação de que, por trás do nome proposto, havia uma aliança construída entre, pelo menos, dois Estados-atores importantes.

Uma importante válvula inibidora da monopolização da Presidência da República era o mecanismo que proibia a reeleição presidencial. Os Estados tinham necessariamente que barganhar a cada quatro anos. Exemplo contrário a essa regra ocorria no Rio Grande do Sul, onde a lei permitia a reeleição. Por essa razão, Borges de Medeiros pôde perpetuar-se no controle político daquele Estado.[17] Havia também o inconveniente de o ocupante do Catete intervir no processo de sua própria sucessão.

O fato de a eleição ser decidida previamente à consulta às urnas refletiu-se em baixíssimos níveis de competitividade eleitoral, resultando em desmobilização e apatia políticas entre a população. Em levantamento realizado sobre os índices de comparecimento às urnas e o total de votos obtidos pelos vencedores, percebem-se os limites da competitividade eleitoral do período. O maior índice de comparecimento foi de 5,7%, em 1930. A média geral permaneceu em torno dos 2,65%. Percebe-se, também, que as votações que apresentaram um maior nível de competitividade foram as que tiveram candidaturas de oposição e que dividiram mais eqüitativamente os grandes Estados. Foram os casos das eleições de 1910 (Hermes x Rui), a de 1922 (Bernardes x Nilo) e a de 1930 (Júlio Prestes x Vargas). As demais foram quase unânimes.

Diante das considerações acima esboçadas, pode-se dizer que, a partir da pesquisa realizada, existem subsídios para afirmar que o Estado de Minas Gerais teve no contexto da República Velha importância, tanto econômica quanto política, muito maior do que normalmente lhe é atribuída. Procurou-se nessas breves linhas reforçar argumentos anteriormente enunciados e apresentar algumas reflexões que reiteram a convicção de que o Estado nacional republicano, em seu período oligárquico, foi insuficientemente estudado e, por essa razão, permanece ainda pouco conhecido. Ficam essas breves linhas como um convite à curiosidade de novos pesquisadores.

Quadro 1 - Percentual de crescimento da representação parlamentar dos Estados na transição do Império para a República

Estado	Número de deputados/ Império	%	Número de deputados/ República	%	Relação Império/ República
São Paulo	**9**	**7,37**	**22**	**10,52**	**+ 3,15**
Rio Grande do Sul	**6**	**4,91**	**16**	**7,65**	**+ 2,74**
Minas Gerais	**20**	**16,39**	**37**	**17,7**	**+ 1,31**
Bahia	14	11,47	22	10,52	- 0,95
Rio de Janeiro	12	9,83	17	8,13	- 1,7
Pernambuco	13	10,65	17	8,13	- 2,52
Total	**74**	**60,62**	**131**	**60,65**	**+ 2,03**

Fontes: PEREIRA VIEIRA, Evantina. *Economia cafeeira e processo político:* transformações na população eleitoral da zona da mata mineira (1850-1889). Dissertação (Mestrado) - UFPR, Curitiba, 1978, anexo 1; e ABRANCHES, Dunshee. *Governos e congressos da república:* 1889-1917. Rio de Janeiro: 1918. v. 1.

Quadro 2 - Ocupação de cargos ministeriais por Estado

Estado	Índices de ocupação geral (%) (a)	Índices de ocupação nos três ministérios mais importantes[18] (%) (b)	Médias entre colunas a e b
Minas Gerais	28,73	23,14	**25,94**
Rio Grande do Sul	20,69	16,65	**18,67**
São Paulo	21,39	14,00	**17,7**
Bahia	18,85	10,55	**14,7**
Pernambuco	12,33	8,2	**10,27**
Rio de Janeiro	11,16	5,92	**8,54**

Fonte: LOVE, Joseph. *O regionalismo gaúcho.* São Paulo: Perspectiva, 1975. p. 130.

Quadro 3 - Ocupação de presidências de Comissões do Parlamento por Estado [19]

Estado	1891-1898	1899-1906	1907-1914	1915-1922	1923-1930	Total	%
MG	8	10	16	19	18	71	44,37
BA	8	10	0	0	1	19	11,87
SP	4	5	0	2	5	16	10
PE	4	1	1	3	1	10	6,25
RS	1	0	3	0	3	7	4,37
RJ	2	0	0	0	0	2	1,25

Fonte: WIRTH, John. *O fiel da balança*: Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 244.

Quadro 4 - População recenseada dos seis maiores Estados (1910-1930)

Estado	1910-1916	Percentual nacional	1917-1923	Percentual nacional	1924-1930	Percentual nacional
MG	5.242.397	19,57	6.122.363	19,08	6.880.942	18,64
SP	3.896.618	14,54	4.855.353	15,13	5.748.074	15,57
BA	2.995.754	11,18	3.440.398	10,72	3.845.997	10,42
RS	1.877.160	7,00	2.296.939	7,16	2.679.480	7,25
PE	1.869.649	6,97	2.260.633	7,04	2.611.890	7,07
RJ	2.408.413	8,99	2.844.365	8,86	3.307.996	8,96
Total	**18.289.985**	**68,25**	**21.820.045**	**67,99**	**25.074.373**	**67,91**

PS: Para a composição desta tabela, somamos os indicadores do Rio de Janeiro com os do Distrito Federal.

Quadro 5 - Produção industrial por Estado (1907 e 1920)

Estado	Percentuais em 1907	Percentuais em 1920	Média dos dois períodos
Rio de Janeiro	32,44	28,20	30,32
São Paulo	16,11	31,50	23,80
Rio Grande do Sul	10,35	11,00	10,67
Pernambuco	7,99	6,80	7,39
Minas Gerais	6,53	5,50	6,01
Bahia	6,60	2,80	4,7
Média	**80,00**	**85,80**	**82,90**

Fontes: CARONE, Edgar. *A República Velha: instituições e classes sociais.* São Paulo: Difel, 1975; JOBIM, José. *Brazil in the making.* New York: The Macmillan Company, 1943. p. 96.

"Politicagens". Aparecem entre outros: Arthur Bernardes (dentro do bonde), Antônio Carlos (na janela dianteira), José Bonifácio (em cima, à direita) e Mello Vianna, de braços dados com a Presidência de Minas representada como uma "melindrosa". Charge de Guevara (Crítica, 3-9-1929).
In: LOREDANO, Cássio. Guevara e Figueroa; caricatura no Brasil nos anos 20. Rio de Janeiro: Funarte; Instituto Nacional de Artes Gráficas, 1988.

Notas |

1. ENDERS, Armelle. *Pouvoirs et federalisme au Brésil* (1889-1930). Tese (Doutorado) - Sorbonne, Paris IV, 1993. cap. 6.1.

2. LOVE, Joseph. *A locomotiva:* São Paulo na federação brasileira: 1889-1937. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; WIRTH, John. *O fiel da balança:* Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; e LEVINE, Robert. A velha usina: Pernambuco na federação brasileira (1889-1937), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

3. Aqui nos referimos aos seguintes exemplos: FRANCO, Afonso A. de M. *Um estadista na república.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1955; FRANCO, Virgílio A. Melo. *Outubro, 1930.* Rio de Janeiro: Schimidt, 1931; CAVALCANTI, Pedro. *A presidência Wenceslau Braz* (1914-1918). Brasília: UNB, 1983; CARVALHO, Daniel de. *Capítulos de memórias.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1957; CARVALHO, Daniel de. *Estudos e depoimentos.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1953; PEREIRA, Lígia M. L.; FARIA, Maria *A. Presidente Antônio Carlos:* um Andrada da República, o arquiteto da Revolução de 30. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; VALADÃO, Alfredo. *Campanha da Princeza.* Rio de Janeiro: Leuzinger S.A., 1937, volumes 1 a 4; LACOMBE, Américo J. Afonso Pena e sua época. Rio de Janeiro: José Olympio, 1986; BARBOSA, Francisco de Assis. *Juscelino Kubitschek:* uma revisão na política brasileira. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

4. FRISTCH, Winston. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: ABREU, Marcelo de P. (Org.). *A ordem do progresso*: cem anos de política econômica republicana (1889-1930). Rio de Janeiro: Campus, 1989; e TOPIK, Steven. *A presença do estado na economia política do Brasil de 1889 a 1930.* Rio de Janeiro: Record, 1989.

5. PERESSINOTTO, Renato M. *Estado e capital cafeeiro:* burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889/1930). Tese (Doutorado) - UNICAMP, Campinas, 1997.

6. HALLOWAY, Thomas H. *Vida e morte do convênio de Taubaté:* A primeira valorização do café. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; MENDONÇA, Sônia R. de. *A primeira política de valorização do café e sua vinculação com a economia agrícola do estado do Rio de Janeiro.* Dissertação (Mestrado) - UFF, Niterói, 1977; e VISCARDI, Cláudia M. R. Minas Gerais no Convênio de Taubaté: uma abordagem diferenciada. In: III Congresso Brasileiro de História Econômica e IV Conferência Internacional de História de Empresas. *Anais da Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica.* Curitiba: UFPR, 1999.

7. Aqui nos referimos principalmente a: KUGELMAS, Eduardo. *Difícil hegemonia:* um estudo sobre São Paulo na Primeira República. Tese (Doutorado) - USP, São Paulo, 1986; ENDERS Armelle. *Pouvoirs et federalisme au Brésil (1889-1930).* Tese (Doutorado) - Sorbonne, Paris IV, 1993; FERREIRA, Marieta M. Em busca da Idade do Ouro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1994; PERESSINOTTO, Renato M. Estado e capital cafeeiro: burocracia e interesse de classe na condução da política econômica (1889/1930). Tese (Doutorado) - Unicamp, Campinas, 1997; MENDONÇA, Sônia R. de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931).* São Paulo: Hucitec, 1997.

8. Foram pesquisadas as seguintes coleções: Afonso Pena e Afonso Pena Júnior (Arquivo Nacional); Wenceslau Brás, Raul Soares e Ribeiro Junqueira (Arquivo do CPDOC- Fundação Getúlio Vargas); Rui Barbosa (Arquivo da Fundação Casa de Rui Barbosa); Rodrigues Alves e Epitácio Pessoa (Arquivo do Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro); Arthur Bernardes e João Pinheiro (Arquivo Público Mineiro); Júlio Bueno Brandão (Correspondências reproduzidas e impresas no livro de Guerino Casasanta, *Correspondência de Bueno Brandão.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1958).

9. VISCARDI, Cláudia. *Teatro das oligarquias:* uma revisão da política do café com leite. Belo Horizonte: C/Arte, 2001. p. 22.

10. Acerca das disputas internas mineiras ver: VISCARDI, Cláudia M. R. Elites políticas mineiras na Primeira República brasileira: um levantamento prosopográfico. *Anais das Primeiras Jornadas de História Regional Comparada.* CD-ROM. Porto Alegre: 2000; VISCARDI, Cláudia M. R. Minas de dentro para fora: a política interna mineira no contexto da Primeira República. *Locus*, Revista de História, Juiz de Fora, EDUFJF, v. 5, n. 2, 1999; VISCARDI, Cláudia. Elites políticas em Minas Gerais na Primeira República. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, v. 8, n. 15, p. 39-56, 1995; RESENDE, Maria E. L. de. *Formação e estrutura de dominação em Minas Gerais:* o novo PRM, 1889-1906. Belo Horizonte: UFMG, 1982; WIRTH, John. *O fiel da balança:* Minas Gerais na federação brasileira (1889-1937). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

11. A este respeito ver: CASALECCHI, José Ênio. *O Partido republicano paulista:* 1889-1926. São Paulo: Brasiliense, 1987.

12. Para o caso do Rio de Janeiro, ver: FERREIRA, Marieta M., *op. cit.;* para o caso de Minas Gerais, ver: WIRTH, John, *op. cit.;* para o caso do Rio Grande do Sul, ver: TARGA, Luiz R. (Org.). *Breve inventário de temas do sul.* Porto Alegre: UFRGS; FEE; Univates, 1998; para o caso de Pernambuco, ver: LEVINE, Robert, *op. cit.*

13. Uma síntese deste tema pode ser encontrada em: VISCARDI, Cláudia M. R. Minas Gerais no Convênio de Taubaté: uma abordagem diferenciada, *op. cit.*

14. Acerca do Rio de Janeiro ver: FERREIRA, Marieta de M., *op. cit.;* MENDONÇA, Sônia R. de., *op. cit.;* e PINTO, Surama C. S. *A correspondência de Nilo Peçanha e a dinâmica política na Primeira República.* Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998.

15. Composição relativa das Exportações Brasileiras (percentuais). Fonte: HGCB, volume III, São Paulo, Difel. Embora a borracha tenha sido importante elemento na pauta de exportações brasileira, esta importância se deu durante um curto período.

16. Algumas sucessões iniciaram-se tardiamente, ou seja, no terceiro ano de governo. Foram elas: a de Hermes da Fonseca, a de A. Bernardes e a de Washington Luís. Quanto à duração, muito embora a média fosse de seis meses, a de R. Alves (1906) durou cerca de um ano, e as três ocorridas entre 1916 e 1921 (Wenceslau, a segunda de R. Alves e a de Epitácio) duraram apenas dois meses.

17. FRANCO, Afonso A. de M. *Um estadista na república.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1955. p. 478.

18. Os três ministérios considerados no período como os mais importantes eram: Fazenda, Viação e Obras Públicas e Interior e Justiça.

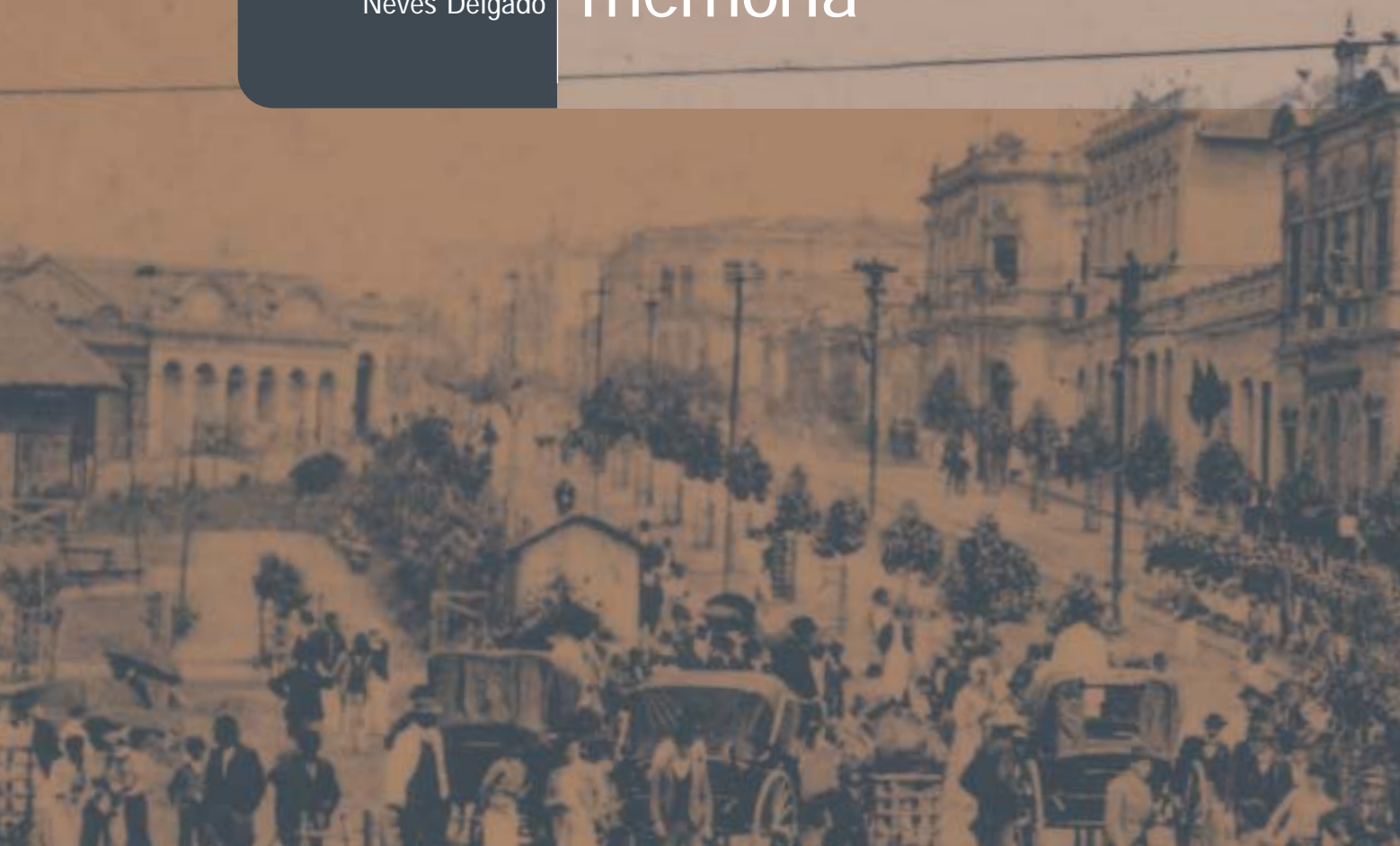
19. Foram computadas as seguintes comissões parlamentares: Obras Públicas, Finanças, Poderes e Justiça.

Cláudia Maria Ribeiro Viscardi é doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professora adjunta do Departamento de História da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e professora do programa de Pós-graduação em História da mesma universidade.

Revista do Arquivo Público Mineiro

Ensaio

Caleidoscópios da memória

Lucilia de Almeida Neves Delgado

Na literatura de Pedro Nava e Jorge Luis Borges, escritores que cultivaram cada qual à sua maneira o texto memorialístico, as cidades constituem espaços privilegiados de representação da memória individual e coletiva.

“A recordar que o tempo é a diversa
Trama de sonhos ávidos que somos
E que o secreto Sonhador dispersa”
(Borges)

“Há assim uma memória involuntária que é
total e simultânea. Para recuperar o que ela dá,
basta ter passado, sentido a vida; basta ter,
como dizia Machado, padecido no tempo.”
(Nava)

> O caráter coletivo da memória das cidades encontra na literatura terreno fértil de expressão. Como signo da modernidade, são as cidades realidades sempre em mutação. As relações de poder, atividades econômicas, formas de sociabilidade, vida cultural e espaços coletivos transformam-se de forma contínua.

As cidades, como espaço de vivências coletivas, são paisagens privilegiadas de registros da memória. A pena dos escritores faz dessas paisagens personagens vivas de narrativas que, na interseção com a História, expressam, de forma policromática, a vida das pessoas no cotidiano das ruas, praças, cafés, escolas, museus, residências, universidades, fábricas, repartições públicas, bares, cinemas. As cidades são cristais de múltiplas faces espaciais e temporais, cristais de variadas luzes, dentre elas as da memória. Com sua temporalidade sempre em movimento, ela reencontra os lugares do ontem com os sentimentos do presente.

Pedro Nava e Jorge Luis Borges, em viagem pelas alamedas das lembranças de cidades nas quais viveram, registram em seus textos uma poética viva do passado, transformada ora em ficção, ora em memória, ora em relação tensionada do lembrar com o esquecer. Constroem representações sobre as cidades que fizeram parte de suas vidas, recriando o real, através daquilo que Luciana Andrade denomina de seleção e tradução e arranjo da realidade mediada pela subjetividade. (ANDRADE, 2004).

Suas narrativas contribuem para que leitores, de diferentes inserções sociais e nacionais, viajem em sua companhia por enredos passados, que lhes sendo estranhos, tornam-se familiares. São longos passeios, através das letras e dos locais preservados pela memória, e por ela reconstruídos, ora com toques de imaginação, ora com reverência à tradição, ora com paradoxal ressentimento em relação ao inexorável fluir do tempo.

Para Borges, as ruas de Buenos Aires, metaforicamente, são como entranhas. Suas próprias entranhas, seu mundo interior habitado por edificações, cheiros, passeios, povo: *“As ruas de Buenos Aires já são minhas entranhas. / Não as ávidas ruas, / incômodas de turba e de agitação, / mas as ruas entediadas do bairro, / quase invisíveis de tão habituais /* [...] *São para o solitário uma promessa / porque milhões de almas singulares as povoam/* [...]*”* (2001a, v. 1, p. 15).

Já Nava desenvolve diferentes recursos literários para se referir às ruas das cidades de seu passado. Em primeiro lugar, mitificando-as como muito apraz à memória e à nostalgia:

> Ah! jamais [Belo Horizonte] sacudirá o jugo do velho crepúsculo da tarde morrendo varrida de ventos, da lembrança submarina dos fícus e dos moços que subiam e desciam a Rua da Bahia. Não a Rua da Bahia de hoje. A de ontem. A dos anos vinte. A de todos os tempos, a sem fim no espaço, a inconclusa nos amanhãs. Nela andarão sempre as sombras de Carlos Drummond de Andrade, de seus sequazes, cúmplices, amigos... (1974b, p. 111).

Em segundo lugar, reencontrando-as como espaço de movimento, de vida, de lazer, de jogar tempo fora, de passear em direção a desconhecido futuro que, transformado em presente, o faz, como escritor, retornar ao passado, como se caminhasse por um mapa afetivo de lugares.

> Ruávamos quase o dia inteiro. Nossa vida era um ir e vir constante nas ruas de Belo Horizonte. E o mais estranho é que hoje elas se esvaíram completamente. Mesmo voltando, mesmo palmilhando os lugares essenciais de nossa mocidade é impossível captar as velhas ruas como elas eram, a não ser refazendo-as imaginariamente ou agarrando fragmentos fornecidos pelo sonho (1974b, p. 111).

As ruas são lugares vivos das cidades, são locais de tensões, são movimentos em busca de encontros. São também, como as cidades, simultaneamente, signos de tradições e signos de transformações. Desse paradoxo brota, muitas vezes, a inspiração de escritores que sacralizam o passado em contraposição à inevitável característica da urbe: a modernização, assim traduzida pelas palavras de Saul Yurkievich: *"A modelatria é uma devoção cidadã. A vanguarda surge como signo da modernidade, originado pelos centros metropolitanos em seu processo modernizador..."* (1995, v. 3, p. 93).

Nesse sentido, a literatura assume, inúmeras vezes, a função de lembrar e reforçar as tradições das cidades. Torna-se voz e eco de um tempo que aos poucos tende a se perder nas teias da modernidade e no culto do novo.

Pedro Nava o faz nos livros: *Baú de Ossos* (1972), *Balão Cativo* (1973), *Chão de Ferro* (1976), *Beira Mar* (1978), *Galo-das-Trevas* (1981) e *Círio Perfeito* (1983), que o consagraram como escritor em plena maturidade. Assim também Borges, em escritos diversos, no vasto conjunto de sua obra, ao longo de 60 anos de produção literária.

Os dois autores consagram às cidades parte substantiva de sua evocação memorativa, recorrendo, inúmeras vezes, à reminiscência sobre o que se perdeu ao longo do tempo (nostalgia e esquecimento). Borges centra o eixo de suas lembranças em Buenos Aires, cidade de sua saudade e de sua vida por ele identificada como paraíso perdido.

> Nasci em outra cidade que também se chamava Buenos Aires / [...] Recordo o que vi e o que me contaram meus pais. / [...] Sei que os únicos paraísos não proibidos aos homens são os paraísos perdidos. / Alguém quase idêntico a mim, alguém que não leu esta página, / lamentará as torres de cimento e o talado obelisco. (2000a, v. 3, p. 343).

Buenos Aires, renovada e perdida no tempo: *"Do outro lado da porta, certo homem feito de solidão, de amor, de tempo, acaba de chorar em Buenos Aires, todas as coisas"* (2000a, v. 3, p. 347). E ainda: *"Se penso em Buenos Aires, penso na Buenos Aires que conheci quando era criança: de casas térreas, de pátios, de vestíbulos, de poços com uma tartaruga, de janelas gradeadas, e antigamente essa Buenos Aires era toda Buenos Aires..."* (2000b, v. 3, p. 314).

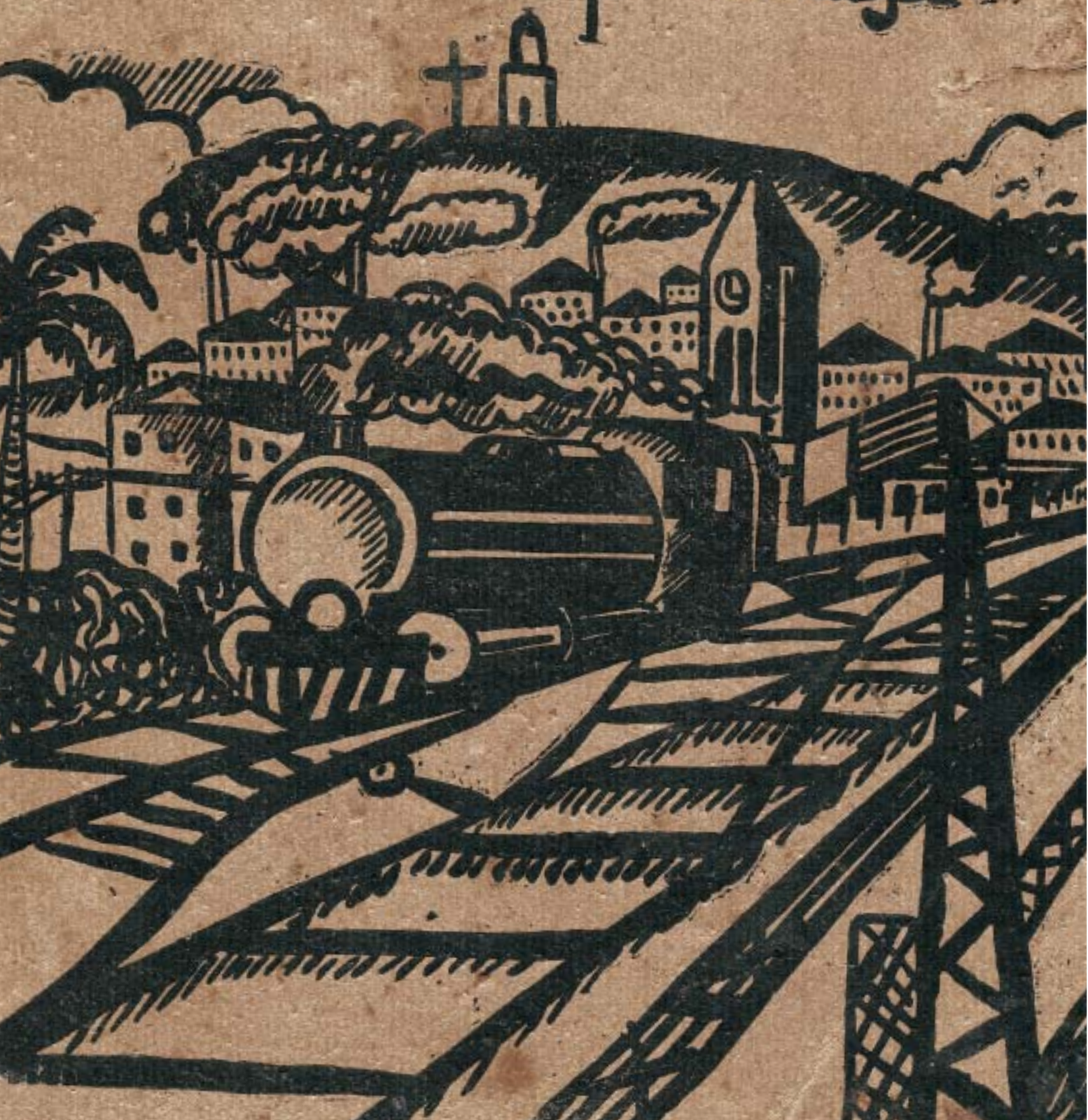
Já Nava caminha por três diferentes cidades – Juiz de Fora, Belo Horizonte e Rio de Janeiro –, incorporando-as à sua narrativa como fases de sua trajetória individual. A princípio, nos anos de sua infância, reveza-se entre Juiz de Fora e Rio de Janeiro, que são cenários sempre relembrados. Relembrados, conservados na memória e perdidos no tempo. De Juiz de Fora, recorda-se de uma avenida que, sendo a mesma até os dias presentes, muito se transformou ao longo dos anos: *"E nas duas direções apontadas por essa que é hoje a avenida Rio Branco hesitou minha vida!"* (1974b, p. 19).

Em seguida, volta-se para anos passados em Belo Horizonte, cidade para a qual sua família se mudou. Belo Horizonte, que para ele simboliza toda Minas Gerais: "Do Belo Horizonte (não esse, mas o outro, que só vive na dimensão do tempo). É o bojo de Minas. De Minas toda de ferro pesando na cabeça, vergando os ombros e dobrando os joelhos dos seus filhos" (NAVA, 1974b, p. 19). Belo Horizonte, que alvorecia, ganhava contornos e personalidade. Cidade que traduz principalmente o calor de sua adolescência e juventude. Ficará em sua

AUSTEN AMARO

JUIZ DE FÓRA

poema lyrico

Desenho de Pedro Nava para a capa do livro *Juiz de Fora – Poema Lyrico*, de Austen Amaro. Belo Horizonte: Tipografia Guimarães, 1926.

lembrança, estagnada no tempo, mas repleta das inexoráveis mudanças inerentes à modernidade:

> Eu conheci esse pedaço de Belo Horizonte, nele padeci, esperei, amei, tive dores de corno augustas, discuti e neguei. Conhecia todo mundo. Cada pedra das calçadas, cada tijolo das sarjetas, seus bueiros, os postes, as árvores. Distinguia seus odores e as cores de todas as horas. Ali vivi de meus dezessete aos meus vinte quatro anos. Vinte anos nos anos vinte. Vinte. Sete anos que valeram pelos que tinha vivido antes e que viveria depois. Hoje, aqueles sete anos, eles só existem na minha lembrança. Mas existem como sete ferretes e doendo sete vezes sete quarenta e nove vezes sete quarenta e três ferros pungindo em brasa. (NAVA, 1976, p. 354).

Nostalgia do espaço

O memorialista, para se identificar com o leitor, trabalha com duas categorias inerentes ao ato de recordar: espaço e tempo. A busca incessante do tempo passado relaciona-se à dos espaços das vivências coletivas e individuais. Reencontrar temporalidades é também reencontrar lugares e identidades.

> Na busca do espaço, reencontramos a ansiosa busca de identidades ameaçadas, já que lugares e objetos materiais aparecem como imutáveis, portanto como fatores de estabilidade capazes de referenciar pessoas, garantindo-lhes identidade. Em contrapartida, a mobilidade do espaço e das coisas nele situadas e a indeterminação dos lugares desorganizam referenciais. (D'ALÉSSIO, 1981, p. 272).

Como narrador, o memorialista reconstrói lugares perdidos pela inexorável transformação paisagística da urbe. E o faz buscando nas réstias do passado imagens paradoxais intactas nas suas lembranças, mas na realidade transfiguradas, transformadas em novos espaços, que representarão para as novas gerações outras imagens, que se tornarão suportes de novas memórias (memória em movimento). *"É preciso corrigir os homens sem imaginação. Isto aqui, este espaço todo é a Fundação Getúlio Vargas. Não senhor! Aqui era a casa do Barão de Itambi, quando vizinho do Doutor Torres Homem e mais adiante a já derrubada casa onde Bidu Saião aprendeu a cantar.* (NAVA, 1981, p. 7).

Diante da fragmentação da vida os espaços (lugares) são fundamentais para a construção e solidificação de identidades. Segundo Pérsico (1994), a identidade tem fronteiras e espaços delimitados, como os das cidades. São as cidades que alimentam o imaginário sobre elas mesmas e que através de suas edificações, praças, ruas e alamedas definem para as pessoas referências e sentimentos fundamentais de sua vida.

Assim, para Borges, lembrar de um lugar desaparecido do cenário urbano, mais do que reativar a memória, é reviver experiências passadas que o identificam com Buenos Aires. É também desencadear sentimentos nostálgicos gerados pela ausência do que, outrora, integrava, como lugar de vivências, a paisagem da cidade.

> Tudo começou antes da ditadura. Eu estava empregado em uma biblioteca do bairro Almagro. Morava na esquina de Lãs Heras com Pueyrrendón, tinha de percorrer, em lentos e solitários bondes, o longo trecho entre este bairro do Norte e Almagro Sur, até uma biblioteca situada na avenida La Plata com Carlos Calvo. O acaso (com a ressalva de que não existe o acaso, de que a isso que chamamos acaso é a nossa ignorância acerca da complexa maquinaria da causalidade) fez-me encontrar três pequenos volumes na Livraria Mitchell, hoje desaparecida, que tantas lembranças me traz. (2000c, v. 3, p. 227)

Fotografia de Francisco Soucaseaux. Belo Horizonte, MG, trecho da Avenida Afonso Pena esquina com Rua da Bahia, em frente à antiga sede do Congresso, onde funcionava, no primeiro pavimento, o Bar do Ponto. Mostra a movimentação do dia 15 de junho de 1904, com a afluência do povo para ver de perto seus representantes chegando para a instalação da Sessão Legislativa. Reprodução. Coleção Luís Augusto de Lima.

Nava também se reporta aos espaços das cidades perdidos no tempo, apagados do cenário urbano pelo furor incontrolável da modernização. Espaços que, de acordo com a concepção de Tuan (1983), eram lugares por serem plenos de significados e vivências. Por se terem tornado familiares e até íntimos. Intimidade com a rua, com o ambiente, com os horários de freqüência, com as pessoas que lhes davam vida. Lugares centrais em sua vida, núcleos de lembranças e de relações afetivas. Ao se referir ao Bar do Ponto em Belo Horizonte, Nava o transforma não só no centro de sua vida, como também no centro do mundo, em uma construção que reencontra a paisagem urbana do passado e as vivências coletivas de um segmento da população citadina: os estudantes e os intelectuais.

> Escrevi à Tia Alice carta que releio comovido, para avivar minhas lembranças dessa fase. Nela dizia: "Agora estamos a três quarteirões do Bar do Ponto, que é o centro!" Eu me referia ao centro da cidade, mas logo veria que aquilo era o centro de Minas, do Brasil, do Mundo, mundo vasto mundo. (1976, p. 103).

Também sobre as transformações por que passam as cidades e que estimulam o afloramento de doídas lembranças, Nava assim se refere ao Rio de Janeiro:

> À medida que as obras do metrô e a insensibilidade dos procônsules nossos governantes vão demolindo de preferência o que há de sentimental, histórico e humano no Rio de Janeiro, multiplico meus passeios pelas ruas malferidas – como quem se despede. Assim acompanhei, qual agonia de amigo, a depredação da Lapa. (1981, p. 9).

Demolição e rememoração, palavras plenas de significado dicotômico: lembrar para impedir o esquecimento provocado pela erosão do tempo e pela ação dos homens nas cidades. Cidades que, como a Buenos Aires de Borges, "[...] correm o risco [...] de ter seu passado apagado, ou, ao menos, encoberto pelas novas construções, que acumulando tempo, predeterminam a paisagem e dissolvem a memória" (PINTO, 1998, p. 115).

Lastro das mudanças

As cidades são memórias acumuladas. São memórias perdidas. São memórias silenciadas. Para Borges, *"Somos nossa memória, / somos esse quimérico museu de formas inconstantes, / essa pilha de espelhos rotos"* (2001b, v. 2, p. 383). Muitas vezes, as cidades se transformam em espelhos distorcidos do passado, pois o tempo não permite a reprodução intacta das imagens perdidas. As memórias são lastros das mudanças, apesar de quererem ser esteios da preservação. Lembramo-nos do que já passou, do que se perdeu na orgia da temporalidade, adquiriu novas formas e até novos significados. Na verdade "[...] *a recordação é ultrapassagem das fronteiras do próprio eu /* [...] *como intrincada rede, como malha cerrada a memória oculta prenúncios /* [...] *é dignidade da desobediência ao presente imposto /"* (NEVES, 1999, p. 67-70).

As cidades nas quais vivemos são essência do presente imposto. As cidades das quais nos lembramos são alimento das reminiscências, essência de um passado perdido. Buscamos, muitas vezes, *"destecer o tempo"* (BORGES, 2000a, v. 3, p. 341) ao transformar as cidades de nossa imaginação em relíquias. Buscamos ressignificar a vida presente, reencontrar lugares e pessoas, como o faz Borges no poema "Yesterdays":

> Da estirpe de pastores protestantes / e de soldados sul-americanos / que opuseram ao godo e às lanças / do deserto seu pó incalculável / sou e não sou Minha verdadeira estirpe / é a voz que ainda ouço de meu pai, / comemorando música de

Swinburne, / e os grandes volumes que folheei, / folheei e não li, e que me bastam. / Sou o que me contaram os filósofos. / O acaso ou o destino, esses dois nomes / de algo secreto que ignoramos, prodigaram-me pátrias: Buenos Aires, / Nara onde passei uma única noite, / Genebra, as duas Córdobas, a Islândia...” (2000a, v. 3, p. 350).

Transformar as cidades em pátrias, em centros das experiências de vida, é buscar raízes nos espaços urbanos. Nesse sentido, a mudança é tomada como perda. Inevitável perda, pois inerente ao processo de transformação de muitas cidades em metrópoles. Cidades que se agigantam, se fragmentam e que, nesse processo, transformam suas áreas centrais, outrora referenciais mais importantes da urbe, em espaços inúmeras vezes degradados. Cidades que crescem pelas franjas, aumentando sua periferia, refletindo distorções sociais, poluindo suas paisagens com edificações de estilos ecléticos e com construções precárias, como analisa Mumford (1991).

Diante de um presente marcado pelo fracionamento do tempo e pela segregação espacial (que muitas vezes já existia no passado real, mas não no idealizado), os escritores fazem de suas memórias exorcismo do presente e valorização do que passou. Enxergam nas cidades dos bons tempos (o passado) singularidades, signos e representações cujos significados são individuais, mas se tornam, pela socialização de seus escritos e pelos sentimentos de identificação por eles estabelecidos, significados coletivos.

As memórias, lastros das mudanças, são, paradoxalmente, desejo de retenção do passado. *“Por isso o memorialista transpõe para o espaço a batalha contra as forças corrosivas do tempo. Se a restauração do espaço vivido não é possível no plano físico, ele procura empreendê-la na escrita, na escrita restauradora do passado”* (BUENO, 1997, p. 46).

Pedro Nava autografando seu livro de memórias *Baú de Ossos.* Sem referências, *circa* 1972. Coleção Luís Augusto de Lima.

Em Nava, a relação escrita/restauração do passado fica evidente no seguinte texto, no qual ele se refere a si mesmo, como Egon, que na verdade é seu *alter ego*:

> Manhã quando decidia ir à Santa Casa por Ceará, só esse propósito já era bastante para criação de resultantes físicas da angústia antecipada do que ele (Egon) ia passar. É que tinha de despir seu presente, anular sua experiência e reassumir estado de espírito infantil – porque os dois quarteirões desta rua (de Padre Rolim à Praça Quinze) tinham sido descobertos nos seus onze, doze anos – numa manhã de escapulia cidade afora. Isto lhe era devolvido pela recriação do tempo passado. (1976, p. 111)

Em Borges a encontramos quase como lamento: “[...] *É pó também essa palavra escrita / por tua mão, ou o*

verbo pronunciado / Por tua boca. Não há lástima no Fado / E a noite de Deus é infinita. / Tua matéria é o tempo, o incessante / Tempo. Tu és todo solitário instante." (2000a, v. 3, p. 356).

A seguinte constatação de Luciana Andrade, ao se referir a escritores modernistas da Belo Horizonte da década de 1920, é paradigmática no se refere à representação idealizada do passado perdido:

> Os modernistas de Belo Horizonte não eram entusiastas da modernidade, às vezes com certa desconfiança, às vezes orientados por certos valores retrógrados e tradicionalistas, às vezes expressando os dilemas próprios da vida moderna [...] A nostalgia de um mundo que se perdeu para sempre [...] volta a se manifestar nas memórias da Belo Horizonte do começo do século XX, contribuindo para a criação do mito de uma cidade amorável e humana, como eles mesmos a reinterpretam. (ANDRADE, 2004, p. 189)

Nesse sentido, os livros de memória de Pedro Nava e também os inúmeros textos do conjunto da obra literária de Borges atualizam os lastros de suas identidades, fazendo do diálogo do presente com o passado, através da interseção da literatura com a memória, recurso de retenção do tempo.

Referências

ANDRADE, Luciana Teixeira. *A Belo Horizonte dos modernistas:* representações ambivalentes da cidade moderna. Belo Horizonte: Editora PUC Minas; Editora C/Arte, 2004.

BORGES, Jorge Luis. *A Cifra*. In: *Obras completas.* São Paulo: Globo, 2000a. v. 3. 576 p.

BORGES, Jorge Luis. *A Cegueira.* In: *Obras completas.* São Paulo: Globo, 2000b. v. 3. 576 p.

BORGES, Jorge Luis. *Sete noites.* A divina comédia. In: *Obras completas.* São Paulo: Globo, 2000c. v. 3. 576 p.

BORGES, Jorge Luis. *Fervor de Buenos Aires.* In: *Obras completas.* São Paulo: Globo, 2001a. v. 1. 707 p.

BORGES, Jorge Luis. *Elogio da sombra.* In: *Obras completas.* São Paulo: Globo, 2001b. v. 2. 556 p.

BUENO, Antônio Sérgio. *Vísceras da memória*: uma leitura da obra de Pedro Nava. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997. 165 p.

D'ALÉSSIO, Marcia Mansor. Intervenções da memória na historiografia: identidades, subjetividades, fragmentos, poderes. *Projeto História,* São Paulo, EDUC, n. 17, p. 269-280, 1981.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*: suas origens, transformações e perspectivas. São Paulo: Martins Fontes, 1991. 741 p.

NAVA, Pedro. *Baú de ossos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974a. 396 p.

NAVA, Pedro. *Balão cativo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974b. 334 p.

NAVA, Pedro. *Chão de ferro.* Rio de Janeiro: José Olympio, 1976. 356 p.

NAVA, Pedro. *Beira mar.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 408 p.

NAVA, Pedro. *Galo-das-trevas*: as doze velas imperfeitas. Rio de Janeiro: José Olympio, 1981. 489 p.

NEVES, Lucilia de Almeida. *Jardim do tempo.* Belo Horizonte: Del Rey, 1999. 92 p.

PÉRSICO, Adriana Rodríguez. Identidades nacionales argentinas. In: ANTELO, Raúl (Org.). *Identidade e representação.* Florianópolis: UFSC, 1994. 464 p.

PINTO, Júlio Pimentel. *Uma memória do mundo*: ficção, memória e história em Jorge Luis Borges. São Paulo: Estação Liberdade; FAPESP, 1998. 333 p.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar:* a perspectiva da experiência. Rio de Janeiro: Difel, 1983. 250 p.

YURKIEVICH, Saul. Los signos vanguardistas: el registro de la modernidad. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina:* palavra, literatura e cultura. São Paulo: Editora Unicamp; Memorial da América Latina, 1995. v. 3: Vanguarda e Modernidade. 750 p.

Lucilia de Almeida Neves Delgado foi professora da UFMG entre 1978 e 1996. Atualmente é Professora Titular do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-Minas. É autora, entre outros livros, de *PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)* e organizadora da coleção *O Brasil Republicano* (4 volumes), em conjunto com Jorge Ferreira.

Ensaio

Arte e resistência em tempos de exceção

Rosangela Patriota

Depois do golpe militar de 1964, artistas do teatro brasileiro protagonizaram, no palco e fora dele, alguns dos mais significativos episódios de luta contra o arbítrio, contribuindo de forma decisiva para a resistência democrática ao regime autoritário.

“Eu acho que a sociedade terá sempre um teatro porque é o lugar onde as pessoas podem juntar-se para terem uma troca de idéias e sentimentos.
É algo necessário na sociedade, então o homem sempre encontrará um lugar para exercer estas formas.”
(Bob Wilson, *Diálogos no Palco*)

> De que maneira caracterizar, em termos culturais, a segunda metade da década de 1950 no Brasil? Várias são as possibilidades. Desde as expectativas de otimismo, advindas do governo Juscelino Kubistschek, que se tornaram fundamentais para iniciativas na música, no cinema e no teatro, até a criação do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), responsável por fornecer perspectivas para que os jovens de então apostassem na transformação do país.

E foi em meio a essa efervescência histórica que o teatro brasileiro viveu um de seus momentos mais instigantes no diálogo arte e política. A encenação, em 1958, do texto de Gianfrancesco Guarnieri, *Eles não usam black-tie*, no Teatro de Arena de São Paulo, sob a direção de José Renato, marcou, de maneira definitiva, a sua história no decorrer do século XX.

O que era para ser o *último ato* da companhia, imersa em prejuízos financeiros, tornou-se o *leitmotiv* de um teatro engajado social e politicamente, dada a originalidade da peça, que, pela primeira vez, colocou nos palcos brasileiros uma personagem operária como protagonista da trama, além de apresentar diferentes entendimentos acerca da atividade sindical e da greve como instrumento de luta. *Black-tie* tornou-se um grande sucesso de público e de crítica e inseriu o nome do Teatro de Arena de São Paulo na história do teatro brasileiro do século XX.

Tal acontecimento deu materialidade a um teatro sintonizado com as expectativas de conscientizar, por meio da produção artística, segmentos sociais ligados às camadas populares da sociedade. Para tanto, em 1958, criaram-se os *Seminários de Dramaturgia*, cuja intenção era produzir textos que tivessem o mesmo impacto de *Black-tie.*[1] Dessa feita, o Arena não só consolidou-se no cenário artístico como também definiu um modelo de engajamento para a cena brasileira daquele momento histórico, que foi assim sintetizado por Augusto Boal:

> [...] nesse período juscelinista, período de nacionalismo – mesmo que tivesse muita coisa errada – era um nacionalismo que se baseava também muito na penetração do capital americano, mas, de qualquer maneira, havia um certo desenvolvimento real. O período de Brasília foi o período em que houve um desenvolvimento da siderurgia, houve um desenvolvimento da indústria em geral. O Brasil, realmente [...] quer dizer, as metas do Juscelino eram fazer 50 anos em cinco. Evidentemente, ele não conseguiu isso, mas ele conseguiu um avanço espetacular, um desenvolvimento espetacular da economia brasileira, mesmo se continuasse atrelado ao Fundo Monetário Internacional [...]
> Nesse período, aparece o Teatro de Arena, mas também apareceu o Cinema Novo. Nelson Pereira dos Santos é mais ou menos dessa época. Um pouco antes do que nós, no Arena. A Bossa Nova é também desse período. E mesmo o desenvolvimento das artes plásticas, também, coincide. Então, você veja que havia todo um desenvolvimento artístico que não era só do Arena. Quer dizer, isso fazia parte de uma [...] eu não diria revolução porque não era uma revolução mas de uma conturbação social positiva – não é? – que desenvolvia o Brasil.
> Provocou o aparecimento de tantas formas novas de arte que não existiam antes e o desenvolvimento. Havia uma disponibilidade financeira.
> O pessoal ia a teatro, ia a cinema, ia a concerto. Se criava, eu costumo dizer – até as pessoas pensam que é piada mas não é.[2]

No início dos anos 1960, outras experiências vieram contribuir com esse debate. Em Pernambuco, sob a égide do governo de Miguel Arraes, foi criado o Movimento de Cultura Popular (MCP) e dentro dele o Teatro de Cultura Popular (TCP).[3] Já no Rio de Janeiro, surgiu o Centro Popular de Cultura (CPC) que, posteriormente, tornou-se o CPC da União Nacional dos Estudantes (UNE). Com o objetivo de conscientizar e mobilizar a população em prol de uma transformação revolucionária, o CPC tornou-se a grande experiência do teatro de agitação e propaganda (*agitprop*) no Brasil.[4] No entanto,

> quando as tropas desceram de Minas para o Rio, a 31 de março de 1964, o CPC se achava na reta final das obras através das quais o precário auditório da UNE estava sendo transformado numa moderna sala de espetáculos, a ser inaugurada poucas semanas depois, com a estréia de Os Azeredos mais os Benevides, de Oduvaldo Vianna Filho, já em ensaios, sob a direção de Nélson Xavier. No dia 1º de abril, o prédio da UNE ardia em chamas, que destruíam completamente o que seria o futuro teatro. O incêndio não se limitava a reduzir o auditório a um monte de escombros: nas suas chamas morria também o CPC, imediatamente colocado, como a própria UNE, fora da lei. E morria todo o projeto de um teatro engajado ao qual muitos dos melhores artistas do país se vinham dedicando nos últimos anos.[5]

Construindo uma oposição

A imagem do prédio da UNE em chamas talvez seja a que mais simbolize o impacto que o golpe de 1964 teve sobre o teatro brasileiro nos anos subseqüentes. No imediato pós-golpe, enquanto diversas associações e sindicatos foram colocados na ilegalidade, inúmeras pessoas tiveram seus direitos políticos cassados, lideranças políticas foram presas e/ou exiladas, a cena teatral manteve-se em aparente normalidade. Apesar da proibição, em 1º de abril daquele ano, do espetáculo *Os Pequenos burgueses* (Máximo Gorki) no Teatro Oficina e da decretação da prisão preventiva de três de seus administradores/artistas – Renato Borghi, Fernando Peixoto e José Celso Martinez Corrêa[6] – as atividades teatrais, no ano de 1964, transcorreram dentro do cronograma anteriormente estabelecido.

O Rio de Janeiro acolheu a peça *Mirandolina* (Goldoni), com direção de Gianni Ratto e protagonizada por Fernanda Montenegro, *Diário de um louco* (Gogol), interpretada por Rubens Corrêa, *Antígona* (Sófocles) etc. Por sua vez, em São Paulo, estrearam *A Ópera de três vinténs* (Bertolt Brecht), com direção de José Renato, no Teatro Ruth Escobar; *Andorra* (Max Frisch), na direção de José Celso Martinez Corrêa, no Teatro Oficina. Várias peças de William Shakespeare foram encenadas pelo país: no Paraná, Cláudio Correa e Castro dirigiu *A Megera domada;* no Recife, o Teatro dos Amadores de Pernambuco montou *Macbeth*; e, em Belo Horizonte, estreou *Sonho de uma noite de verão.*

Em meio a essa aparente tranqüilidade, no Rio de Janeiro houve pequenas intervenções da Censura Federal que redundaram em mudança de títulos de espetáculos. Em Leopoldina (MG), *A Invasão* (Dias Gomes), projeto de um grupo local, não pôde estrear porque foi qualificada como pornográfica por autoridades locais.

Ainda em 1964, mais especificamente em dezembro, no Rio de Janeiro, sob a direção de Augusto Boal, com roteiro de Oduvaldo Vianna Filho, Paulo Pontes, João das Neves e Armando Costa, estreou, no Shopping Center Copacabana, o primeiro trabalho de resistência ao arbítrio, o show *Opinião*, protagonizado por Nara Leão (substituída depois por Maria Bethânia), Zé Kéti e João do Vale.

Os versos da música de Zé Kéti, que deu título ao espetáculo, “Podem me prender / Podem me bater /

Elenco de *Galileu Galilei* confraternizando com a platéia na cena final. Teatro Oficina, São Paulo, 1968. Funarte/Cedoc. In: KAZ, Leonel *et al. Brasil, palco e paixão*. Rio de Janeiro: Aprazível Edições, 2005.

Podem até deixar-me sem comer / Que eu não mudo de opinião", tornaram-se palavra de ordem daqueles que se opuseram ao Estado ditatorial. Nessas circunstâncias, surgiram práticas artísticas e culturais que foram reconhecidas como pertencentes ao campo da resistência. Em termos concretos, começava a surgir o embrião do que posteriormente ficou conhecido como uma grande frente de luta em favor das liberdades democráticas.

Nos anos que se seguiram, estrearam importantes espetáculos. Em 1965, *Pequenos burgueses* retornou ao repertório do Teatro Oficina; no Tuca assistiu-se à comovente montagem de *Morte e vida severina*, poema de João Cabral de Melo Neto, com direção de Silney Siqueira e música de Chico Buarque de Hollanda. O Teatro de Arena colocou em cena *Arena conta Zumbi*, texto de Guarnieri/Boal e músicas de Edu Lobo. Já o Grupo Opinião apresentou ao público *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*, de Oduvaldo Vianna Filho e Ferreira Gullar. Esses exemplos, somados a *Arena conta Tiradentes* – novamente de Boal/Guarnieri –, ao *Rei da vela* – de Oswald de Andrade, peça escrita em 1933 que, em 1967, ganhou pela primeira vez o palco na histórica montagem do Oficina – davam mostras da grande vitalidade teatral, apesar dos percalços com a censura.

Nesse mesmo período, a atriz Isolda Cresta foi detida por ler um manifesto contra a intervenção na República Dominicana. Ocorreu a proibição na íntegra de um texto teatral, *O Vigário*, de Rolf Hochhuth; e o espetáculo *O Berço do herói*, de Dias Gomes, por decisão pessoal do governador do Rio de Janeiro, Carlos Lacerda, não iniciou a sua temporada. Posteriormente, várias peças foram interditadas e a classe teatral, como resposta ao arbítrio, entregou ao presidente Castelo Branco uma carta aberta com 1.500 assinaturas.

Eram tempos de conflito. De um lado, um governo militar, que chegara ao poder por intermédio de um golpe de Estado, começando a delinear o perfil de sua atuação pela promulgação de Atos Institucionais. Por outro, uma cena teatral pulsante, construída na expectativa de uma transformação histórica, que deveria estar fundada no pleno exercício democrático, vivia entre a perplexidade e a crença de que aquelas circunstâncias adversas seriam brevemente derrotadas. Em verdade, essa percepção não era totalmente infundada.

> Para surpresa de todos, a presença cultural da esquerda não foi liquidada naquela data, e mais, de lá para cá não parou de crescer. A sua produção é de qualidade notável nalguns campos e é dominante. Apesar da ditadura da direita, há relativa hegemonia cultural da esquerda no país. Pode ser vista nas livrarias de São Paulo e Rio, cheias de marxismo, nas estréias teatrais, incrivelmente festivas e febris, às vezes ameaçadas de invasão policial, na movimentação estudantil ou nas proclamações do clero avançado. Em suma, nos santuários da cultura burguesa a esquerda dá o tom. Esta anomalia – que agora periclita, quando a ditadura decretou penas pesadíssimas para a propaganda do socialismo – é o traço mais visível do panorama cultural brasileiro entre 64 e 69. Assinala, além da luta, um compromisso.[7]

Reforma e revolução

Iniciava-se o ano de 1968. O país, que, no ano anterior, vivenciara intensos debates, em especial aqueles decorrentes do impacto gerado pela encenação de *O Rei da vela* e pelo filme *Terra em transe*, de Glauber Rocha, via-se impelido a novos desafios. No nível político, as críticas à perspectiva da resistência democrática acirraram-se e a defesa da idéia de radicalização do processo começou a ganhar cada vez mais adeptos.
No âmbito teatral, no mês de janeiro tornou-se pública a seguinte advertência:

> O general Juvêncio Façanha (que no ano anterior já havia mandado aos homens de teatro e cinema o ameaçador recado: “Ou vocês mudam, ou acabam.”) dá em público uma estarrecedora declaração, que define com clareza a atitude do regime em relação à atividade cênica: “A classe teatral só tem intelectuais, pés sujos, desvairados e vagabundos, que entendem de tudo, menos de teatro.[8]

Dessa vez, a ameaça não se fizera de forma velada. Pelo contrário, os artistas começaram a perceber que a atmosfera cultural estava se transformando, tanto que em Brasília o espetáculo *Um bonde chamado desejo* (Tennessee Williams), protagonizado pela atriz Maria Fernanda, foi proibido. Novamente, a classe teatral manifestou-se e, durante três dias, declarou-se em greve e protestou nas escadarias dos teatros municipais do Rio de Janeiro e de São Paulo.

A cada semana, durante meses, atitudes arbitrárias eram denunciadas. Peças, outrora encenadas, foram censuradas ou liberadas com cortes, tais como *Andorra* e *O Rei da vela.* Já *Oh! Oh! Minas Gerais,* de Jota D'Ângelo e Jonas Bloch, inicialmente sofreu cortes e, em momento posterior, foi proibida por fazer referências ao ex-presidente Juscelino Kubitschek.

Em junho de 1968, foi a vez do espetáculo *Primeira feira paulista de opinião*, do Teatro de Arena, composto pelos textos *O Líder* (Lauro César Muniz), *O Senhor doutor* (Bráulio Pedroso), *Animália* (G. Guarnieri), *A Receita* (Jorge Andrade), V*erde que te quero verde* (Plínio Marcos) e A *Lua muito pequena e a caminhada perigosa* (A. Boal). Esse projeto nasceu de algumas indagações, tais como: o que você pensa da arte de esquerda no Brasil? Qual o lugar do artista nesses tempos de guerra? Qual a função social da arte?

As inquietações eram legítimas e pertinentes àquele contexto. Porém, essa opinião não foi compartilhada pelos censores que, poucas horas antes da estréia, censuraram 65 páginas de um texto que continha 80, ou seja, foram liberadas para apresentação somente 15. Diante de tamanho desrespeito, os teatros entraram em greve geral. Os artistas rumaram para o Teatro Ruth Escobar e, no momento da estréia,

> Cacilda Becker, no palco, com a artística multidão atrás, em nome da dignidade dos artistas brasileiros, assumiu a responsabilidade pela Desobediência Civil que estávamos proclamando. A Feira seria representada sem alvará, desrespeitando a Censura, que não seria mais reconhecida por nenhum artista daquele dia em diante.
> A classe teatral aboliu a censura!!! Estrondosa ovação: vitória da arte contra a mediocridade! Vitória da liberdade de expressão. Democracia!
> Dia seguinte, chegamos cedo ao teatro, mais cedo chegou a polícia – teatro cercado. Combinamos não recuar – Desobediência Civil! Desobedecer era dever: obedecíamos nosso desejo! Sussurramos aos espectadores que o espetáculo seria feito no Maria Della Costa, onde estava Fernanda Montenegro. Com sua solidária autorização, invadimos seu espetáculo, revelamos o que estava acontecendo e, como prova de desobediência, cantamos canções proibidas.
> [...] Terceiro dia: todos os teatros de São Paulo cercados, soldados e marinheiros.
> Nós e espectadores motorizados seguimos para Santo André, Teatro de Alumínio: representamos o texto integral! No quarto dia, os teatros de Santo André estavam cercados. No Ruth, uma hora antes da hora, nosso advogado veio eufórico gritando que a peça tinha sido provisoriamente liberada pelo juiz! Vitória! Esse juiz foi, meses mais tarde, preso: fazia parte de uma organização guerrilheira e ninguém sabia.

> A partir daí, fizemos o texto integral e acrescentamos o que bem nos pareceu – censura derrotada, humilhada. Foi quando começaram as agressões físicas, raptos, invasões.[9]

No mês seguinte, o Teatro Ruth Escobar viu-se novamente no centro dos embates entre artistas e a repressão. No dia 18 de julho de 1968, durante a temporada paulista de *Roda viva* (Chico Buarque de Hollanda), suas dependências foram invadidas por membros do Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Tal acontecimento redundou na depredação do espaço e em agressões físicas aos artistas.

Diante do ocorrido, Ruth Escobar tentou dar queixa na Quarta Delegacia e no Deops, mas não obteve sucesso. Na noite seguinte, houve espetáculo com Chico Buarque, Marieta Severo e Zé Celso na platéia. Apesar da segurança policial, os atores temiam novas invasões. Nesse clima de insegurança, constituiu-se uma comissão, que foi recebida pelo chefe da Casa Militar de São Paulo. Porém, os artistas continuaram insatisfeitos e, reunidos em assembléia, declarada permanente, no Teatro Galpão, decidiram: a) solicitar policiamento ostensivo para os teatros; b) divulgar amplamente as ameaças sofridas pelo teatro; c) processar as autoridades competentes pelo ocorrido; d) exercer a autodefesa, como garantia de integridade física do artista em cena.

Em resposta a esse clima de tensão, o governador Abreu Sodré manifestou-se, no dia 23 de julho de 1968, no jornal *O Estado de São Paulo:*

> Este governo saberá usar da sua autoridade para reprimir qualquer ato de violência dos extremistas, parta de que extremo partir, direita ou esquerda, na salvaguarda da ordem pública. Considero o teatro, além de uma das mais nobres manifestações do pensamento humano, um poderoso instrumento de comunicação e cultura.[10]

Embora o governador tivesse vindo a público para externar o seu repúdio à invasão ao Teatro Ruth Escobar, a *Folha de S.Paulo*, no dia 12 de agosto de 1968, noticiou que a aludida casa de espetáculos sofrera novo ataque, dessa vez com bombas de gás lacrimogêneo. Mais uma vez, em meio a essa situação de insegurança, surgiu a figura carismática de Cacilda Becker:

> Estou preocupada com tudo isso. Tomarei providências para garantir não apenas o meu, mas todos os teatros. Qualquer teatro é o meu teatro.[11]

Esse processo fez com que a classe teatral intensificasse sua luta contra a censura, o estado de exceção, e, em momentos importantes, surgisse unida em defesa da liberdade de expressão. Entretanto, em seu interior, as diferenças tornavam-se cada vez mais evidentes, em especial aquelas que opuseram reformistas de um lado e revolucionários de outro.

Em meio a esses embates, Oduvaldo Vianna Filho escreveu a peça *Papa Highirte*, na qual, ao professar concordância com a tática do Partido Comunista Brasileiro (PCB), teceu um diálogo com a militância em geral a partir de duas orientações específicas. Na primeira exaltou a atuação do militante do referido partido como a opção "correta" em face das dificuldades do momento. Na segunda, por sua vez, realizou uma crítica contundente à prática da luta armada, avaliada como irracional e inconseqüente no combate à ditadura, a partir do exílio do ex-ditador de Alhambra, Papa Highirte, e dos dilemas morais e políticos de Mariz, ex-militante político que tem como único propósito assassinar Highirte, a quem ele responsabiliza pessoalmente pela morte de Manito nos porões da repressão.

O texto de Vianinha, para além de seu caráter estético, revelado na composição de personagens densas,

articuladas dramaticamente por intermédio dos embates entre o coletivo e o individual, era indiscutivelmente uma contundente reflexão sobre os descaminhos da América Latina sob a égide de governos militares.

Inscrita no Concurso de Peças Teatrais do Serviço Nacional de Teatro (SNT), *Papa Highirte*, em outubro de 1968, obteve o primeiro lugar, que lhe garantiu direito à edição do texto e patrocínio para a encenação. Entretanto, após a impressão, os exemplares foram quase que imediatamente retirados de circulação, porque a peça fora censurada. Assim, para evitar maiores transtornos, Felinto Rodrigues acabou com o concurso. Este só foi reativado em 1974, com Orlando Miranda à frente do SNT. Nesse ano, o texto vencedor foi *Rasga coração*, também de autoria de Oduvaldo Vianna Filho, que foi inscrito sob o pseudônimo de Losada, por Maria Lúcia Marins Vianna, viúva do dramaturgo falecido em 16-07-1974. Novamente a história se repetia, mas não como farsa: *Rasga coração* permaneceu sob "proibição branca" até 1977, quando foi oficialmente proibida por decisão pessoal do ministro da Justiça, Armando Falcão.

Tais circunstâncias demonstravam que a defesa da liberdade de expressão e dos direitos individuais tornou-se uma queda de braço entre opositores do regime e o poder estabelecido. Entre avanços e recuos, a censura fazia-se cada vez mais presente no cotidiano dos artistas, até que no dia 13 de dezembro de 1968, dia da estréia do espetáculo *Galileu Galilei* (Bertolt Brecht), no Teatro Oficina, sob a direção de José Celso Martinez Corrêa, foi decretado o Ato Institucional nº 5.

Sobreviver sem Cacilda

A partir de então, os tempos foram outros. No que se refere à luta política, houve o recrudescimento dos conflitos. Intensificaram-se as ações guerrilheiras na cidade e no campo, assim como a atuação dos grupos paramilitares, do qual a Operação Bandeirantes (Oban) foi exemplar.

Nesse momento, as artes e, nesse caso, o teatro estavam vivendo sob a censura prévia, mas, mesmo assim, os palcos brasileiros acolheram *Na selva das cidades*, trazendo novamente Brecht ao Oficina, ao lado de *O assalto*, de José Vicente, *Fala baixo senão eu grito*, de Leilah Assunção, *À flor da pele*, de Consuelo de Castro, *O balcão*, de Jean Genet, entre outras montagens.

Todavia, no dia 6 de maio ocorreu a maior derrota do teatro brasileiro no ano de 1968, quando se fecharam as cortinas do primeiro ato da peça *Esperando Godot,* de Samuel Beckett. Cacilda Becker, intérprete de Estragon, começou a passar mal. Foi internada às pressas: aneurisma cerebral. Após a operação, permaneceu em coma e faleceu no mês de junho.

A Atriz

A morte emendou a gramática.
Morreram Cacilda Becker.
Não era uma só. Era tantas.
Professorinha pobre de Pirassununga
Cleópatra e Antígona
Maria Stuart
Mary Tyrone
Marta de Albee
Margarida Gautier e Alma Winemiller
Hanna Jelkes a solteirona
a velha senhora Clara Zahanassian
adorável Júlia
outras muitas, modernas e futuras
irreveladas.
Era também um garoto descarinhado e astuto:
Pega-fogo
e um mendigo esperando infinitamente Godot.
era principalmente a voz de martelo sensível
martelando e doendo e descascando
a casca podre da vida
para mostrar o miolo de sombra

Greve de protesto contra a censura e em defesa da cultura. Rio de Janeiro, 19 de março de 1968. Em primeiro plano, entre outros, a atriz Tônia Carrero conversa com um militar. Coleção *Última Hora.* Arquivo do Estado de São Paulo.
In: KAZ, Leonel *et al. Brasil, palco e paixão.* Rio de Janeiro: Aprazível Edições, 2005.

TEATRO
LIVRE

> a verdade de cada um nos mitos cênicos
> Era uma pessoa e era um teatro.
> Morreram mil Cacildas em Cacilda.
>
> (Carlos Drummond de Andrade,
> junho de 1969)[12]

Morrera aquela que, de maneira intransigente, fizera a defesa do exercício da liberdade, a que dissera diante da agressão aos atores de *Roda viva*: "todos os teatros são meus!" Mas a luta teria de continuar. Em cartaz, vários dramaturgos estrangeiros, enquanto os autores brasileiros enfrentavam de forma mais efetiva a ação da censura. Em 1970, os censores impediram, no Rio de Janeiro, a estréia de *A Falecida*, de Nelson Rodrigues. Em contrapartida, em São Paulo, no Theatro São Pedro, sob a direção de Celso Nunes, *A Longa noite de cristal*, de Vianinha, iniciou sua temporada.

Os exemplos destacados situam, minimamente, os embates do teatro brasileiro com a censura durante a ditadura militar, como também demonstram os caminhos sinuosos que envolveram essa relação. Essa, por um lado, expôs a face autoritária do governo e, por outro, revelou procedimentos e escolhas que acabaram por caracterizar as atuações dos artistas "nas brechas", fundamentais para a construção da resistência democrática.

Em meio a esses conflitos, contudo, alguns acontecimentos marcaram o ano de 1971, devido ao seu nível de violência. O primeiro diz respeito à prisão, em março, de Augusto Boal. Este, sob tortura, em um pau-de-arara, conheceu o motivo da acusação: afirmara que "havia tortura no Brasil". Posteriormente, por esse crime, foi julgado e absolvido pela 2ª Auditoria Militar. Foi posto em liberdade e deixou o país, ao qual só retornou em 1979.

O caso Living Theatre

O segundo caso diz respeito à presença, nesse período, do grupo teatral norte-americano Living Theatre no Brasil. Convidados pelo diretor teatral José Celso Martinez Corrêa e pelo ator Renato Borghi, o Living chegou ao país para desenvolver uma colaboração artística e cultural com o Teatro Oficina. Apesar de muito desejado, o projeto não vingou, porque as questões que, naquele momento, motivavam os integrantes do Oficina não norteavam Judith Malina e Julian Beck.

> O Living Theatre queria ser parte da batalha do povo brasileiro e, conseqüentemente, trouxe o seu trabalho para as ruas. Se eles insistissem em trabalhar no palco como uma companhia profissional, eles teriam de se submeter às regras militares – sujeitar o texto e a performance à censura militar e restringir suas perfomances apenas à classe média, que era o único público do teatro. Nas ruas eles tinham uma chance maior de expressar suas mensagens e ter um contato direto com o povo brasileiro.
> O encontro com os habitantes da favela do Buraco Quente na periferia de São Paulo, uma das comunidades mais pobres do Brasil (parcialmente destruída em 1998 por um incêndio catastrófico), marcou uma mudança definitiva nos trabalhos do Living Theatre.[13]

Nesse trabalho, construído através de um processo coletivo com os moradores da favela, os integrantes do grupo buscaram conhecer o cotidiano daquelas pessoas, a fim de elaborarem uma performance capaz de ser uma experiência transformadora, tanto para o Living, quanto para a população, no sentido do desenvolvimento da percepção sensorial e das condições históricas a que eles estavam sujeitos. De maneira evidente, o resultado do trabalho não pôde ser auferido no Buraco Quente, pois não teve

continuidade. Mas, no que diz respeito aos integrantes do Living, eles, de fato, reconheceram a iniciativa como transformadora em suas trajetórias, tanto que lhe deram continuidade no Estado de Minas Gerais, com estudantes secundaristas.

Com essa nova incursão, o Living iniciou um trabalho de expressão corporal com os adolescentes, classificado como "imoral" pelo bispado católico. Diante da acusação, a Polícia Federal invadiu a casa, em Ouro Preto, na qual os artistas norte-americanos estavam alojados. Procuraram material subversivo, armas e nada encontraram, ou melhor, localizaram uma quantidade, não excessiva, de *marijuana*, mas suficiente para incriminar o grupo. Alguns de seus integrantes foram imediatamente presos. A Polícia Federal retornou à residência, apreendeu livros, jornais, fotos, como provas de material subversivo. Dias depois, Judith Malina e Julian Beck foram presos.

Diante de tais acontecimentos, presos e à espera de julgamento, Malina e Beck produziram o seguinte documento:

> O Living Theatre veio ao Brasil porque foi convidado pelos artistas brasileiros a ajudar na luta pela liberação em uma terra na qual eles descreveram a situação como "desesperadora". Nós concordamos porque acreditamos que é hora de os artistas começarem a levar o conhecimento e o poder de sua atividade aos infelizes da Terra.
> Aqui no Brasil nós tentamos, através da mais alta expressão de nossa arte, aumentar a consciência entre os mais pobres dos pobres, entre os trabalhadores das fábricas, mineradores e suas crianças.
> A prática de nossa arte nessas áreas esquecidas fez recair sobre nós a ira das forças de repressão e nós somos agora acusados de subversão, além de posse e tráfico de drogas.
> Nós não estamos sofrendo no sentido que 70 milhões de pessoas neste país, que são diariamente torturadas pela fome, estão sofrendo; mas nós somos prisioneiros na luta de vida e morte pela consciência livre do planeta. Nós apelamos a nossos amigos, nossos aliados por qualquer ajuda que eles possam reunir, de maneira que possamos continuar a desenvolver e praticar nossa arte a serviço daqueles que são os prisioneiros da pobreza.
>
> Julian Beck/Judith Malina
> The Living Theatre
> Celas de Detenção, Departamento de Ordem Política e Social (Dops)
>
> Belo Horizonte, Brasil
> Dia da Bastilha, 1971 (*Le Monde*, 1971)[14]

Tal apelo propagou-se rapidamente pelo mundo. O consulado norte-americano interveio e a resposta do governo brasileiro, cujo presidente era o general Emílio Garrastazu Médici, foi expulsar o Living Theatre do Brasil, porque eles denegriram a imagem do país no exterior. Encerrado o caso, o grupo retornou para os Estados Unidos e lá deu início às suas performances de rua, resultado da temporada brasileira.

No entanto, para além do arbítrio, aliás, atitude recorrente na maioria das prisões, censuras e interdições, o caso do Living trouxe a público uma nova faceta voltada para a questão comportamental, isto é, os órgãos de repressão, ao longo do período ditatorial, sofisticaram não só as formas de tortura, mas ampliaram o seu raio de ação, com a intenção de disciplinar o comportamento e restringir o espaço público em relação a concepções alternativas de conceber o cotidiano. A presença desse tema na pauta do aparato repressivo foi, inclusive, um dos elementos justificadores para que determinadas posturas "tropicalistas" fossem vistas como ameaças à segurança nacional.

Considerações finais

É possível apreender, pelo que foi apresentado no decorrer deste artigo, que a atuação da censura foi se diversificando à medida que as situações a serem reprimidas tornavam-se mais complexas. Se, em um primeiro momento, a idéia de subversão restringia-se à mensagem explícita, no decorrer do processo histórico as metáforas e o simbólico tornaram-se alvos privilegiados dos censores. Em várias oportunidades, artistas e intelectuais mencionaram que, por instinto de sobrevivência, muitos deles construíram uma "censura interna", que pudesse ser capaz de cercear o próprio processo criativo a partir das condutas adotadas pela repressão. Desse ponto de vista, trabalhar os silêncios, o não-dito tornou-se uma estratégia para que a atividade artística não sucumbisse às armadilhas do cerceamento. Essa situação de insegurança e incertezas foi brilhantemente apresentada por Gianfrancesco Guarnieri na peça *Um grito parado no ar*, em 1973.

Outro procedimento que se tornou constante, no decorrer da década de 1970, foi a utilização de temas históricos, a partir dos quais o passado tornou-se um escudo para se falar do presente.[15] Sob esse viés, Carlos Queiroz Telles produziu uma dramaturgia na qual a história veio para o centro do palco, como em *Frei Caneca* e *A Semana.* Entretanto, nesse período, o texto mais emblemático desse recurso e das diferentes formas de exercício da censura foi *Calabar, o elogio da traição*, de Chico Buarque e Ruy Guerra.

O projeto era realizar um musical em que seriam atualizados cenicamente momentos da ocupação holandesa no Nordeste brasileiro, a partir de uma personagem que fisicamente não estaria em cena, o mulato Calabar. A estrutura dramática organizara-se em torno do seguinte questionamento: o que é traição? Calabar traiu o Brasil por que lutou ao lado dos holandeses? Eram tempos de "Brasil, ame ou deixe-o", mas a sutileza dos autores colocava a dúvida no passado, que, na ótica do Estado, deveria ratificar o presente e não despertar os mortos.

Como a censura reagiu a isso? Nesse momento, instalou-se também a censura econômica, isto é, não era suficiente apenas interditar o texto. O importante seria desencorajar os produtores a levar ao palco temas e peças que não interessassem à ordem vigente. Assim sendo:

> Calabar foi uma experiência extraordinária porque contrariou até as normas burocráticas de censura. [...] O texto foi aprovado pela censura, quer dizer, sinal verde para a montagem do espetáculo. O espetáculo foi montado, gastou-se dinheiro, foi produzido e coisa e tal. Quando estava pronto, houve a segunda etapa da censura teatral, que é a exibição do espetáculo para, em geral, três censores que vêm simplesmente conferir se o que estava montado no palco coincidia com o texto aprovado, se os cortes eram respeitados. [...]
> E simplesmente, por ordens superiores, segundo alegaram na época, os censores se recusaram a comparecer ao espetáculo para a censura, o que acarretou a falência do espetáculo. Ele não foi proibido, ele foi falido. Dois meses mais tarde, saiu no Diário Oficial a proibição.[16]

Esse depoimento de Chico Buarque é altamente instigante, na medida em que, por um lado, permite que se vislumbrem as estratégias inovadoras da censura para o exercício da repressão; e, por outro, evidencia também que a resistência democrática foi continuamente se redefinindo e acolheu temas e denúncias que contribuíram com o processo de abertura.

Foram tempos de *Ponto de partida*, texto de Guarnieri. Nele, a morte de Vladimir Herzog, recriada cenicamente em uma lenda medieval, sob a direção de Fernando Peixoto, dizia solenemente para o Brasil e para os brasileiros: basta!

Ao enfrentar a censura, o arbítrio e a intolerância, a cena teatral produziu um dos momentos historicamente mais belos da cultura brasileira, pois soube sobreviver à violência e aos desmandos de "um tempo de guerra, de um tempo sem sol!"

Notas |

1. São desse período, dentre outros: *Chapetuba Futebol Clube* (Oduvaldo Vianna Filho), *Pintado de alegre* (Flávio Migliaccio), *Quarto de empregada* (Roberto Freire), *Revolução na América do Sul* (Augusto Boal).

2. Interview d'Augusto Boal. In: ROUX, R. *Le Théatre Arena* (São Paulo 1953-1977) - Du théâtre en rond au theâtre populaire. Provence: Université de Provence, 1991. p. 614.

3. Sobre esse tema, consultar: TELLES, Narciso. Um Teatro para o Povo: a trajetória do Teatro de Cultura Popular de Pernambuco. *ArtCultura,* NEHAC/UFU, n. 1, v. 1, p. 29-33, 1999.

4. O CPC da UNE foi objeto de várias publicações e estudos, dentre os quais se destacam: PEIXOTO, Fernando (Org.). *O melhor teatro do CPC da UNE.* São Paulo: Global, 1989; BARCELLOS, Jalusa. CPC da UNE: Uma história de paixão e consciência. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994; VIEIRA, Thaís Leão. *Vianinha no Centro Popular de Cultura (CPC da UNE):* nacionalismo e militância política em Brasil - versão Brasileira (1962). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2005.

5. MICHALSKI, Yan. *O teatro sob pressão:* uma frente de resistência. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985, p. 16.

6. O Teatro Oficina de São Paulo, nesse período, era administrado por Renato Borghi, Fernando Peixoto, José Celso Martinez Corrêa e Ítala Nandi. Quando da decretação da prisão preventiva dos três primeiros, Ítala manteve-se à frente do grupo, que reativou o curso de interpretação, ministrado por Eugênio Kusnet, e encenou a peça *Toda donzela tem um pai que é uma fera,* de Gláucio Gil. Passado esse momento de tensão, Borghi, Peixoto e Zé Celso retomaram suas atividades com a montagem de *Andorra* (Max Frisch), que fora traduzida por eles durante o período de reclusão.

7. SCHWARZ, Roberto. Cultura e política, 1964-1969. In: _____. *O pai de família e outros estudos.* 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 62.

8. MICHALSKI, Yan, *op. cit.,* p. 33.

9. BOAL, Augusto. *Hamlet e o filho do padeiro:* memórias imaginadas. Rio de Janeiro: Record, 2000, p. 256-257.

10. *Apud* FERNANDES, Rofran. *Teatro Ruth Escobar:* 20 anos de Resistência. São Paulo: Global, 1985, p. 68.

11. FERNANDES, Rofran, *op. cit.,* p. 69.

12. PRADO, Luís André do. *Cacilda Becker:* Fúria Santa. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p. 563.

13. LIGIÈRO, Zeca. O Living Theatre no Brasil. *ArtCultura,* NEHAC/UFU, n. 1, v. 1, p. 54-55, 1999.

14. *Ibidem*, p. 57.

15. Um estudo mais aprofundado da relação passado/presente na produção artística brasileira, durante a ditadura militar, encontra-se nas reflexões de Alcides Freire Ramos acerca do filme *Os Inconfidentes* (1972, Joaquim Pedro de Andrade). Para maior detalhamento, consultar: RAMOS, Alcides Freire. *O canibalismo dos fracos:* Cinema e História do Brasil. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

16. KHÉDE, Sonia Salomão. *Censores de pincenê e gravata:* dois momentos da censura teatral no Brasil. Rio de Janeiro: CODECRI, 1981. p. 179-180.

A historiadora **Rosangela Patriota** é professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), onde coordena o Núcleo de Estudos em História Social da Arte e da Cultura (NEHAC). É autora de *Vianinha - um dramaturgo no coração de seu tempo* (Hucitec) e *A Crítica de um teatro crítico* (Perspectiva), entre outros trabalhos.

Camillo Jorge
Santos Oliveira

Natália Cosse Batista

Arnaldo de
Albuquerque Araújo

Revelando velhas imagens

O conhecimento das técnicas e processos de impressão fotográfica utilizados no século XIX, desde o nascimento da fotografia, é um poderoso auxiliar na preservação de acervos de imagens que têm, ainda hoje, largo emprego em variados setores de atividade.

> As coleções de fotografias constituem uma riqueza que tem sido gradualmente descoberta e reconhecida ao longo do tempo. As fotografias históricas são recursos utilizados na fundamentação de teses, projetos científicos, projetos arquitetônicos, planos de intervenção urbanísticos e, ultimamente, em jogos de computadores que ambientam seus enredos em cenários reconstruídos por meio de fotografias históricas. Os canais de televisão e os jornais freqüentemente buscam o suporte em fotografias históricas e de arquivos. De fato, a fotografia é um importante meio de ensino e transmissão de idéias. A experiência de historiar, pela imagem fotográfica, regiões ou comunidades tem obtido reconhecimento surpreendente pelo público.

Para preservar um acervo de fotografias históricas é necessária a utilização de técnicas adequadas ao tipo de impressão de cada fotografia e à preparação de um local apropriado. As fotografias dos acervos vêm sendo organizadas e armazenadas segundo as anotações realizadas a respeito de algum atributo (SCHREIBER *et al.*, 2001). Contudo, atualmente o mundo tem mais fotografias do que pode consumir (PAVÃO, 1997; e STYRMAN, 2004). Na maioria das instituições que possuem coleções fotográficas existem milhares de negativos, provas e diapositivos a serem preservados.

As questões mais comuns para essas instituições são: por onde começar? Qual o procedimento apropriado para serem preservadas as fotografias? Como catalogar e armazenar todas elas? Como recuperar as informações (textuais e/ou visuais) nelas contidas? As respostas a essas perguntas nem sempre são fáceis, acrescentando-se a isso o desafio de disponibilizar o acervo fotográfico na forma digital para acesso via Internet. Segundo Reilly (1986), para se preservar imagens, é preciso entendê-las como objetos físicos e aprender a manipulá-las de modo a não contribuir para a sua destruição.

Este trabalho apresenta a descrição dos tipos de impressões fotográficas mais comuns que existiram no século XIX, baseando-se nas pesquisas de Crawford (1979), Reilly (1986) e Leyshon (2001).

Objetiva-se descrever tais processos para melhor compreender os atributos que os diferem e, assim, estabelecer a base para a definição de atributos automáticos e não automáticos que permitem a identificação do tipo de impressão utilizado. A tarefa de identificação não é trivial, uma vez que, dentre os diferentes tipos de impressão, existem algumas semelhanças. Por exemplo, algumas impressões fotomecânicas podem ser reconhecidamente similares na aparência à impressão fotográfica verdadeira, tais como a impressão albuminada ou platinotipia.

Processos de impressão

Nesta seção serão abordados os principais tipos de impressão utilizados em fotografias do século XIX, quais sejam, a impressão fotográfica verdadeira e a impressão fotomecânica. É importante distinguir esses dois tipos. Diz-se impressão fotográfica verdadeira aquela produzida a partir de um pedaço de papel sensível à luz. Já a impressão fotomecânica é resultante de um processo que utiliza tintas e pigmentos por meio dos quais a imagem é impressa ou transferida para o papel por algum dispositivo mecânico, daí o termo fotomecânico.

Os processos de impressão fotográfica verdadeira são os que utilizam as técnicas de papel salinizado, cianotipia, platinotipia, albuminada, carbono, impressão com gelatina, impressão com colódio, impressão com colódio brilhante, impressão com colódio fosco (sem brilho) e revelação em gelatina. Os processos de impressão fotomecânica são os *letterpress halftones*, as fotogravuras, as colotipias e o *woodburytype*.

Impressão verdadeira

Uma imagem que não possui padrão granular discernível, ou seja, aquela em que os tons aparecem na

Exemplo de revelação em papel com gelatina. Foto de Gines Gea Ribera, 1923. Aparecem Dom Antônio dos Santos Cabral e o núncio apostólico, Dom Henrique Gasparri, em passeio de barco em Lagoa Santa, MG. Fundo Olegário Maciel. OM-2-011(12). Arquivo Público Mineiro.

imagem de forma contínua, resulta provavelmente de uma impressão fotográfica verdadeira. Os padrões encontrados nesse tipo de impressão são resultantes dos tipos de camadas que o suporte fotográfico apresenta. O suporte fotográfico pode ter:

Uma camada - apresenta apenas o suporte de papel. As técnicas de impressão que caracterizam esse padrão são a de papel salinizado, cianotipia e platinotipia.

Duas camadas - apresenta o suporte de papel e a camada ligante. É característico da impressão albuminada, *woodburytype* e da impressão em carbono.

Três camadas - apresenta o suporte de papel, uma camada de barita e uma camada de ligante. Pode ser identificado como produto de impressão em papel com gelatina, de impressão em papel de colódio e de revelação em papel com gelatina.

Os principais tipos de impressão verdadeira são descritos nas seções a seguir.

Papel salinizado

Quando uma imagem apresentar cor marrom-avermelhada, púrpura ou marrom-amarelada, existe um forte indício

de que tenha sido impressa em papel salinizado. Outro atributo importante desse tipo de impressão é a perda de cor e brilho, do centro da imagem para as bordas, destacando-se pequenos pontos amarelos e a ausência de detalhes. A impressão em papel salinizado tem detalhes semelhantes à impressão em platinotipia. Em relação à classificação, sugere-se analisar a data de origem da imagem da fotografia. As impressões em papel salinizado foram predominantes do período de 1840 a 1865, enquanto as platinotipias predominaram no período de 1880 a 1930. Nota-se a dependência das anotações de atributos textuais na determinação do tipo de impressão.

Cianotipia

As imagens impressas em cianotipia apresentam cor azul uniforme. Essa é a sua característica relevante e decorre de o ferro estar presente no material sensibilizador. Esse tipo de impressão foi predominante apenas no período de 1840 a 1880.

Platinotipia

Uma imagem impressa em platinotipia apresenta cor preta neutra, ou um preto-amarronzado, e o seu brilho não desaparece do centro para a periferia da imagem. Esse tipo de impressão produz uma imagem bastante estável, sem deteriorações localizadas, e as fibras do suporte de papel podem ser visualizadas. O período de uso mais freqüente desse tipo de impressão é o compreendido entre 1880 e 1930. A platinotipia é também conhecida como impressão em prata.

Albuminada

A impressão albuminada foi usada no intervalo histórico compreendido entre 1850 e 1920, sendo predominante no período de 1855 a 1895. Uma pista crucial para identificar a impressão albuminada é o esmaecimento (desaparecimento de cor e brilho), que se apresenta de forma localizada ou sobre toda a imagem. Alguns esmaecimentos em impressões albuminadas são em marrom-purpúreo ou púrpura que ainda permitem visualizar os detalhes da imagem. Sinais de esmaecimento da imagem estão quase sempre presentes e podem também incluir a coloração vermelho-amarelada, um clareamento da tonalidade da cor, pontos amarelos e esmaecimento das bordas. Qualquer esmaecimento na imagem serve como critério de discernimento entre as albuminadas e os tipos de impressão em carbono ou impressão *woodburytype*, uma vez que essas possuem pigmentos na imagem e não apresentam esmaecimento.

A superfície de uma impressão albuminada pode variar entre levemente brilhante e muito brilhante. A superfície é completamente uniforme e nenhum efeito de relevo está presente. A camada de albumina pode possuir uma rede de diminutas fraturas e fissuras, com orientações paralelas ou aleatórias. Essas fissuras podem ser grandes o suficiente para serem vistas a olho nu, ou, ao contrário, só podem ser observadas por meio de exame microscópico. Nem todas as impressões albuminadas apresentam essas fissuras, as quais estão presentes nos outros tipos de impressão.

A impressão albuminada também não possui camada de barita e isso permite que as fibras do papel possam ser observadas através da albumina, com o auxílio de um microscópio. As fibras são discerníveis, mesmo em áreas de sombras muito escuras. Essa característica não está presente em impressões em carbono e *woodburytype*, nas quais a camada de gelatina, em áreas de sombra, contém tantos pigmentos, que se torna opaca, obstruindo as fibras do papel.

Outra característica da impressão albuminada é a tendência que a camada de albumina tem de tornar-se amarela, predominando uma aparência amarelada ou marrom-amarelada. Apesar de nem toda impressão albuminada tornar-se amarela, esse fenômeno é muito mais comum

Exemplo de impressão em cianotipia. Autoria desconhecida. Foto tirada em 1893 na Mina do Faria, região de Honório Bicalho (MG), mostra a chegada de convidados para um casamento. Coleção Luís Augusto de Lima.

em impressões albuminadas do que nos outros tipos de impressão, sendo raríssimo nas impressões em carbono e *woodburytype*.

A impressão fotográfica albuminada utiliza papel muito fino, sendo necessária a sua montagem em suporte mais grosso, para proteção. Os tipos de suporte (cartões) apresentam diferentes dimensões e são classificados, de acordo com Filippi *et al.* (2002), da seguinte maneira:

Cartão de visita – utilizado em retratos com dimensões aproximadas de 5,7cm x 10,8cm, popular entre 1854 e 1870, sendo confeccionado aproximadamente até 1905.

Cartão-gabinete – comum em retratos com as dimensões de 10,8cm x 16,5cm e popular no período de 1863 a 1920.

Estereoscopia – utilizada para imagens arquitetônicas e da natureza, no século XIX, tornando-se popular, com as dimensões de 7,6cm x 17,8cm, de 1850 a 1925. Trata-se da aplicação de duas imagens iguais que se diferenciam pela paralaxe (diferença aparente na localização de um corpo quando observado por diferentes ângulos), coladas lado a lado, para que seja possível a visão estereoscópica, requerendo-se para isso um par de lentes estereoscópicas.

Cartão vitória – para retratos e paisagens, nas dimensões de 8,3cm x 12,7cm; popular de 1870 a 1880.

Cartão *promenade* – usado em retratos e paisagens; com as dimensões de 10,2cm x 17,8cm, foi popular entre 1870 a 1880.

Cartão imperial – para retratos e paisagens, nas dimensões de 20cm x 25,1cm; popular entre 1870 a 1900.

Cartão *boudoir* – de uso comum em retratos e paisagens, quase sempre nas dimensões de 12,7cm x 20,6cm, foi popular também entre 1870 e 1900.

Carbono

A impressão em carbono existiu no período de 1860 a 1940 e, tanto quanto a impressão *woodburytype*, exibe duas excelentes características: pode registrar qualquer cor e não apresenta nenhum tipo de esmaecimento. As imagens aparecem em excelente estado de conservação, em comparação com as condições usuais de esmaecimento da impressão albuminada. Muitas vezes a imagem colorida, no tipo de impressão em carbono ou em alguma outra impressão do século XIX, é de melhor qualidade que muitas impressões albuminadas bem preservadas. Isso se deve a uma consciente tentativa de simular a impressão albuminada, misturando pigmentos para alcançar uma tonalidade de imagem marrom-purpúrea.

Outra característica útil para a identificação de impressões em carbono é a variação da grossura da sua camada de gelatina nas áreas escuras e nas áreas claras da imagem fotográfica. Nas áreas de sombras, existe um grosso depósito de gelatina pigmentada e, nas áreas claras, um depósito fino ou mesmo nenhuma ocorrência de pigmentos. Essa diferença confere à imagem um efeito de relevo. Para se identificar a presença de relevo, deve-se examinar a imagem a partir de um pequeno ângulo com iluminação tangencial (rasante). O efeito de relevo será óbvio ao longo dos limites entre áreas muito claras e áreas muito escuras. Qualquer diferença na reflexão da superfície indica que é uma impressão em carbono ou *woodburytype*. O relevo da imagem na impressão em carbono pode ser inteiramente sutil e nem sempre é possível valer-se desta característica para identificá-la.

A camada de gelatina presente nos tipos de impressão em carbono e *woodburytype* desenvolve um padrão de grandes fissuras (fraturas), facilmente visíveis a olho nu. Tais fissuras têm uma orientação de mosaico aleatório e é confinada nas áreas escuras da impressão, onde a camada de gelatina é mais grossa.

Uma última característica útil para a identificação de impressões em carbono e *woodburytype* é a presença de manchas não dispersas de pigmentos, visíveis com o aumento de 30 vezes das áreas de tons médios escuros. Pigmentos não dispersos aparecem como manchas de tamanhos variados, em cores profundas. Algumas vezes, as manchas são de cores diferentes, o que revela como a tonalidade da imagem foi alcançada pela mistura de pigmentos. Muitas, mas nem todas as impressões em carbono e *woodburytype*, possuem manchas de pigmentos.

Papel com gelatina: impressão

As impressões em papel com gelatina foram utilizadas entre 1885 e 1920. O suporte para esse tipo de impressão é composto por três camadas: papel, ligante e barita. Usualmente, a superfície característica de exemplares do século XIX é inteiramente brilhante, sendo produzidas em menor número, antes de 1900, impressões em papel fosco de gelatina. As cores da imagem da impressão em papel com gelatina apresentam tons de ouro, resultantes da fotólise da prata, e variavam do marrom-avermelhado até marrom-purpúreo ou púrpura. Sob microscópio, a imagem impressa em papel com gelatina apresenta tons contínuos e grossos e cobertura suave de barita tampando as fibras do suporte.

Formas típicas de deterioração incluem todas as manifestações normais da fotólise em imagens em prata (a cor muda para marrom-amarelo e há completo esmaecimento), além de alta incidência de deterioração sulfídrica dos resíduos de tiossulfatos, que ocorrem em impressões albuminadas. Utilizou-se intensamente impressão em papel com gelatina para retratos durante os anos de 1890, freqüentemente no formato de cartão-gabinete. Fotógrafos amadores também utilizaram o material em grandes quantidades para fazer a impressão em papel negativo com chapa seca de 10,16cm x 12,7cm. Esse material de impressão é muito difícil de distinguir da impressão em papel brilhante de colódio exclusivamente por meio do exame visual e microscópico.

Exemplo de impressão fotomecânica (*letterpress halftones*). Autoria desconhecida. Data: entre 1860 e 1880. Mostra o Cel. João de Vasconcelos Teixeira da Motta, pai do cardeal D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta. Fundo Família Joaquina Bernarda do Pompéu. FJBP -1-1-054. Arquivo Público Mineiro.

Papel com colódio brilhante

Como a impressão em papel com gelatina, a que é feita em papel colódio brilhante foi utilizada no período de 1885 a 1920, e seu suporte compreende também três camadas: papel, ligante e barita. A superfície da fotografia é muito suave e brilhosa, especialmente quando montada e polida sob aquecimento. O intervalo de cores é típico das impressões em papel de tonalidade ouro, estendendo-se do marrom-avermelhado à púrpura.

Ao microscópio a imagem apresenta tons contínuos, e todos os traçados das fibras do papel estão escondidos pela camada de barita. As formas de deterioração características desse tipo de impressão incluem o embranquecimento global, a perda de detalhes nas áreas mais claras e a mudança de tonalidade da imagem. Assim como a impressão em gelatina, a impressão em papel colódio brilhante foi intensivamente utilizada para retratos comerciais durante os anos de 1890, geralmente no formato de cartão-gabinete. É muito difícil distingui-la das outras impressões apenas por meio do exame visual, e mesmo ao microscópio.

Detalhe da foto anterior mostrando a estrutura hexagonal da prensa de impressão. FJBP-1-1-054. Arquivo Público Mineiro.

Papel com colódio fosco

A impressão em papel com colódio fosco foi utilizada freqüentemente no período de 1894 a 1920. O suporte desse tipo de impressão também compreende três camadas: papel, ligante e barita. A superfície da fotografia é semifosca e as cores da imagem são, geralmente, neutras ou preto-esverdeada, como resultado da tonalidade ouro e platina. Esse tipo de tonalidade permite uma excelente estabilidade, tanto que é pouquíssima, ou nenhuma, a perda de coloração da imagem (esmaecimento).

Examinando-se ao microscópio, percebe-se que as fibras do suporte de papel são parcialmente visíveis, e a imagem possui tons contínuos. Uma superfície abrasiva pode ser notada devido à forma de deterioração. O processo foi intensamente utilizado em retratos comerciais de 1895 a 1910. A apresentação típica das fotografias era em cartão-gabinete cinza, durante os anos de 1890, e em montagens quadradas ou retangulares de vários tamanhos, depois da virada para o século XX.

Papel com gelatina: revelação

Utiliza-se a revelação em papel com gelatina desde 1885. Contudo, esse tipo de impressão tornou-se largamente utilizado somente depois do ano de 1890. Seu suporte também compreende as três camadas clássicas: papel, ligante e barita. Nessa técnica, a superfície da fotografia pode ser fosca ou brilhosa, e as cores da imagem estão próximas da neutralidade. O espelhamento da prata geralmente está presente nas áreas escuras. Quando a impressão é examinada ao microscópio, nenhuma fibra é visível devido à camada de barita que cobre o suporte da fotografia. De 1885 até 1895, foram produzidas algumas revelações em papel de brometo, nas quais não existia a camada de barita.

As formas características de deterioração incluem o amarelecimento e a perda da coloração (embranquecimento) dos tons claros por toda a imagem. A deterioração sulfídrica avançada pode ocorrer devido à retenção de tiossulfato, que promove essa perda de coloração e resulta em uma aparência preto-esverdeada ou verde-amarelada. Durante o século XIX, a revelação em papel com gelatina foi utilizada por fotógrafos profissionais para fazer ampliações e, no final desse século, por fotógrafos amadores para impressões de contato instantâneas.
A revelação em papel não era largamente utilizada para retratos comerciais até 1905.

Processos fotomecânicos

A presença de algum tipo de padrão, na forma de grãos ou pontos, indica que as imagens foram produzidas por um processo de impressão fotomecânico. Outra informação importante para identificar esse tipo de impressão é a ausência de esmaecimento na imagem. Quanto à natureza da estrutura, esse tipo de impressão pode ter múltiplas camadas, e a superfície pode ser fosca ou brilhante.

Letterpress halftones

É a técnica de impressão mais facilmente identificada entre os processos fotomecânicos em uso desde 1880 até hoje. Pode ser utilizada com quaisquer tipos de papel e tinta. A imagem possui pontos relativamente grandes, os quais, nas áreas de tons de cinza médios, assemelham-se a um quadriculado com bordas quadradas e bem definidas. Pequenos pontos circulares são vistos nas áreas claras e a tinta (pigmento) aparece sólida nas áreas escuras.

Os *letterpress halftones* são impressos por meio de uma prensa em relevo que possui sulcos de tinta ao longo das bordas dos pontos. A tinta é espalhada por pressão, da prensa contra o papel. O centro dos pontos tem menos pigmentação e esses podem apresentar espaços resultantes do escorrimento da tinta para fora. As bordas bem definidas são o aspecto mais característico do tipo de impressão fotomecânico *letterpress halftone*.

Exemplo de impressão fotográfica albuminada. Apresenta coloração vermelho-amarelada. Foto de Justiniano José de Barros. Formato cartão de visita (10,8cm x 5,7cm). Mostra o Sr. Joaquim Ferreira Carneiro, Juiz de Fora (MG), 22 de junho de 1866. Fundo Olegário Maciel. OM-1-001. Arquivo Público Mineiro.

Exemplo de impressão em planotipia. Autoria da Companhia Photographica Brazileira - J. Gutierrez (sucessor). Rio de Janeiro, *circa* 1896. Na foto aparece o Sr. Idelfonso Alvim. Fundo Olegário Maciel. OM-1-007. Arquivo Público Mineiro.

Fotogravuras

A impressão em fotogravura, utilizada desde 1880, é conseguida por meio de um processo de gravação que utiliza uma prensa com minúsculos sulcos entalhados. Durante a impressão, esses sulcos são preenchidos com maior ou menor quantidade de tinta, de acordo com a profundidade do sulco. Graduações tonais em fotogravuras são produzidas pela variação da quantidade de tinta na página, ao contrário dos processos de impressão *letterpress halftone* e colotipia, que sempre imprimem uma quantidade máxima de tinta, com variação somente da área coberta. Conseqüentemente, um dos atributos mais relevantes das fotogravuras, sob o microscópio, é a variação da quantidade de tinta depositada: menor nas áreas claras e maior nas áreas escuras.

Quando não se tem certeza sobre o tipo de impressão que examinamos – se é uma fotogravura ou uma colotipia –

as áreas claras destacadas podem indicar a diferença entre ambos. Áreas claras em fotogravuras são superficialmente impressas, já na impressão em colotipia as áreas claras são linhas finas ou manchas profundas, alongadas e de cor intensa.

O fato de a tinta se depositar em quantidades variadas sugere que as fotogravuras podem ser de difícil distinção em relação às imagens de uma impressão fotográfica verdadeira. Ambas as técnicas usam continuamente quantidades variáveis de material na imagem para produzir variações de tons. As fotogravuras, contudo, apresentam padrão fino e grãos irregulares, o que as diferenciam das fotografias verdadeiras, sendo tal padrão resultante da resina espalhada na prensa. A técnica tem origem em processos mais antigos de impressão à tinta. Quanto ao tamanho das imagens, são variados. Quanto ao padrão da tinta, é geralmente visível com uma lente de aumento.

Uma observação mais cuidadosa das principais áreas de textura revela que a imagem é desmanchada em um padrão irregular de grãos. A tinta depositada em uma fotogravura terá sempre uma aparência manchada.

Outras pistas para identificar fotogravuras são a presença de marcas deixadas pela prensa e o desenho característico de alguma substância tipográfica que pode acompanhar a imagem. As fotografias feitas em prensas planas eram impressas sob grande pressão, para garantir que toda a tinta fosse retirada das células nelas entalhadas. A pressão deixava uma marca da prensa no papel e uma linha realçada em torno de suas bordas, geralmente a uma certa distância da imagem. Mas a ausência, ou a presença de marcas da prensa, não pode servir para identificar, de forma positiva, o processo pelo qual a impressão foi feita. Marcas de prensas estavam presentes em algumas fotogravuras e eram às vezes realçadas artificialmente em outras, uma vez que tipos mais baratos de impressões emulavam a aparência de fotogravura.

Material tipográfico acompanhando a impressão de uma fotogravura não tem bordas bem definidas, devido à presença dos grãos de tinta em toda área da prensa, e não apresentam uma linha fina emoldurando a fotografia.

Colotipias

O processo de impressão das colotipias, conhecido desde 1870, é extremamente versátil e pode ser utilizado em quase todo tipo de superfície de papel, do liso ao áspero. A impressão em colotipia é facilmente identificada pela forma única do padrão de seus grânulos, conhecido como reticulado. Este é criado quando a camada de gelatina seca dilata-se rapidamente em água fria, e a superfície se fragmenta espontaneamente em uma malha de fissuras. Essa camada de gelatina reticulada é atualmente utilizada para imprimir a imagem. A malha reticulada controla a quantidade de tinta aceita ou rejeitada pela camada de gelatina.

Em uma ampliação de 30 vezes, o padrão reticulado nos tons médios mais claros faz a imagem em colotipia parecer quebrada em um mosaico de forma irregular, porém com células de tamanho uniforme.

Woodburytype

As impressões *woodburytype* foram usadas de 1866 até 1900. É difícil, se não impossível, separar impressões *woodburytype* de impressões em carbono. Isso porque elas utilizam essencialmente o mesmo tipo de material, sendo que os pigmentos da camada de gelatina variam em grossura conforme a impressão em área clara ou escura. Como mencionado na seção anterior, a característica essencial da impressão em carbono é a ausência de esmaecimento. O relevo da imagem e a possibilidade de ser impressa em qualquer cor também são características do tipo de impressão *woodburytype*. Contudo, a impressão em carbono é uma fotografia verdadeira e a impressão *woodburytype* é um processo

fotomecânico que utilizava prensas especiais e uma gelatina com pigmentos de tinta.

Existem poucas informações – nenhuma infalível – que podem diferenciar esses dois processos. A impressão *woodburytype*, geralmente, apresenta um relevo da imagem mais proeminente que o das impressões em carbono. Têm, quase sempre, dimensões menores, nunca ultrapassando a medida de 28,6cm x 36,2cm. Por sua vez, impressões em carbono, maiores, não são comuns. Muitas impressões em *woodburytype* foram produzidas como ilustrações de livros e intituladas como tais. Quando de origem francesa, são conhecidas como *photoglyptie*.

Conclusões e agradecimentos

Espera-se com este trabalho disseminar a descrição dos tipos de impressões fotográficas do século XIX, provendo ao leitor informações que possam ser úteis no estudo, na identificação e catalogação dessa matéria. Por fim, pensamos na utilização de recursos computacionais, aos quais esta descrição possa ser útil na modelagem de sistemas voltados para a identificação, armazenamento e recuperação dos diversos tipos de impressões fotográficas. Agradecemos ao Arquivo Público Mineiro, por intermédio de seu superintendente, Renato Pinto Venâncio, que vem mantendo as portas da instituição abertas ao nosso trabalho; ao professor Luiz Antônio Cruz Souza, por disponibilizar equipamentos de aumento de última geração, por intermédio da Escola de Belas Artes (EBA/UFMG); ao professor Arnaldo de Albuquerque Araújo, que disponibilizou os recursos computacionais por intermédio do Núcleo de Processamento Digital de Imagens (NPDI), do Departamento de Ciência da Computação (DCC/UFMG). Finalmente, aos órgãos de financiamento e fomento, tais como CNPq e Capes, pelo suporte financeiro.

Referências

CRAWFORD, William. *The keepers of light:* a history and working guide to early photographic processes. New York: Morgan & Morgan Inc., 1979.

FILIPPI, Patrícia de; LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro. *Como tratar coleções de fotografias.* 2. ed. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2002. v. 4.

LEYSHON, W. E. *Photograph from the 19th century:* a process identification guide. Prescott, USA: Sharlot Hall Museum Archives, 2001.

PAVÃO, L. *Conservação de coleções de fotografia.* 1. ed. Lisboa: Dinalivro, 1997.

REILLY, J. M. *Care and identification of 19th-century photographic prints.* Eastman Kodak Company, 1986.

SCHREIBER, A. T.; DUBBELDAM, B.; WIELEMAKER, J.; WIELINGA, B. Ontology-based photo annotation. *IEEE Intelligent Systems*, 16(3), p. 66-74, 2001.

STYRMAN, A. *Ontology-based image annotation and retrieval.* Thesis (Master's) – Departament of Computer Science, University of Helsinki, Helsinki, Finland, 2004.

Camillo Jorge Santos Oliveira é graduado em Engenharia Agronômica pela UFPR (1989), graduado em Ciência da Computação pela PUC-PR (1993). Mestre em Ciência da Computação pela UFMG (2001). Atualmente em fase final de doutoramento em Ciência da Computação pela UFMG. Desde 2000 está ligado ao Núcleo de Processamento Digital de Imagens (NPDI), do Departamento de Ciência da Computação (DCC) da UFMG, onde ocupa também o cargo de Gerente (desde 2002). Desde março de 2005 é Professor Auxiliar do DCC/UFMG.

Natália Cosse Batista é aluna do 7º período do curso de Ciência da Computação – DCC/UFMG. Desde fevereiro de 2005 atua como bolsista de Iniciação Científica junto ao Núcleo de Processamento de Imagens – NPDI/DCC/UFMG, onde trabalha com a identificação automática dos tipos de impressões fotográficas do século XIX.

Arnaldo de Albuquerque Araújo é doutor em Ciências em Engenharia Elétrica pela UFPB (1987). Pós-graduado em Processamento de Imagens na RWTH Aachen (1981 a 1985). Pós-doutor em informática na ESIEE Paris (1994 a 1995). Atualmente é Professor Adjunto do DCC/UFMG (desde 1990) e coordena o Núcleo de Processamento Digital de Imagens – NPDI/DCC/UFMG. Foi Professor Adjunto do DEE/CCT/UFPB (1978 a 1989). Seu interesse de pesquisa atual envolve processamento de imagens, visão computacional, sistemas de informação multimídia e recuperação de informação visual.

Estante

Amplitude e variedade de temas

Ângela de Castro Gomes (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno.* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

Esse livro pode ser percorrido em diversas chaves de leitura, todas conduzindo à questão do desenvolvimentismo. Nele se cruzam as narrativas da história política e econômica de Minas Gerais e do Brasil. Ao empenhar-se numa reflexão sobre as diferentes e complementares relações entre a narrativa da história e a da memória, essa obra revela a trajetória de uma família, dentre as muitas outras que marcaram e marcam o panorama da vida política brasileira. O livro assinala também quão positivas são as iniciativas da sociedade civil, tendo em vista a produção e preservação de bens culturais, sobretudo com a relevância que a Fundação Israel Pinheiro vem realizando-as.

Antonio Gilberto Costa (Org.). *Os Caminhos do ouro e a Estrada Real.* Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

Esse livro apresenta, de forma inédita e completa, um valioso conjunto de mapas dos sertanistas, assim como outros documentos cartográficos que revelam as vias de acesso e as recomendações aos viajantes coloniais interessados em adentrar no território mineiro. A obra traz ainda uma completa descrição histórica da flora existente ao longo dos caminhos, entre a região de Parati, no Rio de Janeiro, e a de Diamantina, em Minas Gerais, passando por Ouro Preto. Além disso, descreve os percalços das viagens e o histórico da importância do ouro para o Brasil e para Portugal, com divulgação de imagens inéditas de barras e moedas de ouro que circularam no Brasil Colônia.

Elizabeth W. Kiddy. *Blacks of the Rosary: Memory and History in Minas Gerais, Brazil.* Pennsylvania State University, 2005.

As irmandades religiosas nascidas no período colonial não desapareceram no século XX. O presente livro revela a vitalidade dessas instituições, enfocando o caso específico das Irmandades de Nossa Senhora do Rosário de Minas Gerais. A autora analisa como os afro-descendentes reconstruíram uma identidade comum a partir de elementos da tradição africana e do catolicismo europeu. Em abordagem moderna, são investigados os elementos de continuidade e de descontinuidade dessa história. Trata-se de um sensível relato a respeito de como os afro-descententes lutaram contra a marginalização econômica e social e de como as irmandades sobreviveram às perseguições nascidas do catolicismo ultramontano e das ideologias cientificistas.

A recente historiografia de Minas Gerais tem abordado questões clássicas, sem descuidar dos novos temas de pesquisa.

Fádua Maria de Sousa Gustin; Luciana Murari, (Org.). *Memória política de Minas Gerais: Milton Soares Campos.* Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2005.

Essa coletânea de textos apresenta os principais elementos do pensamento político de Milton Soares Campos. Vários momentos da história do Brasil contemporâneo se relacionam à trajetória deste que foi um dos principais líderes políticos mineiros do século XX. O livro, editado de forma primorosa, reproduz artigos de Milton Campos, publicados na imprensa durante a década de 1920, discursos da campanha para o governo de Minas e ainda material inédito de seu arquivo pessoal.

Marleine Cohen. *Juscelino Kubitschek: o presidente bossa-nova.* São Paulo: Globo, 2005.

A obra traça o panorama político, social e cultural dos “Anos JK”. Dirigido ao grande público, o livro mergulha no universo da época para resgatar, por meio de lembranças fraternas e emocionadas e de fotografias que registraram momentos cruciais da história de Juscelino Kubitschek, a complexidade de um personagem que passou a infância brincando descalço nas ladeiras de Minas e mudou para sempre a história brasileira.

Ricardo Ferreira Ribeiro. *Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais.* Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

A história ambiental é o tema desse livro. Trata-se de uma nova área de pesquisa que promete importantes descobertas. O cerrado despertou o interesse de numerosos naturalistas europeus do século XIX, que descreveram sua vegetação como formada por árvores tortuosas e por chapadas cobertas de arbustos designadas como carrascos ou florestas anãs. Desde então, o cerrado, assim como a caatinga, é visto como uma espécie de “primo pobre” da ecologia brasileira, destinado a ser objeto de rápida destruição. Nada mais falso. Nos vastos espaços de Minas Gerais, a área dominada por esse bioma teve um papel fundamental na história do Estado. Eternizado na obra de Guimarães Rosa, a história ambiental do cerrado é aqui contada desde os primórdios da ocupação humana, há mais de 12 mil anos, até as primeiras décadas do século XX, numa trajetória em que natureza e sociedade são apresentadas como aspectos de uma mesma realidade.

Estórias fantásticas do rio São Francisco

Márcia Almada

Autor mineiro reúne em livro precioso narrativas recolhidas do folclore que remetem à crônica social de uma das regiões brasileiras de mais rica tradição cultural e raízes populares autênticas.

> Descobrir sozinha um livro nas prateleiras de uma biblioteca é uma atividade curiosa: depende da intuição, da percepção visual genérica e pontual, do jogo da sedução. Sei o que quero e não procuro nas fichas catalográficas, mas no passeio entre as estantes. Busco um livro que se quer descoberto. Afinal, como dizia Roland Barthes, a obra existe nas mãos do leitor, na "possibilidade de uma dialética do desejo, de uma imprevisão do desfrute".[1]

Um livro se torna raro ou especial por diversos motivos: pela qualidade técnica, pelo valor estético, pela presença da dedicatória do autor, pela história que carrega, pela existência de poucos exemplares disponíveis. Essa carência de exemplares para leitura pode ter sido decorrente de algum acidente natural, da censura política ou religiosa, da distribuição irregular própria das edições de autor, da falta de qualidade da matéria-prima utilizada na impressão, entre outras diversas razões.

Brasil Interior – Palestras populares – folk-lore das margens do S. Francisco, 1912, de Manoel Ambrosio, provoca uma dessas experiências curiosas. Passeando entre as prateleiras da *Coleção Mineiriana*, da Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, o livro se destaca pelo subtítulo: *Palestras populares – folk-lore das margens do S. Francisco.* É a sua arma de sedução imediata.

A data, o lugar e o tema incitam a curiosidade que provoca o jogo do desfrute: mas o que diziam essas pessoas naquela época? Será que dizem ainda hoje?

Na passagem do século XX, a disciplina do folclore encontrava-se ainda incipiente e poucos eram os registros de narrativas orais em Minas Gerais. Em 1868, Richard Burton documentou as lendas e mitos do vale do São Francisco durante sua viagem pelos sertões, em sua obra *Viagens aos planaltos do Brasil*, volume 3. Cinqüenta anos mais tarde, o estudioso paulista Lindolfo Gomes inaugura as edições dedicadas somente às narrativas mineiras, apresentando cinco estórias em *Contos Populares e Cantigas de Adormecer.* O estudo do folclore passa a se consolidar a partir das obras de Câmara Cascudo, que começam a ser publicadas a partir de 1939 e foram fundamentais para o avanço metodológico das pesquisas e registros das narrativas populares, hoje objeto de pesquisa em diversos campos do conhecimento. Para o historiador, as lendas são um diálogo entre tradição e contemporaneidade.

Em 1934, Manoel Ambrosio publica *Brasil Interior*, uma coletânea de narrativas populares da região do médio São Francisco, concluída em 1912. Ao todo são 12 lendas, 13 narrativas e 15 contos do imaginário regional e universal. É perceptível o esforço empenhado para a edição desta coletânea, pelo tempo decorrido entre a redação e a edição.

Manoel Ambrosio transcreve de modo literal as formas do falar ribeirinho, procurando atenuar, instintivamente, as perdas naturais que sofrem as versões escritas de textos orais, em geral incapazes de transmitir a complexidade da fala, que é envolvida pelo gestual, pelo ritmo da voz e pela interação com a platéia. Mas, ainda que as transcrições adaptadas da oralidade não correspondam à complexidade das experiências concretas, elas são indícios importantes para a análise das transformações da linguagem. São diversas as graduações registradas: a do narrador, a dos oficiais, a dos fazendeiros, a dos vaqueiros, a dos pescadores... Cada grupo utiliza formas, fonemas e expressões próprias. Para facilitar o entendimento do leitor, ao fim da edição há um precioso glossário de termos.

Os temas encontrados na obra de Ambrosio são ligados à paisagem, às relações sociais locais e ao cotidiano dos habitantes. Os personagens são pescadores que buscam riquezas, vaqueiros que se transformam em figuras lendárias, amantes de empresas arriscadas e cheios de coragem e vivências mirabolantes, pessoas que se protegem dos perigos do rio e da mata, corporificados nos monstros e seres imaginários: a

serpente do rio São Francisco, o bicho-homem, o caapora, o dourado, entre outros.

Narrativas como a dos “Três Bundas”, passada em 1835, relembram os conflitos sociais: o valente personagem negro – descrito como “roliço e de singular musculatura, com andar majestoso e grave, mais parecia um general à frente de um exército, do que um comum cidadão” [2] – torna-se figura ameaçadora às autoridades locais simplesmente pela sua altivez e é sentenciado de morte pelo frágil delegado português.

Conflitos de identidade aparecem em “O Rei do Rosário”, onde o mulato, eleito rei da festa de Nossa Senhora do Rosário, sente-se indignado:

> [...] ele, doente da branquidade (*sic*), manteiga de sebo, homem da alta sociedade, estava no caso de fazer uma festa, porém, condigna, do império; pois que, festas de negros não passavam de um abuso de confiança, um desaforo intragável, um insulto direto e falta de consideração à sua pessoa qualificada [...]. De tais honras absolutamente não precisava; seria um imenso favor não se lhe tocar nesse sentido; que sua cabeça jamais cingira uma coroa da santa negra.[3]

Os membros da irmandade rebelam-se, indignados, contra mínimas ordens do negociante. O fim do mulato é a morte, e ele se transforma, pela maldição lançada por um empregado forçado a trabalhar no dia da festa de Nossa Senhora, em um “cadáver tão disforme pelo rosto como nunca se vira antes”. A busca pela riqueza e pela felicidade, inalcançáveis nas atividades do cotidiano, tornam o homem um aventureiro. Em “Mãe D’Água”, o pescador deseja imaginariamente a riqueza – possível apenas pela descoberta de ouro ou diamante – materializada na exuberância da figura lendária que habita as profundezas do rio São Francisco. O palácio de pedras preciosas, as ricas vestimentas, o canto e, principalmente, o pente de ouro seduzem o pescador e perturbam seu mundo. O personagem se move pela autocomplacência: “tanta riqueza e ele tão pobre; tanta riqueza onde ele nunca sonhara!”[4]. Mas a aventura, a coragem, a precisão e a sabedoria são atributos de poucos. Para o homem comum, a virtude é contentar-se com o que tem. Essa é a moral, repetidamente lembrada.

O lobisomem e o capeta são representantes do lendário universal. Mas existem na coletânea de Manoel Ambrosio outros seres imaginários que podem estabelecer uma ligação entre tempos e espaços tão distantes. O que há de comum entre o *Bicho-homem* do São Francisco – gigante tão alto que sua cabeça tocava as frondes das mais altas árvores, tendo um olho só, um só pé enorme e redondo, por isso chamado de pé-de-garrafa – e os *Cefalópodes*, seres descritos pelos gregos como uma raça de homens muito velozes, dotados somente de uma perna e um pé tão grande que se podia proteger do sol com a sua sombra? Como interpretar as semelhanças entre o caapora – descrito em *Brasil Interior* como um caboclo pequeno, encantado, de pé redondo, cocho, com um olho único no meio da testa – e o labatut do nordeste brasileiro, os *monoculi* italianos e os *cíclopes* gregos? Esses e outros seres imaginários foram registrados no *Líber Monstrorum*, manuscrito do século VIII, e na *Crônica de Nuremberg*, primeiro livro ilustrado, impresso em 1493.

Para Manoel Ambrosio, as narrativas populares são

> [...] sonhos, aparições de almas do outro mundo, contos reais, contos mentirosos, contos de contos, historietas absurdas, casos virgens, ignorados, infalíveis descrições, velhos e novos retiros, velhas e novas tentativas, exemplos aos milhares, aos milhões, toda essa farandulagem de grandeza e interminável sede e desejos de opulências que transpiram da indigência, como da abastança, usuraria, poderia dar um verdadeiro tesouro, realíssimo: de formosas lendas, de belos episódios edificantes, necessários, de homens, de usos, de costumes, de lugares, de remotíssimas eras,

> repintadas de quadros da vida nacional com suas emoções, suas reminiscências, seus sofrimentos, afrontas, vinganças e heroísmos patrióticos, que os séculos vão envolvendo na poeira esmagadora de seus mistérios.[5]

As narrativas populares são, enfim, reflexões sobre a vida. As perguntas essenciais do ser humano são descobertas lentamente durante a leitura: "quem sou, como estou, onde posso chegar?" O desejo por "temporadas de luz branca e poesia"[6], quando é possível escapar do cotidiano enfadonho, é para certos homens um impulso de vida. Mas, como evidenciam as narrativas, a repetição da existência cria hábitos comuns necessários à ordenação, à compreensão do mundo e à sobrevivência da comunidade: o que se oferece aos incautos é o fracasso (humilhação social, morte, desfiguração etc).

Narrar e ouvir estórias são atos sociais de compartilhamento de experiências. A narrativa (oral ou escrita) implica a utilização da vivência do próprio narrador, que é apropriada e transformada pelo ouvinte, possibilitando a atualização permanente da estória narrada:

> Já ninguém se lembra mais do velho Guedes, falecido há uns bons 25 anos com quase cem de idade. Contava com gosto, como um dos mais antigos homens do seu tempo, suas velhas e xistosas (*sic*) lendas com o sorriso e a simplicidade de crédula criança com limpeza e graça tais, que não era muito possível a qualquer tentar uma dúvida que saísse de sua boca".[7]

Como se vê, as lendas prescindem de explicação e de análise. Por meio da memorização, são incorporadas à experiência do ouvinte, que pode ele mesmo vir a tornar-se narrador. Os contextos narrados às vezes são pessoais, às vezes parte da vivência individual de outros que carregam a experiência alheia: avós, pais ou pessoas próximas, como diz o velho Guedes: "o Borges, de quem fui discípulo [...]". Talvez sejam estes os fatores que contribuam para a capacidade de permanência da narrativa como tradição.

As lendas e narrativas populares registram processos de integração do homem com a natureza e o espaço, as formas de apropriação e o domínio sobre o invisível. O "Caboclo D'Água" é responsabilizado por tragédias durante as enchentes do rio, pois ele

> é caprichoso e vingativo, tomando birra com qualquer vasanteiro (*sic*), não podendo agarrá-lo facilmente, na ocasião das enchentes grandes, rói furiosamente a base dos barrancos, quebra formidáveis barreiras, abre solapões (*sic*) profundos, devasta ilhas e margens até derrubar o rancho, beira-no no chão o desditoso; depois, satisfeito, qual grosso tronco de árvore bóia parado, ou então resvala pelo meio do rio.[8]

A relação mítica com a natureza é, de certa forma, uma das tentativas de domínio do homem sobre as forças naturais e de superação da sua própria incapacidade de entendimento. O lugar desconhecido é o lugar do imaginário, onde habitam seres perigosos. A paisagem é a materialização de um instante e abarca tanto o material quanto o imaterial; é o domínio do visível e do sensível, dado pela percepção. Como se cria a imagem mental de uma paisagem? Segundo Milton Santos, através da composição do ambiente e dos recursos naturais: luz, cores, movimentos, água, flora, homens. A paisagem está ligada à memória das comunidades. O rio São Francisco é local de trabalho e lazer, faz parte do cotidiano, é onde as histórias são construídas, repetidas e transformadas.

O homem acumula experiências e inova. Sua relação com a natureza é dinâmica: se possui a capacidade de transformar a natureza, essa também impõe interpretações e resultados diversos às ações pretendidas. Portanto, a descrição do espaço indica os limites da capacidade de ação humana sobre os recursos naturais

MANOEL AMBROSIO

Brasil Interior

Palestras populares — folk-lore das margens do S. Francisco

JANUARIA — MINAS GERAES — 1912

VOLUME I — 1.ª EDIÇÃO

Editor da presente edição

NELSON BENJAMIN MONÇÃO

SÃO PAULO - 1934

Página de rosto da primeira edição do livro de Manoel Ambrosio. São Paulo: Nelson Benjamin Monção Editor, 1934.
Coleção Mineiriana, Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

e o seu poder de constante recriação, em sua relação com cada momento histórico. Em "Mãe D'Água": "o luar clareava as praias do Rio S. Francisco por uma d'essas formosas noites, após os últimos dias de inverno do mês de março".[9] A designação das estações é aqui determinada pelo efeito das forças naturais sobre a paisagem: o inverno corresponde ao período em que as chuvas atenuam as temperaturas e imprimem novos ritmos às atividades cotidianas. Outras possibilidades de análise são pertinentes quando percebemos o espaço não apenas como forma, mas também como função – o lugar das relações sociais.

Brasil Interior apresenta-nos algumas poucas estórias da região do Vale do Jequitinhonha, em especial do Arraial do Tejuco. Mas o rio São Francisco é o lugar privilegiado das narrativas, paisagem na qual se inscrevem as mais diversas memórias sobre a vida cotidiana. São descrições sobre vestimentas, alimentação, tipos físicos, origens de pessoas, festas, músicas, danças, religiosidade popular. Geralmente as estórias são passadas em "outros tempos". A memória do passado torna-se presente na descrição e comparação entre paisagens, lugares e épocas, mantendo-se viva através da narrativa e da rememoração. Raríssimas vezes o tempo histórico é determinado: na maioria, são épocas "imemoriais". A leitura de Manoel Ambrosio nos faz transitar em diferentes temporalidades e chegar aos dias atuais observando muitas dessas estórias sendo ainda recontadas. O que há de diferente nesse lugar?

Brasil Interior somente foi publicado 22 anos após sua conclusão, em edição simples, capa de papel, sem ilustrações e com diversos erros editoriais. A Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, em Belo Horizonte, possui dois exemplares que se encontram na *Coleção Mineiriana* (edições especiais). Apesar de sua importância e pioneirismo, obra e autor não são conhecidos do grande público, estando ausentes inclusive de referências bibliográficas em obras científicas sobre o folclore. Atualmente, a revista eletrônica *Jangada Brasil*, dedicada ao folclore brasileiro, cumpre o papel de sua divulgação, com inúmeras referências.

Manoel Ambrosio (1865-1947), natural de Januária (MG), foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais e publicou também *Hercília – romance histórico,* em 1923; *Lendas e fatos da minha terra;* e *Antônio Dó: o bandoleiro das barracas.*

Notas |

1. BARTHES, 1987, p. 9.
2. AMBROSIO, Manoel. Os três bundas. In:_____. *Brasil Interior*..., p. 71.
3. AMBROSIO, M. O rei do rosário. In: *op. cit.,* p. 105.
4. AMBROSIO, M. Mãe d´água. In: *op. cit.,* p. 18.
5. AMBROSIO, M. Os diamantes do Tejuco. In: *op. cit.,* p. 188.
6. AMBROSIO, M. Paulo de Santo Antônio. In: *op. cit.,* p. 86.
7. AMBROSIO, M. A onça Borges. In: *op. cit.,* p. 30.
8. AMBROSIO, M. O cabloco-d´água. In: *op. cit.,* p. 61.
9 AMBROSIO, M. Mãe d´água. In: *op. cit.,* p. 9.

Referências

AMBROSIO, Manoel. *Brasil Interior.* Palestras populares – folk-lore das margens do S. Francisco. Januária, Minas Gerais - 1912. 1. ed. São Paulo: Nelson Benjamin Monção, 1934. 2 v.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto.* São Paulo: Perspectiva, 1987.

ECO, Humberto (Org.). *História da beleza.* Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2004.

FERNANDES, Frederico A. G. (Org.). *Oralidade e literatura.* Manifestações e abordagens no Brasil. Londrina: Eduel, 2003.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado.* São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUTO, Maria Generosa Ferreira. *Eu nunca vi não... só vejo falá.* Mitos e ritos da narrativa oral nas barrancas do São Francisco. 2001. 119f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2001.

Márcia Almada é historiadora e diretora de Conservação e Restauração da Superintendêrncia de Museus da Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, especialista em Planejamento e Gestão Cultural, mestranda em História Social da Cultura na Universidade Federal de Minas Gerais.

Capa e orelhas
Exemplo de ficha de identificação (ficha datiloscópica). Coleção Dops. Arquivo Público Mineiro.

Páginas 16 e 17
Xerox de fotos de suspeitos de manterem ligação com a organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) procurados pela polícia. Correspondência do Departamento Estadual de Investigações Criminais, Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública de São Paulo. Com carimbo de protocolo da Agência Central do Serviço Nacional de Informação, 16 de julho de 1959. Coleção Dops. Rolo 002. Pasta 0025. Subpasta {1}. Imagem 1857 (detalhe). Arquivo Público Mineiro.

Páginas 96 e 97
Marechal Deodoro da Fonseca embala a jovem República. Desenho de Ângelo Agostini, 1889. In: JORNAL DO BRASIL. *O álbum dos presidentes - edição do centenário da República.* Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1989.

Páginas 110 e 111
Detalhe da fotografia de Francisco Soucaseaux. Belo Horizonte, MG, trecho da avenida Afonso Pena esquina com rua da Bahia, em frente à antiga sede do Congresso, onde funcionava, no primeiro pavimento, o Bar do Ponto. Mostra a movimentação do dia 15 de junho de 1904, com a afluência do povo para ver de perto seus representantes chegando para a instalação da Sessão Legislativa. Reprodução. Coleção Luís Augusto de Lima.

Páginas 120 e 121
O Teatro Ruth Escobar depredado pelo Comando de Caça aos Comunistas durante a temporada de *Roda Viva*, São Paulo, julho de 1968.
Agência Estado. In: KAZ, Leonel *et al. Brasil, palco e paixão.*
Rio de Janeiro: Aprazível Edições, 2005.

Páginas 134 e 135
Exemplo de impressão albuminada com forte esmaecimento (perda da cor e do brilho). Autoria desconhecida. Datada de 1860 a1880. Na foto aparece a Sra. Eufrásia de Oliveira Campos. Fundo Família Joaquina Bernarda do Pompeu. FJBP -1-018. Arquivo Público Mineiro.

Páginas 148 e 149
Detalhe da página de rosto da primeira edição do livro de Manoel Ambrosio.
São Paulo: Nelson Benjamin Monção Editor, 1934.
Coleção Mineiriana, Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

Agradecimentos

Associação Cultural do Arquivo Público Mineiro
Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa
Flávio de Paula do Espírito Santo
Guido Rocha
Livraria Quixote
Márcia Alkimim
Priscilla Gontijo

REVISTA
DO
ARQUIVO
PÚBLICO
MINEIRO
Ano XLII • Nº I • Janeiro - Junho de 2006